



ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA:
ENTRE OS CONFLITOS DE UM CONCEITO E A LEGITIMAÇÃO DE UM GÊNERO

Marina Albuquerque de Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação
em Linguística Aplicada da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como quesito para
a obtenção do Título de Mestre em
Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Doutor Henrique F. Cairus

Rio de Janeiro
Março de 2018

ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA:
ENTRE OS CONFLITOS DE UM CONCEITO E A LEGITIMAÇÃO DE UM GÊNERO

Marina Albuquerque de Almeida

Orientador: Prof. Doutor Henrique Fortuna Cairus

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Examinada por:

Presidente, Prof. Doutor Henrique Fortuna Cairus

Prof. Livre-Docente José Luiz Fiorin (USP)

Prof. Doutora Lorelai Brilhante Kury (FIOcruz)

Profª. Doutora Branca Falabella Fabrício (PIPGLA-UFRJ)

Prof. Doutor Fábio Fortes (UFJF), suplente

Profª. Doutora Tatiana Oliveira Ribeiro (PIPGLA-UFRJ), suplente

Rio de Janeiro
Março de 2018

Almeida, Marina Albuquerque de. (1994-)

Estilística e Gramática: entre os conflitos de um conceito e a legitimação de um gênero/Marina Albuquerque de Almeida – Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2018.

100 f.; 31 cm.

Orientador: Henrique Fortuna Cairus

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/Faculdade de Letras/Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada, 2018.

Referências Bibliográficas: f. 100

1. Estilística. 2. Gramática. 3. História dos conceitos. 4. Conflito Letras e Linguística. 5. Figuras e tropos. I. Cairus, Henrique Fortuna. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada. III. Título.



RESUMO

ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA:

ENTRE OS CONFLITOS DE UM CONCEITO E A LEGITIMAÇÃO DE UM GÊNERO

Marina Albuquerque de Almeida

Orientador: Prof. Doutor Henrique Fortuna Cairus

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada (Discurso e transculturalidade) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Entre os conflitos de um conceito (a ‘estilística’) e a legitimação de um gênero (a gramática), encontram-se caminhos que tangem questões epistemológicas e também históricas. A disciplina que compõe a história do conceito de ‘estilística’ traz hoje consigo um universo de esvaziamento semântico, resultado de sua posição frágil em meio ao embate entre Linguística e estudos literários no século XX. O cientificismo herdado do positivismo do século XIX permitiu que a Estilística vingasse como a saída para se dar caráter científico aos estudos literários; ao mesmo tempo, num caminho quase contraditório, a Estilística, na sua pluralidade de vertentes, também dava à Linguística a possibilidade de interlocução com os estudos literários. Com o rompimento entre os dois campos, a Estilística – científica em excesso para os estudos literários, e científica de menos para a Linguística – não sobreviveu, visto o desinteresse de um pelo outro. Apesar disso, notou-se a presença remanescente dessa disciplina em gramáticas normativas brasileiras ainda vigentes, herdado em certa medida o lugar da antiga Retórica, nomeando o catálogo de figuras e tropos – estes, constantemente mantidos ou retomados, independente da disciplina que os nomeie. E chega-se, enfim, a um questionamento sobre que lugar haveria ainda hoje, institucional e epistemologicamente, para a existência de qualquer pensamento que não separe por completo a língua e a literatura.

Palavras-chave: estilística; gramática; história dos conceitos; embate; campo; Linguística e Literatura; Letras; figuras e tropos.

ABSTRACT

STYLISTICS AND GRAMMAR: BETWEEN THE CONFLICTS OF A CONCEPT AND THE LEGITIMATION OF A GENRE

Marina Albuquerque de Almeida

Orientador: Prof. Doutor Henrique Fortuna Cairus

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada (Discurso e transculturalidade) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Between the conflicts of a concept ('stylistics') and the legitimation of a genre (grammar) there are paths somehow related to epistemological and also historical questions. The discipline that constitutes the history of the concept 'stylistics' carries within itself today a universe of semantic emptiness, which is the result of its fragile position in the midst of the quarrel between Linguistics and Literary studies in the 20th century. The scientism inherited from the 19th century's Positivism allowed the Stylistics to thrive as a escape to give literary studies a scientific quality. Meanwhile, in an almost contradictory course, the Stylistics, in its plurality of aspects, also would gave Linguistics a possibility of interlocution with literary studies. With the separation between these two fields, Stylistics – far too scientific for Literary studies and not scientific enough for Linguistics – did not survived, since the lack of interest of one for the other. Nevertheless, it has been possible to notice the remnant presence of these disciplines in still valid normative Brazilian grammars, which place is an inheritance, in a way, of the ancient Rhetoric, naming the figures and tropes catalog – these constantly kept or retrieved, no matter the name of the discipline imposed upon them. And there is, finally, a question about which place there would be still today, institutionally and epistemologically, for the existence of any reflections that would not detach completely language and literature.

Keywords: stylistics; grammar; conceptual history; quarrel; field; Linguistics and Literature; Letras; figures and tropes.

Para Fabiano, meu companheiro e leitor.

Ao Professor Doutor Henrique Cairus, meu mestre, pela orientação atenciosa como jamais imaginaria receber, dedicando-me tempo, paciência e confiança desde o início do meu trajeto acadêmico,

À CAPES, pela bolsa de Mestrado, na esperança de que mais discentes pesquisadores possam receber esse auxílio tão necessário à promoção de um ensino efetivamente democrático, contribuindo para a redução dos abismos da desigualdade social no nosso país,

Às Professoras Doutoras Tatiana Ribeiro e Beatriz de Paoli, pela atenção, pela companhia e pelos conselhos preciosos,

Ao Proaera, grupo de pesquisa ao qual devo muito da minha formação acadêmica e que me rendeu valiosas amizades, como Artur Bezerra, Jeannie Bressan e Vanessa Abreu, companheiros desde o início de minha caminhada, e os caríssimos presentes que vieram em seguida, cada um a seu tempo: Adryele Gomes, Bianca Nascimento, Catarina Viana, Elisa Santana, Isabele Alexandria, Livia Gallucci, Matheus Damião, Matheus Vargas, dentre tantos,

A Alana Gonzaga, Bruna Aquino, Patrick Bange, Sofia Clara de Paiva e Sofia Glória, por me ensinarem a amizade incondicional,

A Adriana e Evandro, meus pais, pelo cuidado e pela dedicação constantes e imensuráveis ao longo de toda a minha vida,

A Maria e Gilson, Helena e Aluísio, meus avós, pelo carinho infinito e papel incontestado na minha formação humana,

A Daniela, minha irmã, pela admiração e ouvidos mais atentos que já recebi,

A Fabiano, meu marido, pela cumplicidade, pelo carinho e apoio em todos os meus passos,

Agradeço profundamente.

[...]

Como é muito mais espesso
o sangue de um homem
do que o sonho de um homem.

[...]

Espesso
porque é mais espessa
a vida que se luta cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave
que vai cada segundo
conquistando seu voo).

(MELO NETO, João Cabral de. *O cão
sem plumas*, 1949-1950)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OS CONFLITOS DO CONCEITO DE ‘ESTILÍSTICA’	14
2.1. A Estilística entre a Linguística e os estudos literários.....	15
2.2. Algumas tentativas de conceituação de ‘estilística’ no século XX.....	24
2.3. Falência da disciplina ou suas novas roupagens.....	57
2.4. Para uma história do conceito de ‘estilística’	65
3. DA DISCIPLINA AO APÊNDICE GRAMATICAL	72
3.1. Ventre retórico da Estilística.....	72
3.2. A ‘estilística’ como parte (final) da Gramática	81
3.3. Figuras com(o) tropos: a permanência da literatura na Gramática	84
4. CONCLUSÃO	90
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

1. INTRODUÇÃO

Esta Dissertação busca apontar para uma história do conceito de ‘estilística’, que surgiu como disciplina, plural e conflituosa, em meio ao embate Linguística e estudos literários do século XX. Observando, portanto, definições de autores basilares para a construção da Estilística desde o seu surgimento, compreendendo seus lugares epistemológicos e institucionais, procurou-se dar início a esse extensivo trabalho.

Parte-se da premissa de que a Estilística surge para ser o estudo de caráter prescritivo do estilo, tal como o entendeu Rafael Bluteau¹, mas, libertando-se dos limites estritos impostos pelo conceito de ‘estilo’ (sem, no entanto, jamais abandoná-lo completo), veio a constituir uma disciplina que, em muitos aspectos, reivindica para si a herança da antiga Retórica.

De fato, a Retórica como disciplina decai *pari passu* à ascensão da Estilística, que, por sua vez, traduz-se mais pelos exercícios discursivos do que por uma teoria propriamente dita, embora comporte ambas as práticas. Essa disciplina, porém, passou a ter lugar, mais tarde, no gênero gramática, de uma forma específica: destacadamente como catálogos de figuras e tropos.

A relação entre o conceito de ‘estilística’ e as ideias de ‘ornamento’, ‘tropo’ e ‘figura’ levaram a pesquisa à leitura de Donato e Quintiliano, dentre outros, onde se encontram dados para a composição da história dessas categorias que vêm a constituir a “Estilística” – entendida aqui como parte da gramática – em quase sua totalidade.

Este trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada, na Linha de Pesquisa intitulada “Discurso e Transculturalidade”, que se dedica especialmente “à investigação da relação entre discursos em geral (literários, narrativos, filosóficos etc.) de diferentes períodos históricos e práticas sócio-culturais a eles

¹ Lê-se em Bluteau (1713, p.319-20: “Estilo”): “Antes da invenção do papel escreviam os antigos em lâminas de chumbo, em tábuas engessadas, ou cobertas de cera, com um ponteio ou pena de ferro a que chamavam *stylus*, donde procedeu que a frase e o modo de compor também foi chamado estilo. [...] dividem os retóricos os estilos de bem dizer em três espécies, que são Gracil, Grande & Médio, que podemos chamar humile, grave e meão.” (grafia atualizada)

entrelaçadas.”² Mais especificamente, esta pesquisa foi produzida no Núcleo de Pesquisa Proaera (Programa de Estudos em Representações da Antiguidade), ao qual deve todo o seu embasamento teórico, a metodologia e as práticas utilizadas neste trabalho, que tem por horizonte a investigação da relação de uma produção discursiva – a gramática – de tempos (e eventualmente de espaços) diferentes – a saber, a Antiguidade e a Contemporaneidade –, e a história de um conceito – a estilística –, procurando interpretar essa relação a partir de um instrumental mental legado sobretudo pela epistemologia da História. Dessa área, a pesquisa se apropria de conceitos instrumentais que vão sendo formulados desde os *Annales* até a virada linguística (entendida como o encontro da área da História com a Linguística Aplicada e com a Análise do Discurso).

Um dos objetivos dessa pesquisa é, enfim, perscrutar uma parte da história do conceito ‘estilística’, tendo como principal embasamento teórico a obra de Reinhart Koselleck (1992 e 2006), buscando compreender alguns dos propósitos a que este conceito serviu, desde o seu surgimento como disciplina derivada da Retórica até sua constituição como catálogo de figuras e tropos nas gramáticas normativas brasileiras, observando em que medida a tradição greco-latina serviu como legitimação de sua existência e manutenção.

Apesar de o tema desta Dissertação ser algo novo – porquanto esse objeto pareça jamais ter sido tratado como aqui se propõe a fazê-lo –, muitos estudiosos já o abordaram pelo viés linguístico, filológico (clássico), literário (como ferramenta para a descrição de textos) ou retórico (como prescrição). Algumas dessas abordagens são apresentadas no Capítulo 2, onde são citados autores referenciais para a história da Estilística, que compõem os *corpora* desta Dissertação; dentre eles, estão Charles Bally, Jean Dubois, Roman Jakobson, Martín Alonso, Mattoso Câmara Jr., Adriano da Gama Kury, Gladstone Chaves de Melo etc.

A segunda parte desta Dissertação tem o objetivo de entender a razão de ser e a localização da parte geralmente intitulada “Estilística” (e suas variantes, tais como

² Descrição da página oficial do PIPGLA. Disponível em: <<http://www.poslaplicada.lettras.ufrrj.br/pt/o-programa>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

“Rudimentos de Estilística e Poética”³) nas gramáticas normativas brasileiras. Localizando-se quase sempre no fim das gramáticas, essa parte oferece costumeiramente subsídios (técnicos) à análise literária dentro de um gênero que deixou de ter esta como objetivo.

A *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, foi tomada como primeira amostragem, não só pela sua relevância no ensino de vários brasileiros, mas pelo fato de a literatura ter nela grande destaque e, no entanto, não apresentar qualquer justificativa em seu prefácio ou em qualquer outro lugar da obra para a presença desta parte final, a Estilística.

Outras gramáticas brasileiras que compõem o *corpus* gramatical são a *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus* (1978) e *Moderna gramática brasileira* (2001), ambas de Evanildo Bechara – que, apesar de dedicar um trecho a falar sobre a Estilística, não justifica, assim como Rocha Lima, seu lugar dentro da gramática –, e a *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha e Lindley Cintra.

A ausência de justificativa para a presença dessa parte nas gramáticas analisadas gerou a formulação da primeira hipótese desta pesquisa: esse capítulo, deslocado tematicamente e cuja presença não se justifica nem por si nem pela obra, é alguma espécie (mas qual?) de tributo a uma tradição gramatical antiga (mas até que ponto?).

Seguiu-se, então, o rastro das definições expostas no próximo capítulo para buscar compreender o que se entendia por Estilística no período das gramáticas analisadas. Tal busca gerou, assim, o outro tipo de *corpus* já mencionado, que é também utilizado neste trabalho: definições ou conceituações de autores referenciais na área de Letras – seja dos estudos literários ou linguísticos –, com o fim de se traçar ao menos parte da história do conceito de ‘estilística’. Essa abordagem ensejou uma proposta para a compreensão da presença de elementos relativos aos estudos literários numa obra dedicada à normatização do uso da língua.

Para compreender o conceito de ‘estilística’ e seu lugar – também como disciplina – nas gramáticas normativas brasileiras, foi necessário dividir o caminho da pesquisa em duas principais etapas:

³ Frequentemente está associado a essa parte o capítulo que trata da Métrica, disciplina hoje praticamente extirpada dos currículos dos cursos de Letras.

- I. lançar as bases para uma história do conceito de ‘estilística’, partindo do embate entre Linguística e Literatura no séc. XX, perpassando as tentativas de conceituação por autores referenciais da Estilística, até sua falência como disciplina, apontando, no entanto, para algumas permanências e recentes reapropriações do conceito, e
- II. a investigação da origem retórica da Estilística – remetendo à Antiguidade – como caminho para compreender o que teria levado à sua permanência como catálogo de figuras e tropos na parte final das gramáticas normativas brasileiras selecionadas como *corpora* desta pesquisa.

A primeira etapa foi realizada seguindo o rastro das definições de Estilística em dicionários linguísticos, como o *Dicionário de Linguística e Gramática* (1984), de Joaquim Mattoso Câmara Jr., o *Dicionário de Linguística* (1973), de Jean Dubois, e em obras relevantes para a composição da história desse conceito, como *Traité de stylistique française* (1921), de Charles Bally, *Ciencia del lenguaje y arte del estilo* (1970 [1947]), de Martín Alonso, *Contribuição à estilística portuguesa* (1978), de Joaquim Mattoso Câmara Jr., dentre outros, incluindo a obra de Alicia Yllera, *Estilística, poética e semiótica literária* (1979), que empreendeu um abrangente mapeamento da história da disciplina Estilística.

A segunda etapa abarcou a observação de gramáticas antigas e tratados de Retórica que possam ter servido de modelo para a tradição ocidental do gênero gramatical e para a manutenção da parte dedicada aos tropos e às figuras de linguagem. Teóricos do pensamento gramatical em perspectiva histórica, como Maria Helena de Moura Neves, Marcos Aurélio Pereira, Fábio Fortes e Maria Carlota do Amaral Paixão Rosa abriram caminho para o que aqui se propõe. De outra forma, alguns textos de José Luiz Fiorin, do qual este estudo busca se aproximar, serão de extrema importância para a composição da história dessa parte literária que compõe as gramáticas normativas até a atualidade.

Em ambas as etapas, foi preciso situar o embate entre os estudos linguísticos e literários que culminaram na sua segregação no séc. XX e compreender de que maneira isso afetou tanto a história da Estilística – tornando-a cada vez menos usada em ambas as áreas – quanto a da Gramática – tendendo hoje ao estritamente linguístico. Por outro lado,

deve-se também compreender o que levou à permanência desses resquícios, ainda que em forma de apêndice, nas gramáticas normativas contemporâneas. Entre o conflito e a legitimação residem as histórias sinuosas de um conceito e de um gênero.

Trilhando, portanto, a História da Estilística desde a sua constituição como disciplina até se tornar um apêndice gramatical, serão encontrados não apenas dados concretos para mapear suas mudanças e permanências, mas, a partir delas, observar que valores estão imbricados nesse processo.

Para seguir esse roteiro, a Dissertação apresentará, em seu início, os frutos da pesquisa acerca da constituição dos significados que orbitaram em torno do significante “estilística”, à medida que estes significados se especializaram na delimitação desse conceito, a fim de erigir um campo. Por essa razão, a Dissertação foi dividida em duas partes principais. A primeira parte (Capítulo 2) versará sobre os conflitos do conceito de estilística, e, para tanto, será necessário percorrer o lugar epistemológico e institucional da Estilística entre a Linguística e os estudos literários, principalmente no século XX (2.1); em seguida, serão registradas algumas tentativas de conceituação de ‘estilística’ no mesmo período (2.2); o item subsequente versará sobre a falência da Estilística enquanto teoria e disciplina ou as novas roupagens que adquiriu recentemente na área de Letras (2.3); e, a partir da construção dos itens anteriores, um esboço da história do conceito de Estilística (2.4). A segunda parte da Dissertação (Capítulo 3), por sua vez, será dedicada aos conceitos antigos de que se apropria a Estilística, da Retórica e da Gramática, buscando compreender a origem retórica da Estilística (3.1) e sua configuração recente reduzida a um apêndice gramatical (3.2), nomeando quase que unicamente a parte dedicada a figuras de linguagem, de pensamento, tropos etc. (3.3).

2. OS CONFLITOS DO CONCEITO DE ‘ESTILÍSTICA’

Estilística, poética e semiótica literária são diferentes “roupagens”⁴, segundo Alicia Yllera, que abrangem três fases de uma “mesma ciência”, que reivindica para si a denominação de “ciência da literatura” (1979, p. 9).

O livro da Alicia Yllera faz um longo mapeamento das diferentes correntes que se (re)apropriaram da Estilística no século XX. Diferente dos exercícios que constituíam a disciplina francesa, quando surge no século XIX – lembrando muito aqueles exercícios antigos de Retórica, especialmente os *progymnasmata*⁵ –, a Estilística toma as formas mais variadas no século seguinte, e serve aos mais diversos fins.

Ora excluída da Linguística, por se tratar do conteúdo “individual”, “afetivo”⁶ da linguagem – e não do que há de comum no sistema linguístico, como interessa aos linguistas –, ora considerada “a Linguística possível dos estudos literários”, com critérios coletivos, a Estilística ocupa um lugar oscilante entre o científico (linguístico) e não-científico (literário) na área de Letras.

O objetivo deste capítulo da Dissertação será o de analisar parte do mapeamento feito por Yllera, além de acrescentar outras informações, a fim de captar e atualizar os dados levantados por sua investigação. No entanto, para além da observação de quais correntes se apropriaram da Estilística, e de como o fizeram – em grande medida já constatado por esta

⁴ Nota-se aqui o uso do termo “roupagem”, que deve ser entendido como um conceito intermediário entre o significante e o significado. Mais do que o primeiro, menos do que o segundo.

⁵ A leitura dos *Progymnasmata* revelaram que esses escritos compõem um relevante capítulo da história das prescrições do bem escrever; talvez um dos mais importantes, dentre os primeiros. Para a leitura desses textos, fez-se acompanhar aqui pelos trabalhos de Marcos Martinho dos Santos (2009 e 2010) e de Georges A. Kennedy (1999). O exame mais detido dessas obras, pelo seu grau de complexidade, está previsto para outro momento da pesquisa.

⁶ A tradução latina canônica de πάθος é, de fato, *adfectus*. Cícero parece ter instituído o termo na Retórica, mas é Quintiliano, em sua *Instituto oratoria* que enuncia essa equivalência: *Graeci πάθος uocant, quod nos uertentes recte ac proprie adfectum dicimus* [os gregos chamam de πάθος o que nós, traduzindo correta e propriamente chamamos *adfectus*]. Aristóteles, em sua *Ética* a Nicômaco (1105b), explica e exemplifica o conceito de πάθος tal como se o encontra na sua *Poética*, a partir de onde o conceito se tornou funcional para as teorias da literatura e do drama, e na sua *Retórica*: “digo que os πάθη são: desejo, ira, medo, coragem, inveja, alegria, amizade, ódio, anseio, ciúme, compaixão, seguidos sempre de prazer ou dor” [λέγω δὲ πάθη μὲν ἐπιθυμίαν ὀργὴν φόβον θάρσος φθόνον χαρὰν φιλίαν μῖσος πόθον ζῆλον ἔλεον, ὅλως οἷς ἔπεται ἡδονὴν ἢ λύπην]. Todas as traduções desta Dissertação, salvo quando indicado, são nossas.

autora –, busca-se, nesta pesquisa, compreender:

1. a que essas diferentes apropriações serviram na área de Letras (em alguns momentos como fator de legitimação, servindo à necessidade de dar caráter científico aos estudos literários);
2. como chegaram à recente constituição da Estilística como apêndice nas gramáticas normativas brasileiras.

Linguística e estudos literários, científico e não-científico, Gramática e Estilística: são os pares que, por contraste e semelhança, por síntese e antítese, constituem a história conflituosa desse conceito de Estilística. E são esses conflitos históricos que nortearão a composição a ser feita aqui da história desse conceito.

2.1. A Estilística entre a Linguística e os estudos literários

A Estilística sempre ocupou um lugar que seria hoje considerado transdisciplinar, perpassando a Retórica, a crítica literária e a Linguística. O conceito surgido a partir dessa disciplina é, portanto, o mais conflituoso possível. Segundo o *Trésor de la Langue Française informatisé*, no verbete “*stylistique*”, a primeira aparição da palavra ‘estilística’ data de meados do século XIX, na Alemanha, como aquilo que designava “métodos destinados a completar o estudo gramatical de uma língua pelo estudos das locuções particulares (...)” – neste momento como quase sinônimo de “fraseologia”⁷. Pouco depois, constituiu-se como disciplina na França, onde a Estilística era basicamente constituída por exercícios muito semelhantes aos de Retórica na Antiguidade, que consistiam em repetições de técnicas discursivas com fim argumentativo nestes e literário naqueles.

Carlos Uchôa (2013, p. 14) afirma que, tendo perdido “a Retórica sua longa autoridade normativa, e também o seu valor de critério de avaliação estética, abre-se um

⁷ Análise mais detida da primeira parte deste verbete, com original e tradução, no próximo subcapítulo (2.2).

vazio no campo dos estudos da linguagem.” O autor argumenta, então, que a Linguística, no século XIX, firmando-se como estudo científico da linguagem, sob a lógica do positivismo, não podia aceitar o estilo como objeto de estudo, compreendido então como um fenômeno individual e de natureza psíquica. Em seguida, Uchôa diz – na contramão do que afirma o verbete do *TLFi* e Alicia Yllera (1979), mas fazendo coro a Mattoso Câmara Jr. (1978) e Gladstone Chaves de Melo (1976) – que apenas no século XX surgiria de fato a Estilística, com seus novos métodos e fundamentos, para se consolidar gradualmente como “uma área de investigação de intrincados problemas, mas, sem dúvida, das mais sugestivas do estudo do fenômeno linguístico”.

Ao longo do século XX, a Estilística deixou seu caráter mais prático de exercícios escolares de imitação dos “estilos” discursivos para se tornar, cada vez mais, teoria de identificação e análise desses estilos, geralmente em autores canônicos. Essas teorias “estilísticas”, no entanto, tomaram as formas mais variadas, servindo a diversos fins.

O livro *Estilística, Poética e Semiótica Literária*, de Alicia Yllera, faz um longo mapeamento das diferentes correntes que se (re)apropriaram da Estilística. Ora considerada parte da Linguística, com critérios objetivos – seja excluindo o texto literário, como Charles Bally, ou incluindo-o, como Roman Jakobson, Mattoso Câmara, e tantos outros –, ora excluída da Linguística, por tratar-se de uma disciplina dos estudos literários, a Estilística ocupa um lugar entre o científico (mais linguístico) e não-científico (mais literário), na área de Letras.

Alicia Yllera inicia sua obra com a assertiva, já mencionada, de que a Estilística, a Poética e a Semiótica seriam roupagens diferentes de uma mesma “ciência da literatura”. Ainda que tal afirmação seja passível de problematização, essa aproximação que a autora faz entre as três disciplinas é um dado importante para a composição da história da Estilística. Yllera afirma, logo em seguida, que a “estilística ou poética baseia o seu caráter científico na aplicação de alguns modelos de análise da ciência humana com métodos mais rigorosos, ou seja, da linguística nuns casos e em outros da semiótica, ciência em voga de que apenas se lançaram os primeiros alicerces” (1979, p. 9-10).

Pode-se notar, a partir desta última citação, que o lugar da Semiótica oscila em Yllera, indo de “nova roupagem” da Estilística para ser, por vezes, considerada como método para

dar rigor científico à Estilística, ao lado da Linguística. Apesar de Yllera não atentar para tal oscilação, é possível notá-la a partir de suas citações, ora a Semiótica sendo tratada como método, ora se confundindo – ou se imiscuindo – com a própria Estilística.

Quanto ao rigor científico necessário para dar legitimidade à Estilística, Yllera diz, nessa mesma introdução à sua obra, que “o desenvolvimento da estilística ou semiótica poética é sinal dos tempos, é um resultado da procura de um rigor e de uma objectividade numa época, a actual, marcada pelo neopositivismo.” (*ibidem*, p. 10). E prossegue, então, dizendo:

[...] a arte aproximou-se das ciências, fez-se ‘experimental’. Não é em vão que as três principais orientações e aquisições do século XX no domínio dos estudos literários, até à data, se chamam estilística ou semiótica poética, crítica psicanalítica e crítica sociológica: em todas elas foi necessária a colaboração de uma ciência alheia à literatura para proporcionar um método e postulados sobre os quais construiu as suas teorias. (*Ibidem*, p. 10)

A autora aponta, assim, a aproximação – vale dizer, conflituosa – entre a arte e as ciências como o ambiente propício para o surgimento dessa disciplina intermediária chamada Estilística, que, assim como outras voltadas aos estudos literários, precisava valer-se de algum rigor científico para ter qualquer legitimidade ou, ao menos, o mínimo de prestígio institucional que garantisse sua sobrevivência. O conflito entre “campos”, como se verá logo adiante, estava deflagrado e suas consequências acadêmicas seriam imediatamente sentidas.

Sobre o surgimento da Estilística e seu percurso, de maneira introdutória, Alicia Yllera resume da seguinte maneira:

A Estilística surgiu timidamente, com a intenção de completar o âmbito da gramática e sem pretender nem se permitir o acesso ao domínio da obra de arte. Porém, à medida que se foi desenvolvendo e consolidando, tornava-se também mais audaz e começava a sublevar-se contra os pressupostos dos seus criadores: começava a invadir os domínios dos estudos literários. Simultaneamente numerosas ramificações, correntes várias, diversificavam-na de tal maneira que o aparente monolitismo que até então tinha ostentado

estilhaçou-se: apareceram orientações e tentativas irreconciliáveis que os próprios autores mais diversificaram pela sobrevalorização das suas diferenças. Com o decorrer do tempo aumentava o fosso entre as diferentes correntes, que se ignoravam entre si e se refutavam mútua e categoricamente. (*Ibidem*, p. 10)

Esse breve resumo é bem ilustrativo do caminho percorrido pela disciplina Estilística. No seu surgimento, a característica de que fala a autora – sobre a não pretensão, nem mesmo a permissão de se adentrar o domínio da obra de arte; que pode aqui ser entendido como domínio literário, mais especificamente – é representada principalmente por Charles Bally, que deixa bem claro o seu posicionamento quanto à separação entre os estudos linguísticos e literários. Sendo a Estilística, para Bally, parte da Linguística, certamente não deveria ter como objeto de análise os textos literários, devido ao caráter voluntário e consciente do uso da língua na literatura, além da intenção estética que neles existe enquanto obras de arte⁸.

No entanto, como adianta Yllera, a Estilística acabou por adentrar os estudos literários – e poder-se-ia acrescentar que foi nesse campo, por fim, que veio a encontrar morada de forma mais perene, ainda que timidamente. Sobre a aplicabilidade do conceito de ‘campo’ nos estudos literários, no entanto, parece oportuno recordar a postulação de Bourdieu (1983b, p. 89):

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi informado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.

⁸ Sobre o posicionamento de Bally quanto ao objeto de estudo da Estilística, falar-se-á mais à frente, no tópico 2.2.

A partir dessa definição proposta por Bourdieu, a área de Letras poderia ser entendida, especialmente no início do século XX no Brasil, como um único campo que abrigava a Linguística e os estudos literários na disputa pelo seu objeto: a língua em suas mais diversas realizações. A Estilística, testemunha desse conflito, era a disciplina que tentava dar aos estudos literários algum rigor “científico”, pressuposto essencial para a legitimidade de qualquer estudo naquele momento. No entanto, esse cientificismo residia no uso de métodos linguísticos para o estudo de textos literários – isso de maneira geral, tendo rendido diversas teorias diferentes e com os mais variados fins, que será tema de discussão do próximo subcapítulo (2.2). À medida que a Linguística abriu mão de tal disputa, deixando de lado o estudo do texto literário para se dedicar exclusivamente à língua falada⁹, espontânea, reivindicando para si um campo autônomo, aquele outro campo único inicial (Letras) dividiu-se, não mais interessando aos linguistas o objeto dos estudos literários.

Enquanto a Linguística se constituía como um campo, os estudos literários permaneceram parte do campo chamado Letras¹⁰, não tendo êxito na reivindicação de um campo próprio, apesar das tentativas¹¹. Além de não haver nome específico para os

⁹ Posteriormente, em algumas correntes linguísticas, a língua escrita recuperou certo espaço como objeto de estudo, mas sobretudo nos textos jornalísticos, ou em outros gêneros considerados mais espontâneos; a literatura permaneceu excluída dos seus *corpora*.

¹⁰ Em 2017, a CAPES, órgão do MEC para controle e avaliação de cursos de Pós-Graduação, substituiu a nomenclatura “Letras” por “Literatura”, e inverte, mui sintomaticamente a ordem: Linguística e Literatura. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4675-letraslingueistica>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

¹¹ Uma das tentativas dos estudos literários de se legitimar enquanto campo autônomo pode ser notada na própria escolha do nome do Departamento de Ciência da Literatura, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um exemplo institucional forte dessa disputa pela legitimação num período de cientificismo flagrante. Em recentes entrevistas com o Prof. João Camillo Penna – que já coordenou o Programa de Pós-Graduação de Ciência da Literatura – foi relatado que o Prof. Eduardo Portella – ocupante de diversos cargos, desde Diretor da Faculdade de Letras na UFRJ, em 1978, até Ministro de Estado da Educação, Cultura e Desportos, em 1979/80, além de membro da Academia Brasileira de Letras – havia-lhe explicado a origem do nome desse Departamento, que é derivado do alemão “*Literaturwissenschaft*”. Pode-se concluir, a partir dessa escolha, que se tratava de uma tentativa de inserir este Departamento – e posteriormente o PPG homônimo – nessa tradição. Ainda que o termo “*wissenschaft*” no alemão corresponda a um significado mais amplo, podendo ser tanto “ciência” quanto “estudo (sistemizado)” a inspiração é flagrante e imediatamente reconhecível pelos que têm experiência com as instituições germânicas. Para além de remeter à tradição germânica, tal nome parece reforçar uma escolha pela tradução cientificista em “Ciência da Literatura”, em vez de simplesmente “Estudos literários”. Naquele momento, vale ressaltar, havia um forte influxo da semiótica greimasiana e de certa semiologia de Barthes nos estudos literários – opções teóricas que então robusteciam a disputa por um lugar junto aos campos de estatuto científico, como a própria Linguística.

estudiosos de Literatura – enquanto que na Linguística há o termo “linguista” –, o ponto que Bourdieu ressalta, sobre a irredutibilidade dos interesses de um campo a outro, foi mais um empecilho para os estudos literários se assumirem enquanto campo. Tendo ao fim do século XX abandonado a Estilística quase que inteiramente – que a aproximava da Linguística –, as teorias dos estudos literários passaram a se imiscuir, em grande medida, com as teorias de outros campos, como a Filosofia, a Psicanálise, a Sociologia etc.

Apesar dessa dificuldade para distinguir o campo dos estudos literários desses outros que lhe fazem fronteira, a outra característica que Bourdieu aponta como necessária para haver um campo é o *habitus*. Sobre este conceito, diz Bourdieu:

[...] o *habitus*, como diz a palavra, é uma experiência e também uma posse, um capital; ou, na tradução idealista de um sujeito transcendental, o *habitus*, a *hexis*, significa a disposição incorporada, quase postural, mas a de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, ao mesmo tempo em que se pegava do idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o “lado ativo” do conhecimento prático, a que a tradição materialista, principalmente na teoria do “reflexo”, tinha cedido.¹²

Bourdieu acrescenta, logo em seguida, que as primeiras aplicações que ele próprio fez da noção de *habitus* “provavelmente comportavam mais ou menos tudo isso, mas apenas em um estado implícito”¹³, sua abordagem do conceito era menos o produto de um cálculo teórico como na citação acima, e mais “uma estratégia prática do *habitus* científico, espécie de “percepção’ do jogo que não precisa ser calculada para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”¹⁴.

¹² “[...] *habitus*, as the word says, is an experience and also a possession, a capital – or in the idealist tradition of a transcendental subject – *habitus*, *hexis*, means the incorporated and quasi-postural disposition–, but that of an acting agent: it was a matter of recalling “the primacy of practical reason,” of which Fichte spoke, while at the same time taking from idealism, as Marx suggested in the Theses on Feuerbach the “active side” of practical knowledge which the materialistic tradition notably in the theory of “reflection” had yielded to it.” (BOURDIEU, 1985, p. 13)

¹³ “[...] probably contained more or less all of that – but only in an implicit state [...]” (*Ibidem*, p. 13–4)

¹⁴ “[...] practical strategy of scientific *habitus*, a kind of ‘feel’ of the game which does not need to calculate in order to find its direction and place in a reasonable manner in space.” (*Ibidem*, p. 14)

Ainda sobre este conceito, Maria da Graça Jacintho Setton, em seu artigo “A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, diz que:

O *habitus* é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p. 101). Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. (SETTON, 2002, p. 63)

Sendo assim, é possível pensar no *habitus* como uma das poucas coisas que efetivamente une o campo dos estudos literários, onde “as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.” (SETTON, 2002, p. 64).

Evidentemente, os conceitos de *habitus* e de *campo* de Bourdieu fazem parte do embasamento teórico desta Dissertação. No entanto, a citação seguinte constitui uma pequena exceção, mas válida, em que Bourdieu também acaba por tentar conceituar o ‘estilo’, e por isso, esta citação compõe, excepcionalmente, os *corpora* que tratam da Estilística, com o fim de demonstrar o alcance que a ‘estilística’ juntamente com o ‘estilo’ tiveram no século XX, ultrapassando a área de Letras e encontrando referências nas Ciências Sociais. Sobre o estilo, diz então Bourdieu:

O estilo “pessoal”, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um *desvio*, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao *estilo* próprio a uma época ou a uma classe (Bourdieu, 1983a, p. 81)

No tópico seguinte (2.2), notar-se-á que a mesma noção de “desvio” aparece recorrentemente dentre as definições dos autores que trataram da Estilística.

No livro *Introdução à análise do discurso*, Helena H. Nagamine Brandão faz um apanhado de diversos teóricos da Análise do Discurso, citando Bakhtin, Jakobson, Pêcheux etc. É notável a proximidade do objeto de estudo da Análise do Discurso ao da Estilística, provavelmente ocasionada pela origem retórica comum a ambas.

Nagamine Brandão afirma, por exemplo, que Bakhtin antecipa em muito as orientações da linguística moderna ao ultrapassar a restrição saussuriana de que apenas a língua – como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo – deveria ser o único objeto da linguística (2004, p. 7). O próprio Bakhtin dedicou boa parte de sua vida ao estudo da Estilística, tendo inclusive uma parcela da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1999 [1929]) a ela destinada e seu livro produzido na década de 1930, mas publicado parcialmente apenas em 1975, e completamente em 2012, intitulado *Teoria do romance I: A estilística* (2015 [1975])¹⁵.

Como se pode observar, esse rompimento com a linguística estruturalista para dar lugar ao que, mais tarde, Pêcheux vai chamar de “linguística da fala”, foi relevante não apenas para a história da Análise do Discurso, como é a finalidade da autora explicitar, mas serviu igualmente à história da Estilística.

Nagamine Brandão (2004, p. 39) aponta ainda para uma divisão que Pêcheux faz da linguística do seu período, identificando três principais tendências. Abaixo está a própria citação de Pêcheux (1995 [1975], p. 21) sobre as tais tendências linguísticas de então:

- 1) A tendência formalista-logicista, hoje essencialmente organizada na escola Chomskyana, enquanto desenvolvimento crítico do estruturalismo lingüístico através das teorias "gerativas". Essa tendência pôde encontrar um aval filosófico nos trabalhos da escola de Port-Royal. Voltamos a isso.
- 2) A tendência histórica, formada desde o século XIX enquanto lingüística histórica (F. Brunot, A. Meillet), desembocando hoje nas teorias da variação e da mudança lingüística (geo-, etno-, socio-lingüísticas).
- 3) Enfim uma última tendência, que se poderia chamar “lingüística da fala” (ou da enunciação, da "performance", da "mensagem", do "texto", do "discurso", etc.), em que se reativam certas preocupações da Retórica e da Poética, através da crítica do primado lingüístico da comunicação. Essa tendência desemboca numa lingüística do estilo como desvio, transgressão, ruptura, etc., e sobre uma lingüística do diálogo como jogo de confrontação.

Nas três notas de rodapé relativas a esse excerto, Pêcheux (*ibidem*, p. 35) cita mais autores que estão ligados a cada uma dessas tendências. Em relação à tendência formalista-

¹⁵ Esta obra será mais bem abordada no próximo subtópico (2.2).

logicista, por exemplo, cita, além de Noam Chomsky, C. J. Fillmore de um lado, G. Lakoff & McCawley, de outro, e ainda o formalista soviético S. K. Saumjan. Na tendência da linguística histórica, inclui M. Cohen, U. Weinreich, W. Labov e, num ponto de vista menos teórico, B. Bernstein. Já na última tendência, e que mais nos interessa – aquela que chama de “lingüística da fala” –, insere os autores R. Jakobson & E. Benveniste, O. Ducrot, R. Barthes, A. J. Greimas e J. Kristeva.

Não só muitos dos teóricos citados nessa terceira “tendência” linguística de que fala Pêcheux são relevantes para a constituição de importantes correntes estilísticas, como esta parece também definir a própria Estilística, em alguns momentos, como aquela “em que se reativam certas preocupações da Retórica e da Poética”, ou a referência à “lingüística do estilo” etc. (*ibidem*). Ainda que Pêcheux seja citado por Brandão com o objetivo claro de evidenciar a tendência linguística onde a Análise do Discurso se insere, tais elementos reforçam mais uma vez a sua filiação comum com a Estilística.

Com isso, chegamos então à discussão epistemológica sobre o lugar da ciência na área de Letras; e, mais especificamente, o lugar que a Estilística buscou ocupar (como ciência) para se legitimar enquanto estudo.

A pretensão à cientificidade, na perspectiva positivista, como diz Ricoeur, implica a pretensão à não-ideologia¹⁶. Visando então à sua legitimação, diversas correntes da Estilística buscaram aproximar-se da Linguística – o considerado mais científico na área de Letras¹⁷ –, e afastar-se dos estudos literários; ou, mais ainda, propor um método mais científico que todos os anteriores para o estudo literário.

A pretensão à não-ideologia, ainda que um pressuposto positivista, não vingou, no entanto, em muitos teóricos da Estilística – como Bakhtin, além de autores do Círculo de Praga como Jakobson –, assim como não foi um pressuposto aderido pela Análise do

¹⁶ Ricoeur (1990 & 1994) apresenta uma reflexão acerca do conceito de ideologia que redundará numa verdadeira redimensionalização desse conceito, ao modo aristotélico. Destaca-se aqui a didática explanação que fez do conceito Ernane Salles da Costa Júnior (2014, p.52): “Se, de uma parte, o imaginário procura salvaguardar uma ordem social, atribuindo uma imagem, uma identidade e meios pelos quais uma coletividade é capaz de se identificar e projetar-se a si mesma (ideologia); de outro lado, ele pode romper, questionar, abrir essa ordem à possibilidade de ser diferente (utopia). Portanto, não existe uma sem a outra”.

¹⁷ A nomenclatura na qual se inscreve “Letras”, de resto, faz ressoar, não só a etimologia (γράμματα, *litterae*), relacionada à apreciação, ao estudo e à prática literária, como também beletrismo caído em desfortúnio diante das pretensões científicas que os estudos literários mimetizavam da Linguística.

Discurso. Esta, pelo contrário, pressupõe inclusive a existência inevitável de ideologia em todo e qualquer discurso.

É evidente que o fato mesmo de se buscar legitimação já é por si só ideológico. Brandão (2004, p. 29) assinalou a postura de Ricoeur (1990, p. 75), sintetizada por ele mesmo desta forma:

[...] a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social.

Essa busca da Estilística pela própria legitimação enquanto ciência foi, assim, perdendo cada vez mais lugar, uma vez que esta não conseguia cumprir a expectativa de objetividade, e lidar com interpretações e representações – explicitadas acima como fatores ideológicos, por Ricoeur – era o centro do seu objeto de estudo. Apesar dos esforços de muitos teóricos em atribuir o máximo possível de cientificismo à Estilística – como as fórmulas dos formalistas russos e franceses – a falta de precisão, de empirismo e de objetividade nos estudos literários eram, ainda assim, contrastantes com o alegado notório rigor científico na Linguística.

2.2. Algumas tentativas de conceituação de ‘estilística’ no século XX

Ao procurar possíveis explicações para o que se chama de ‘estilística’ no século de maior produção dessa teoria e disciplina, encontramos no já referido verbete “*stylistique*”, do *Trésor de la Langue Française informatisé*, editado pelo Institut National de la Langue Française e pelo LANDISCO (Langue Discours Cognition – Université Nancy), um mapeamento importante da história desse conceito, especialmente na sua constituição inicial, na Europa. A primeira parte, então, deste verbete diz:

ESTILÍSTICA, subst. fem. e adj.

A. – LINGUÍSTICA

1. Subst. fem.

a) Datado. “Conhecimento prático das particularidades características de uma língua dada e notadamente das figuras e idiotismos” (MAR. *Lex.* 1951, p. 213¹⁸); A palavra estilística *apareceu em meados do século XIX na Alemanha. Ela designa então métodos destinados a completar o estudo gramatical de uma língua pelo estudo de locuções particulares (...). Uma obra ainda utilizada em nossos dias, a Estilística latina, do alemão [Ernst] Berger, utiliza a palavra estilística no sentido assim definido, pela qual poder-se-ia substituir a palavra fraseologia* (F. DELOFFRE, *Stylistique et poétique française*, 1970, pp. 10-11). *por metonímia: raro, obra que trata dessas particularidades.*¹⁹

Nesta primeira acepção, que localiza a origem do termo ‘estilística’ na Alemanha do século XIX, está indicada uma equivalência semântica com um outro termo: ‘fraseologia’. Foram encontradas referências que, de fato, fazem convergir a significação desses dois termos, ‘fraseologia’ e ‘estilística’. Um exemplo disso é a menção a Charles Bally e a sua obra *Traité de stylistique française*, em dois artigos publicados com décadas de distância, intitulados: “Lexicologia e fraseologia no português moderno” (KLARE, 1986) e “Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada” (BEVILACQUA, 2004/2005). Nestes artigos, Bally é colocado como um dos precursores da fraseologia, depois das primeiras bases terem sido lançadas pelos linguistas russos, como A. A. Potebnjá, E. F. Fortunatov e A. A. Sachmatov (KLARE, 1986, pp. 355-356) e pelo seu próprio mestre Saussure (BEVILACQUA, 2004/2005, pp. 76-77).

Além de referenciar o autor e a obra fundadores da disciplina estilística como precursores da fraseologia, Johannes Klare relaciona esta à ‘expressividade’ – ideia que,

¹⁸ As referências bibliográficas internas à citação são preservadas tais quais na obra citada, e não constam da Bibliografia desta Dissertação quando só figuram nessa posição.

¹⁹ “**STYLISTIQUE**, subst. fém. et adj.

A. – LINGUISTIQUE

1. Subst. fém.

a) *Vieilli.* „Connaissance pratique des particularités caractéristiques d'une langue donnée et notamment des figures et idiotismes” (MAR. *Lex.* 1951, p. 213); Le mot de stylistique *est apparu vers le milieu du XIXe siècle en Allemagne. Il désigne alors des méthodes destinées à compléter l'étude grammaticale d'une langue par l'étude des locutions particulières (...). Un ouvrage toujours utilisé de nos jours, la Stylistique latine, de l'Allemand Berger, utilise le mot de stylistique dans le sens ainsi défini, auquel on pourrait substituer le mot de phraséologie* (F. DELOFFRE, *Styl. et poét. fr.*, 1970, pp. 10-11). *p. méton., rare, ouvrage traitant de ces particularités.*” (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi/>.)

como será mostrado mais à frente neste mesmo capítulo, é usada pelo próprio Bally, e mais tarde reforçada por Mattoso Câmara Jr., para definir o objeto de estudo da Estilística –, e ainda à metáfora. Como diz Klare, as unidades fraseológicas ou idiomáticas “desempenham um papel essencial no aumento da expressividade de enunciados e textos [...]. Não é raras vezes que o aumento da expressividade se baseia nas imagens contidas nos fraseologismos, na sua metafórica.” (1986, p. 357). A noção de expressividade, que surgirá muitas vezes, parece compor a linha tênue que possibilita a construção de uma história do conceito de ‘estilística’²⁰. Uma história que, de resto, assim como a de todo conceito, mostra-se conflituosa e fragmentada.

Essa primeira acepção do termo, no verbete do *TLLFi*, também coincide com a visão de Yllera, que situa as primeiras manifestações da Estilística no século XIX, com o alemão Ernst Berger, que escrevia uma “*Estilística latina*, concebida como estudo de expressões especiais, com a intenção de completar os estudos gramaticais (1979, p.13-14). Yllera, inclusive, afirma: “O século XIX conheceu diversos estudos de estilo ou estilísticos²¹”, e divide, então, seu caminho em três principais momentos: 1. “Autores alemães conceberam-nos como análise de diversas expressões especiais, complemento da gramática”; 2. “Outros analisaram as diversas figuras da antiga retórica, reduzindo o termo ‘estilo’ ao que os antigos chamaram *elocutio* ou inclusivamente ao *ornatus*”; 3. “Finalmente, vários estudos de estilo compreendiam a análise do pensamento, da técnica, etc., de um autor particular.” (*ibidem*, p. 15).

Gladstone Chaves de Melo²², em *Ensaio de estilística da língua portuguesa*, inicia seu segundo capítulo, intitulado “Conceito de estilística”, dizendo ser a Estilística uma “ciência (ou técnica) muito recente”, e atribui a sua criação a Charles Bally, em 1902. Em

²⁰ Essa relação entre os conceitos de ‘expressividade’ e de ‘estilística’ são abordados no subcapítulo 2.4.

²¹ Note-se a diferenciação necessária que a autora faz entre “de estilo” e “estilísticos”, visto que alguns autores, como o próprio Charles Bally, fazem questão de assinalar tal diferença.

²² Gladstone Chaves de Melo foi Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, na Universidade de Coimbra (Portugal) e na Universidade de Tübingen (Alemanha). Sua atuação política, junto à UDN na Constituinte do Estado da Guanabara (e, mais tarde, sua atuação nos setores de Cultura e Educação da fase mais dura do Governo Militar no Brasil), contribuiu, ainda que modestamente, para o imaginário sobre a Filologia como um reduto acadêmico conservador. As notícias sobre seu falecimento, em 2001, foram notadamente desproporcionais ao seu prestígio em vida.

seguida, afirma que, desde então e até o momento presente, ela está “procurando seus direitos de cidadania, ou seu foral, no reino das disciplinas linguísticas” (1976, p. 15).

A determinação de Bally como fundador da Estilística, defendida por Gladstone Chaves de Melo, parece convergir com a visão de Joaquim Mattoso Câmara Jr., reproduzida por Carlos Uchôa, no Prefácio à obra do linguista: “Para Mattoso Câmara ‘a base verdadeiramente sólida da estilística’ foi proposta por Bally: ‘a conceituação nos moldes de Bally é que vai ao cerne do assunto’, proclama ele na primeira parte da obra.” (UCHÔA, 1985, p. i-ii).

Como é possível ver, nem mesmo o surgimento da Estilística é consenso entre os autores. Enquanto o verbete do *Trésor de la Langue Française* e Alicia Yllera, por exemplo, reconhecem as primeiras ocorrências do termo como já marcadores da existência da disciplina, ainda que reconheçam suas diferenças com as correntes do século XX, os brasileiros Gladstone Chaves de Melo, Mattoso Câmara Jr. e Carlos Uchôa consideram Bally o criador da Estilística enquanto tal.

Gladstone Chaves de Melo afirma, inclusive, a existência anterior do termo escolhido por Bally para nomear sua disciplina – o que, aliás, está expressamente dito no início do próprio *Traité de stylistique française* –, e defende, ainda assim, tratar-se de um outro conceito: “A palavra de que se serviu o criador para batizar a nova especulação já teria cerca de trinta anos na língua francesa e mais do que isso na língua alemã. Porém, o conceito agora é muito outro, sensivelmente diverso do que lho assina Littré – ‘teoria do estilo’” (MELO, 1976, p. 15).

Essa discussão parece refletir uma questão ainda mais profunda, no que diz respeito a interpretações distintas quanto ao surgimento do conceito. Na perspectiva da história dos conceitos, de Reinhart Koselleck, é possível que um conceito só venha a surgir posteriormente – e não concomitantemente – à criação do termo que lhe corresponda. Seria possível, portanto, considerar que o conceito de ‘estilística’ que rendeu diversas teorias no século XX tenha surgido com Charles Bally no início do mesmo século, apesar de o termo já existir anteriormente. O mesmo vale para ‘estilo’, um termo evidentemente mais antigo que ‘estilística’ e também com uma ruptura mais clara do que veio a ser o conceito de ‘estilo’ após o surgimento da disciplina e do conceito de estilística.

Outra interpretação possível para isso seria a da virada conceitual, também prevista na história dos conceitos. Neste caso, o conceito de estilística anterior a Bally seria tão distinto do que veio a ser depois dele que se marcaria uma quebra ou virada conceitual a partir de então. Seja qual for o caso, essa divergência de interpretação conceitual também é representativa da relação institucional do conceito nos diferentes contextos. A visão europeia (francesa do *TLFi*, e espanhola de Alicia Yllera) ser divergente da brasileira (Gladstone Chaves de Melo, Mattoso Câmara Jr. e Carlos Uchôa, para citar apenas alguns) é também resultado dos diferentes níveis de impacto teórico e institucional que a Estilística gerou em tais lugares. Enquanto, na Europa, a Estilística já protagonizava vários estudos no século XIX, no Brasil essa disciplina só veio a ser conhecida, ou ter relevância, no século XX.²³

O próximo trecho do verbete trata do objeto de estudo da Estilística, e, para tanto, cita o próprio Bally:

b) Disciplina que tem como objeto o estilo, que estuda os processos literários, os modos de composição utilizados por um autor em suas obras ou os traços expressivos próprios de uma língua (v. *estilo* II A). *A tarefa da estilística interna é (...), limitando-se à língua comum, desvelar os germes do estilo (...): sob que condições um modelo expressivo empregado por todo mundo pode se transformar num procedimento literário, reconhecível por estas duas características: intenção estética e marca individual?* (BALLY, *Le langage et la vie*, 1952, p. 61)²⁴

No entanto, ainda que essa citação de Bally não produza estranhamento *a priori*, a escolha deste autor em especial para se legitimar o ‘estilo’ como objeto de estudo da Estilística é um tanto curiosa, visto que este autor já se colocou contrário à correlação entre

²³ Relevância essa, no Brasil, adquirida especialmente a partir da Estilística de Charles Bally, provavelmente advinda junto com a Linguística estruturalista.

²⁴ “b) Discipline qui a pour objet le style, qui étudie les procédés littéraires, les modes de composition utilisés par tel auteur dans ses œuvres ou les traits expressifs propres à une langue (v. *style*¹ II A). *La tâche de la stylistique interne est (...), tout en se confinant dans la langue commune, de mettre à nu les germes du style (...): dans quelles conditions un type expressif employé par tout le monde peut-il se transformer en un procédé littéraire, reconnaissable à ces deux caractères: intention esthétique et marque individuelle?* (BALLY, *Lang. et vie*, 1952, p. 61) (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.)

‘estilo’ e ‘estilística’. Na sua principal obra dedicada à estilística, *Traité de stylistique française*, diz Charles Bally:

Dizem que “o estilo é o homem”²⁵, e essa verdade, que não contestamos, poderia levar a crer que ao se estudar o *estilo* de Balzac, por exemplo, estuda-se a *estilística individual* de Balzac: o que seria um erro grosseiro. Há um abismo intransponível entre o emprego da linguagem feita por um indivíduo dentro das circunstâncias gerais e comuns impostas a todo um grupo linguístico, e o emprego que faz um poeta, um romancista, um orador. Quando o sujeito falante se encontra nas mesmas condições que todos os outros membros do grupo, existe uma norma a partir da qual se pode medir as diferenças da expressão individual; para um literato, as condições são totalmente diferentes: *ele faz da língua um emprego voluntário e consciente* (fala-se de bom grado em inspiração; na criação artística mais aparentemente espontânea, há sempre um ato voluntário); em segundo lugar, e sobretudo, ele emprega a língua com uma intenção estética; ele deseja produzir beleza com as palavras, assim como o pintor a produz com as cores, e o músico, com os sons. Contudo, esta intenção, que é quase sempre a do artista, não é quase nunca a do sujeito que fala espontaneamente a sua língua materna. Isso já basta para separar para sempre o estilo da estilística.²⁶

A julgar estritamente pelo dito neste trecho, Charles Bally põe em forte oposição o conceito de ‘estilo’ e o de ‘estilística’. No entanto, na sua obra *Le langage et la vie*, publicada

²⁵ A frase inicial que Bally cita é derivada do adágio cunhado por Buffon: “Le style est l’homme même”, provavelmente derivada de uma tradução da máxima ciceroniana “*qualis autem homo ipse esset, talem esse eius orationem*” (*Tusculanarum disputationum*, V, 16 (47)), onde a *eius oratio* (i.e., o ‘discurso dele’, do homem) encontrou, no pensamento de Buffon, o correspondente em ‘style’. Essa frase de Buffon – com ou sem “même” – foi amplamente reproduzida pelos estudiosos da Estilística de maneira quase poética, independentemente da linha de que faziam parte.

²⁶ “On a dit que ‘le style, c’est l’homme’, et cette vérité, que nous ne contestons pas, pourrait faire croire qu’en étudiant le *style* de Balzac, par exemple, on étudie la *stylistique individuelle* de Balzac: ce serait une grossière erreur. Il y a un fossé infranchissable entre l’emploi du langage par un individu dans les circonstances générales et communes imposées à tout un groupe linguistique, et l’emploi qu’en fait un poète, un romancier, un orateur. Quand le sujet parlant se trouve dans les mêmes conditions que toutes les autres membres du groupe, il existe de ce fait une norme à laquelle on peut mesurer les écarts de l’expression individuelle; pour le littérateur, les conditions sont toutes différentes: *il fait de la langue un emploi volontaire et conscient* (on a beau parler d’inspirations; dans la création artistique la plus spontanée en apparence, il y a toujours un acte volontaire); en second lieu et surtout, *il emploie la langue dans une intention esthétique*; il veut faire de la beauté avec les mots comme le peintre en fait avec les couleurs et le musicien avec les sons. Or cette intention, qui est presque toujours celle de l’artiste, n’est presque jamais celle du sujet qui parle spontanément sa langue maternelle. Cela seul suffit pour séparer à tout jamais le style et la stylistique.” (BALLY, 1921, p. 19)

poucos anos depois do *Traité*, e de onde a citação do verbete do *TLFi* foi tirada, Bally apresenta uma posição menos incisiva quanto à separação entre o ‘estilo’ e a ‘estilística’, ainda que continue considerando-os domínios distintos:

Estilo e estilística são dois domínios ao mesmo tempo distintos e vizinhos: todo signo expressivo da língua coloca a seguinte questão: sob quais condições um modelo expressivo empregado por todo mundo pode se transformar num procedimento literário, reconhecível por estas duas características: intenção estética e marca individual?²⁷

Apesar da aparente relativização de Bally, nesse trecho escolhido pelo *TFLi*²⁸, o que permanece como algo característico da teoria desse autor para a tradição posterior é justamente seu forte posicionamento contrário a uma Estilística que leve em conta o texto literário. Há, inclusive, constantes ressalvas feitas por autores que abordam o tema quando comparam Bally a outros teóricos – enfatizando sempre a recusa de Bally à utilização do texto literário.²⁹

Essa leitura recorrente de Bally provavelmente se explica pelo fato de o linguista entender a língua literária como espécie de consequência da língua falada. A mesma língua, portanto, que depois de ser biológica e social, pode ser usada com fins estéticos. Tal posicionamento está no trecho a seguir:

Já é tempo de não mais considerar a língua literária como uma coisa à parte, uma espécie de criação *ex nihilo*; ela é antes de tudo uma transposição especial da língua de todos; apenas os motivos biológicos e sociais dessa língua se tornam motivos estéticos.

Contudo, nada marca melhor essa analogia e essa diferença que as palavras estilística e estilo, que se evocam e se opõem. Eis a razão por que acredito poder indicar, como no passado, a partir de um termo frequentemente

²⁷ “Style et stylistique sont deux domaines à la fois distincts et voisins: tout signe expressif de la langue pose cette question: dans quelles conditions un type expressif employé par tout le monde peut-il se transformer en un procédé littéraire, reconnaissable à ces deux caractères: intention esthétique et marque individuelle?” (BALLY, 1965, p. 61)

²⁸ Note-se que no *TLFi* não está o trecho citado integralmente. Omitiu-se, no verbete, a parte inicial: “Estilo e estilística são dois domínios ao mesmo tempo distintos e vizinhos” [“Style et stylistique sont deux domaines à la fois distincts et voisins”].

²⁹ Cf. Yllera (1979, p. 19) e Uchôa (1985, p. iii).

criticado, um tipo de estudo que parece orientado para as coisas da literatura sem se confundir com ela.³⁰

O trecho abaixo contribui para essa compreensão da estilística da língua falada que viria em primeiro lugar. No entanto, ainda que Bally tenha sido referencial e possivelmente fundador de uma nova visão da Estilística, pouco se verificou dessa análise estritamente baseada na língua na tradição que o seguiu, que frequentemente inseria a análise linguística, tal como Bally, mas com o fim de analisar o texto literário. Para compreender melhor a definição básica de estilística para Bally, lê-se no *Traité*:

Definição da estilística: ela estuda o valor afetivo dos fatos da linguagem organizada, e a ação recíproca dos fatos expressivos que concorrem para formar o sistema de meios de expressão de uma língua. A estilística pode ser, a princípio, geral, coletiva ou individual; mas o estudo só pode, atualmente, se fundar na linguagem de um grupo social organizado; ela deve começar pela língua materna e pela linguagem falada.³¹

Levando em conta que Bally é discípulo de Saussure, não é de se surpreender que os critérios de seleção do objeto de estudo da Estilística tenham sido herdados da Linguística saussuriana, a saber, a necessidade de se partir da língua materna e falada. Apesar disso, Bally abre espaço para um estudo linguístico que se debruça sobre o “valor afetivo” da linguagem – juntamente com a noção de expressividade –, algo que permanecerá nas mais diversas teorias estilísticas.

³⁰ Il est temps de ne plus considérer la langue littéraire comme une chose à part, une sort de création ex nihilo; elle est avant tout une transposition spéciale de la langue de tous; seulement les motifs biologiques et sociaux de cette langue deviennent motifs esthétiques.

Or, rien ne marque mieux cette analogie et cette différence que les mots de stylistique et de style, qui s'appellent et s'opposent. Voilà pourquoi je crois pouvoir désigner, comme par le passé, d'un terme souvent critiqué, un genre d'étude qui semble orienté vers les choses de la littérature sans se confondre avec elle. (BALLY, 1965, p. 62)

³¹ “Définition de la stylistique: elle étudie la valeur affective des faits du langage organisé, et l'action réciproque des faits expressifs qui concourent à former le système des moyens d'expression d'une langue. La stylistique peut être, en principe, générale, collective ou individuelle; mais l'étude ne peut présentement se fonder que sur le langage d'un groupe social organisé; elle doit commencer par la langue maternelle et le langage parlé.” (BALLY, 1921, p. 1)

No mesmo tópico “b” do verbete do *TLFi*, em que aparece o trecho aqui já problematizado de Bally, cita-se também Pierre Guiraud:

- ... da retórica nós herdamos uma dupla definição da **estilística**: por um lado, uma descrição dos recursos estilísticos que a língua põe à disposição do escritor (a teoria das “figuras”); por outro lado, as regras de utilização e a escolha dessas figuras de acordo com a situação linguística (a teoria dos gêneros). (...) os modernos acrescentam uma terceira com a noção de língua própria do escritor. Há, finalmente, três **estilísticas**: descritiva, funcional, genética.

GUIRAUD, *Essais de stylistique*, 1969, p. 27.³²

Essa divisão da ‘estilística’ proposta por Guiraud encontrou eco, inclusive, em materiais didáticos que se propõem a definir essa disciplina. Além disso, Castelar de Carvalho cita Guiraud em um artigo intitulado “A estilística e o ensino de português”, porém descreve sua divisão de maneira distinta à do verbete, elencando a estilística não em três, mas em apenas duas correntes, talvez por se basear em uma obra diferente desse mesmo autor:

Dividida por Pierre Guiraud (1970:62³³) em estilística da língua ou da expressão (linha estruturalista de Bally: ênfase à expressividade latente no sistema) e estilística genética ou do autor (corrente idealista de Vossler e Leo Spitzer: ênfase à criação expressiva individual), trabalha com algumas categorias básicas, como funções da linguagem, estilo, desvio e escolha. (CARVALHO, 2015, p. 1)

Sobre o lugar em que se insere Pierre Guiraud na Estilística, Alicia Yllera (1979, p. 50) afirma ser ele herdeiro da Estilística estrutural e poética de Jakobson, tendo sido influenciado pela obra de Bachelard, e conhecedor da estilística descritiva e genética. Um dado relevante fornecido por Yllera é o de que Guiraud teria procurado a própria

³²“●... de la rhétorique nous héritons une double définition de la **stylistique**: d'une part, une description des moyens stylistiques que la langue met à la disposition de l'écrivain (c'est la théorie des « figures »); d'autre part, des règles d'utilisation et de choix de ces figures en fonction de la situation linguistique (c'est la théorie des genres). (...) les modernes en ajoutent une troisième avec la notion de langue propre à l'écrivain. On a finalement trois **stylistiques**: descriptive, fonctionnelle, génétique. GUIRAUD, *Essais de styl.*, 1969, p. 27.” (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.)

³³ Referência a: GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. Trad. de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

originalidade fazendo uma síntese de diversas correntes, buscando conciliar diferentes tendências estilísticas. Sendo assim, Guiraud procurava “reintegrar a retórica no quadro epistemológico da linguística” e “reconciliar a estilística linguística com a crítica literária”.

No trecho abaixo do verbete ‘*stylistique*’, pode-se ver que Guiraud utiliza Bachelard para sua descrição do que seria a estilística, confirmando a influência deste autor na sua obra:

— *Em partic.* Que pertence ao conteúdo afetivo, subjetivo de uma expressão, de um texto. *Efeito estilístico; emprego estilístico de uma palavra.* Bachelard (...) mostra que o valor das palavras, tais como “mole”, “pegajoso”, “viscoso” transcende constantemente seus significados (...). Há, assim, diversos empregos metafóricos, com diversos valores estilísticos por trás dos quais se deve procurar menos uma imagem formal objetiva do que uma experiência íntima e intuitiva (GUIRAUD ds *Langage*, 1968, p. 444).³⁴

Vale ressaltar também nesse trecho do verbete uma definição de estilística que se baseia no conteúdo “afetivo” e “subjetivo de uma expressão”. Tais termos, “afetivo” e “expressão” (ou derivados, como “expressividade”), são extremamente recorrentes nas diversas correntes estilísticas. O que há de diferente nesta última citação de Guiraud é a noção de “valor estilístico”, que não parece aqui ser prescritivo, num julgamento axiológico, mas sim uma noção de valor mais próxima da Linguística – como em “valor semântico”, por exemplo.

Alicia Yllera também utiliza a divisão dupla da estilística de Pierre Guiraud (e baseia-se tanto na obra citada no verbete do *TLFi* quanto a referenciada por Castelar de Carvalho), situando Cressot na “estilística *descriptiva*” – utilizando o termo de Guiraud para a escola franco-suíça, reservado a autores que se dedicam a estudar a obra literária –, em oposição ao que chama de “estilística *da língua*’ ou *linguística*”, de que fazem parte Bally e

³⁴ “— *En partic.* Qui appartient au contenu affectif, subjectif d'une expression, d'un texte. *Effet stylistique; emploi stylistique d'un mot.* Bachelard (...) montre que la valeur de mots tels que « mou », « gluant », « visqueux » transcende constamment leur signification (...). Il est ainsi de nombreux emplois métaphoriques, de nombreuses valeurs stylistiques derrière lesquels on doit chercher moins une image formelle objective qu'une expérience intime et intuitive (GUIRAUD ds *Langage*, 1968, p. 444)”. (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.) Ressalta-se que este trecho do verbete foi o único retirado da ordem; ele pertence ao ponto “2. *Adjetivo*”.

Marouzeau (1979, p.18). Diz Yllera, portanto, que Cressot inverte totalmente a fórmula de Bally, afirmando que a obra literária faz parte do domínio da estilística justamente pelo fato de a escolha na literatura ser mais voluntária e consciente (YLLERA, 1979, p. 20).

Assim como depois fará Dámaso Alonso, Cressot critica os argumentos utilizados por Bally para afastar a Estilística da obra literária, argumentando que esta é também comunicação, sendo o elemento estético parte do desejo do autor de conseguir a adesão do leitor e, portanto, não se opondo à comunicação oral (*ibidem*, p.20).

Há também no verbete do *TLFi* um trecho retirado de Cressot:

◆*Estilística comparada*. Estudo comparado dos meios de expressão próprios de duas ou mais línguas. *Quando se tiver libertado das leis que regem a expressão do pensamento francês, será possível estudar as analogias ou as diferenças que o aproximam ou o separam do das línguas irmãs ou de uma outra família. Essa será a estilística comparada* (CRESSOT 1969, p. 6).³⁵

Essa citação pode ser mais bem esclarecida a partir do que diz Yllera sobre o objetivo desse autor; para ele, a estilística consistiria, em última análise, em “determinar as leis gerais que regem escolha da expressão, e dentro do quadro mais reduzido do nosso idioma, a relação entre a expressão francesa e o pensamento francês”³⁶. Dessa maneira, não parece estar ausente deste autor a análise linguística, apesar de fazer uso de textos literários. Yllera (1979, p. 21) conclui, em seguida, que Cressot e Bruneau “recorriam à obra literária como mera fonte de dados”, uma tendência que a autora diz permanecer viva até o seu presente momento (portanto, por volta dos anos de 1970).

Para concluir a referência ao verbete “*stylistique*”, o *Trésor de la Langue Française informatisé* cita Paul Valéry para associar a ‘estilística’ ao ‘estilo’ individual – aspecto este

³⁵ “◆ *Stylistique comparée*. Étude comparée des moyens d'expression propres à deux ou plusieurs langues. *Quand on aura dégagé les lois qui régissent l'expression de la pensée française, il sera possible d'étudier les analogies ou les différences qui la rapprochent ou la séparent de celle de langues sœurs ou d'une autre famille. Ce sera la stylistique comparée* (CRESSOT 1969, p. 6).” (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.)

³⁶ “[...] déterminer les lois générales qui régissent le choix de l'expression, et dans le cadre le plus réduit de notre idiome, le rapport de l'expression française et de la pensée française” (CRESSOT, 1969, p 3, *apud* YLLERA, 1979, p. 21)

divergente entre os autores –, e ao modo ideal de escrever – prescrição que remete à Retórica, assunto do subcapítulo (3.1). Lê-se, portanto:

2. *Adjetivo*

a) De estilo (v. *estilo* II A); que concerne ao modo de se exprimir próprio de uma pessoa e, em particular, na maneira ideal de escrever. *Lido le Bal du Comte d'Orgel (...). Sécurité extraordinaire desse livro (...). O êxito é quase perfeito (apesar das incompreensíveis falhas estilísticas (...))* (GIDE, *Journal*, 1933, p. 1149). *Estas “Tentações” [de Santo Antão] (...) era para ele [para Flaubert] como um antídoto íntimo contra o tédio (...) de escrever seus romances de costumes modernos e de de criar monumentos estilísticos para a trivialidade provincial e burguesa* (VALÉRY, *Variété V*, 1944, p. 202).³⁷

E continua com Jean Dubois, referindo-se ao sentido de ‘estilística’ na Lexicografia:

– *LEXICOGR. Indicador/marca estilística*. Indicação que permite notar um certo nível da língua. *Os níveis da língua ou marcas estilísticas, pelo próprio nome, indicam que existe uma hierarquia social, diagnosticada pelos componentes verbais* (J. et Cl. DUBOIS, *Introd. à la lexicogr.*, Paris, Larousse, 1971, p. 37). *Quando muitos indicadores estilísticos são necessários para introduzir uma palavra ou um sentido, o indicador valorativo ou pejorativo precede, nos artigos do TLF, o indicador de nível de língua, o qual precede o indicador relativo ao uso* (G. GORCY ds *Wörterbücher*, t. 1, Berlin-New York, W. de Gruyter, 1989, p. 913, col. 1).³⁸

³⁷ “2. *Adjectif*

a) De style (v. *style*¹ II A); qui concerne la façon de s'exprimer propre à telle personne et, en particulier, la manière idéale d'écrire. *Lu le Bal du Comte d'Orgel (...). Extraordinaire sûreté de ce livre (...). La réussite est à peu près parfaite (en dépit d'incompréhensibles défaillances stylistiques (...))* (GIDE, *Journal*, 1933, p. 1149). *Cette « Tentation » [de saint Antoine] (...) lui était [à Flaubert] comme un antidote intime opposé à l'ennui (...) d'écrire ses romans de mœurs modernes et d'élever des monuments stylistiques à la platitude provinciale et bourgeoise* (VALÉRY, *Variété V*, 1944, p. 202). (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.)

³⁸ “– *LEXICOGR. Indicateur/marque stylistique*. Indication permettant de noter un certain niveau de langue. *Les niveaux de langue ou marques stylistiques, par le nom même, indiquent qu'il existe une hiérarchie sociale, diagnostiquée par les comportements verbaux* (J. et Cl. DUBOIS, *Introd. à la lexicogr.*, Paris, Larousse, 1971, p. 37). *Quand plusieurs indicateurs stylistiques sont nécessaires pour introduire un mot ou un sens, l'indicateur mélioratif ou péjoratif précède dans les articles du TLF l'indicateur de niveau de langue, lequel précède l'indicateur relatif à l'usage* (G. GORCY ds *Wörterbücher*, t. 1, Berlin-New York, W. de Gruyter, 1989, p. 913, col. 1).” (*loc. cit.*)

Uma primeira observação possível de se fazer é que os *indicadores estilísticos* citados acima, ainda que referentes à Lexicografia, lembram os marcadores estilísticos recentemente recuperados pela Sociolinguística³⁹. Para além disso, no entanto, é importante lembrar o lugar que ocupou Jacques Dubois, um dos autores citados acima e de grande relevância nos estudos estilísticos: integrante do grupo μ , buscou elaborar uma “retórica geral”, segundo Yllera (1979, p. 16), entendendo a retórica como “um conjunto de desvios” com fins estéticos específicos. Alicia Yllera o menciona, no entanto, como exemplo do movimento recente, em seu tempo, da Estilística e da Poética tentarem se apropriar das análises da “velha retórica caída no esquecimento há mais de um século ou «repenser la rhétorique en termes structuraux» («reequacionar a retórica em termos estruturais»), como assinalava Barthes em 1964” (*ibidem*, p. 16).

Por fim, citaremos o último ponto da primeira parte do verbete do *TLFi*:

b) Relativo à estilística (*supra* A 1 b). *Para recusar à estilística literária o direito à existência, Croce alega que toda criação artística procede de uma intuição sintática; que essa intuição escapa à análise estilística* (BALLY, ds *Wörterbücher*, t. 1, Berlin-New York, W. de Gruyter, 1989, p. 913, col. 1). *Um primeiro tipo de estudos estilísticos unirá as análises dos sistemas da expressão: 1º de uma língua (...); 2º de um gênero (...); 3º de um escritor (...)* é o objetivo tanto de L. Spitzer como de G. Devoto ou de Ch. Bruneau (...). *Um segundo tipo abará (...)* as análises de um ou mais recursos de expressão (G. ANTOINE ds *R. de l'enseign. sup.*, t. 1, 1959, pp. 59-60).⁴⁰

A citação de Benedetto Croce acima feita por Bally explica menos o que o próprio item do verbete propõe (“**b**) Relativo à estilística”), já que se trata de uma tentativa de

³⁹ Essa e outras reapropriações recentes de ‘estilística’ por correntes linguísticas se encontram no subcapítulo 2.3 desta Dissertação.

⁴⁰ “**b**) Relatif à la stylistique (*supra* A 1 b). *Pour refuser à la stylistique littéraire le droit à l'existence, M. Croce allègue que toute création artistique procède d'une intuition synthétique; que cette intuition échappe à l'analyse stylistique* (BALLY, ds *Wörterbücher*, t. 1, Berlin-New York, W. de Gruyter, 1989, p. 913, col. 1). *Un premier type d'études stylistiques groupera les analyses des systèmes d'expression: 1o d'une langue (...); 2o d'un genre (...); 3o d'un écrivain (...)* c'est l'objectif aussi bien de L. Spitzer que de G. Devoto ou de Ch. Bruneau (...). *Un second type embrassera (...)* les analyses d'un ou plusieurs procédés d'expression (G. ANTOINE ds *R. de l'enseign. sup.*, t. 1, 1959, pp. 59-60).” (STYLISTIQUE. In: *TLFi*. <http://www.atilf.fr/tlfi>.)

justificar uma recusa à estilística literária, que diz bem mais do posicionamento do próprio Bally, como já foi discutido.

E quanto ao autor da citação final, Gérard Antoine, Alicia Yllera (1979, p. 38) lembra que ele propôs uma dupla estilística: das formas ou dos temas. Sobre a primeira, Antoine diz que se trataria daquela estilística que vê a obra como um sistema de valores ou de efeitos a serviço seja da intenção de significação, e principalmente de expressão, que provém do autor – nesse grupo se inseririam Bruneau, Marouzeau, Devoto e Spitzer –, seja da possibilidade de recepção e percepção oferecida pelo leitor ou ouvinte – neste, insere Riffaterre e todos os representantes da integração da estilística na linguística. Já na estilística dos temas, Antoine insere autores que pertencem ao domínio da crítica literária – Barthes, Poulet, Richard, Starobinski – e outros que são principalmente filósofos – Bachelard, Foucault, Sartre (*ibidem*, p. 38-9).

Sobre essa divisão de Antoine, no entanto, Yllera diz que ela “apresenta sérios inconvenientes”, uma vez que se baseando numa “reelaboração simplista da antiga distinção entre fundo e forma, confunde estilística e ‘nouvelle critique’” (*ibidem*, p. 39). Essa crítica que Yllera faz se baseia na sua forte posição quanto ao fato de não bastar que a maioria das correntes dessa crítica tenham adotado termos linguísticos – como estrutura, sistema etc. – para serem consideradas parte do “domínio da estilística”. A autora, prossegue, então, numa comparação: “tal como aplicações análogas em psicologia, antropologia, sociologia, etc. não bastam para destruir a autonomia das diversas ciências humanas” (*ibidem*, p. 39).

Yllera, conclui, então que a dificuldade da estilística em se delimitar das outras disciplinas fez com que alguns dos seus representantes se declarassem céticos (*ibidem*, p. 39). No entanto, a autora é da opinião de que a diversidade terminológica que a estilística recebeu (“poética”, “semiologia da obra literária” etc.) não representaria a existência de disciplinas de fato distintas, e sim “as vicissitudes que acompanham todos os esforços para um estudo objectivo da literatura: para um estudo que parta da sua própria matéria, a linguagem”.

Tal posicionamento de Yllera mostra uma quase defesa da Estilística enquanto campo autônomo, algo pouco crível tendo em vista seu lugar intermediário entre dois campos já em conflito (a Linguística e os estudos literários). No entanto, sua compreensão do que seria

o cerne comum a unir as teorias estilísticas é relevante para se pensar no que perpassaria todas as correntes tão divergentes. Sobre isso, ela propõe que o ponto em comum é o estudo objetivo da literatura.

Retomando, então, as subdivisões já propostas da Estilística, mais recentemente Carlos Uchôa dividiu a Estilística do século passado em duas grandes correntes – o que diz ser consensual, ainda que não explicita ninguém em particular⁴¹ –, que focalizavam o estilo com propostas distintas, mas que não deixavam de se pressupor: liderada por Leo Spitzer, a primeira seria a chamada “idealista”, que teria tal nome pela relação com a filosofia idealista de B. Croce e K. Vossler. Uchôa afirma que nesta “chamada escola idealista alemã, o estilo abarca todo elemento criado pela linguagem, reconhecido como próprio do indivíduo, refletindo, assim, a sua originalidade” (2013, p. 14). E a segunda corrente que menciona é a iniciada por Bally, que se preocupa em criar uma metodologia científica, e que se opunha ao positivismo dos neogramáticos, ainda que não se afastasse ela própria dos métodos positivistas.

Essa subdivisão de Uchôa parece remeter àquela já também citada por Castelar de Carvalho, baseada em Pierre Guiraud (que também encontra divergências, ora dividida em duas grandes linhas, ora em três). Para além dessas separações da Estilística, que são, no geral, pouco elucidativas, vale descrever brevemente a primeira “corrente” de que fala Uchôa.

Alicia Yllera, que subdivide em bem maior quantidade as linhas da Estilística, afirma que as correntes históricas e filosóficas na Alemanha prepararam terreno para o surgimento de “duas novas correntes estilísticas: uma concebida como história da cultura, com E. Auerbach, e outra idealista, influenciada por Croce, com Vossler e Leo Spitzer” (1979, p. 21-22).

Vossler, segundo Yllera, “reage violentamente ao positivismo que imperava no seu tempo e recorre à dupla formulação humboldtiana da linguagem como *ergon* (produto criado) e *energeia* (criação)” (*ibidem*, p. 22). A única via de penetração estilística para Vossler era a intuição, e nesse aspecto coincide com parte do método de Leo Spitzer, que se diferencia do autor, no entanto, ao afastar-se do seu historicismo. Enquanto Vossler

⁴¹ Pelas frequentes referências a Guiraud, no entanto, pode-se supor que também tenha tirado sua divisão deste autor.

buscava entender o estilo pessoal dentro de uma linguagem determinada historicamente, diz Yllera que “Spitzer parte da expressão individual do autor, pela qual penetra seu mundo mental, prescindindo da sua historicidade” (*ibidem*, p. 22).

E Leo Spitzer, segundo Yllera, torna-se o principal representante da escola idealista, propondo estabelecer uma ligação entre a linguística, a filologia e a história literária, campos entre os quais o positivismo havia criado um fosso que poucos autores se atreveram a transpor (*ibidem*, p. 24). No entanto, o pensamento positivista não parece estar de todo ausente neste autor, visto que logo a seguir afirma Yllera: “Spitzer era linguista e, por conseguinte, ‘cientista’ e sonhava transferir seu rigor para um domínio antes submetido à crítica impressionista e fragmentária, a obra poética” (*ibidem*, p. 24).

Por fim, Yllera afirma que o método impressionista de Spitzer – e, de modo geral, da escola idealista – foi muito atacado, ao que contrapõe a autora dizendo que, apesar das críticas, Spitzer foi o primeiro a tentar vincular a linguística à história literária, postulado básico da Estilística moderna (*ibidem*, p. 27).

Dámaso Alonso⁴² é citado logo a seguir por Yllera como adepto da ideia de Spitzer de que não seria possível adotar apenas uma técnica estilística para todas as obras, argumentando que para cada poeta ou poema seria necessário um caminho distinto de entrada. Para ele, prossegue Yllera, a estilística não consistiria em estudar todos os elementos presentes no poema, mas sim em fazer-se uma seleção entre esses elementos, o que só seria possível realizar através da “intuição” (*ibidem*, p. 28-9).

No entanto, Dámaso Alonso não acredita, como Spitzer, na possibilidade de se apreender completamente a “essência do poema”. Crê, portanto, quase que paradoxalmente ao seu método intuitivo, na possibilidade de uma ciência da literatura: a Estilística (*ibidem*, p. 29). Ao mesmo tempo em que valoriza a intuição como método de compreensão da obra literária, também se vale da linguística saussuriana – defendendo, por exemplo, uma análise

⁴² Para fazer sua análise da teoria de Dámaso Alonso, Alicia Yllera lista em rodapé um considerável número de obras de que fez uso, enfatizando que existem diversos estudos sobre a obra do autor. Como este capítulo, no entanto, não busca se aprofundar na teoria deste nem de outro autor, e sim identificar um percurso histórico mais geral de que fazem parte, optou-se por utilizar o mapeamento já feito por Alicia Yllera como fonte de dados principais, para então se fazer a análise proposta.

sincrônica⁴³ da obra, e fazendo uso das noções de ‘significado’ e ‘significante’ –, por considerar os valores afetivos inseparáveis dos valores conceituais, tal como Bally, e acrescenta a estes os fatos emotivos (*ibidem*, p. 30-1).

Yllera afirma que Dámaso Alonso diferencia a “estilística linguística” (ou da língua, protagonizada por Bally) da “estilística literária”, e completa, referenciando o próprio autor: “já que ‘a linguagem literária e a linguagem corrente são apenas graus de uma mesma coisa’” (ALONSO, 1971, p. 584, *apud* YLLERA, 1979, p. 32). Essa suposta justificativa, no entanto, não esclarece muito bem a motivação da distinção.

E, para concluir, enfim, a síntese de Yllera sobre Dámaso Alonso, a autora diz que este “elimina as fronteiras que, segundo Bally, separam a estilística individual do estudo do estilo de um autor, como anteriormente – ainda que de forma parcial – fizera Cressot” (YLLERA, 1979, p. 32). Tal eliminação de fronteiras é confirmada em Uchôa (2013, p. 15), quando diz que a Estilística de Dámaso Alonso teria “o propósito de explicar, em bases científicas os fatos linguístico-estéticos”.

Como se pode notar, essas contradições entre a tentativa de ser ciência e a utilização da intuição ou de outros métodos igualmente vagos para a análise do texto literário são muito comuns nas mais diversas “correntes” estilísticas. Houve quem tentasse expressamente unir métodos quase opostos, e esse parece ser o caso de Amado Alonso, como diz Yllera: “Com Amado Alonso desaparecem as antinomias existentes entre a escola de Bally e a de Vossler e Spitzer. Existe uma dupla estilística, uma estilística da língua e uma estilística da fala entre as quais é possível estabelecer uma ponte” (1979, p. 33), de maneira semelhante também ao que fazia Dámaso Alonso.

E concluindo a passagem pelos espanhóis, chega-se a Martín Alonso, literato e filólogo, que publicou, em 1947, a obra *Ciencia del lenguaje y arte del estilo*. Ainda que não faça parte do mapeamento de Alicia Yllera, a importância da obra – que mereceu sucessivas edições e reimpressões, e que se tornou uma referência sobre os estudos estilísticos na Península Ibérica – justifica o interesse neste trabalho por ela.

⁴³ Ainda que esse sincronismo, em Dámaso Alonso, esteja menos para uma delimitação de um tempo específico do que para uma pretensão à a-historicidade, como é possível ver a partir de sua crença – relatada por Yllera (1979, p. 30) – na eternidade da obra.

O título, embora indique uma cisão entre estudo da linguagem e estudo do estilo, significativamente identificados como “ciência” e “arte”, respectivamente, não tem respaldo exato no conteúdo da obra. Não que a obra negue propriamente o título, mas porque este a complexifica em tal nível, que já não seria mais possível reconhecer nela uma dicotomia tão simples. Isso é notado, por exemplo, no trecho em que o autor afirma que “a Estilística, como investigação do subjetivo na língua corrente, adquire hoje responsabilidade científica. Como *ciência dos estilos*, interpreta o acento pessoal na expressão literária de um autor”,⁴⁴ atribuindo, assim, caráter cientificista à Estilística.

Num outro momento, o autor tem a preocupação de distinguir a Estilística da Retórica, o que evidencia proximidade entre ambas, pois do contrário qualquer distinção seria dispensável. Diz Martín Alonso:

A Estilística moderna tem pouco em comum com a Retórica tradicional. Não se contenta em avaliar o exato valor literário da obra estudada, em uma prevista escala de classificações; reduz sua estrutura a um padrão: personagens, diálogo, ação..., assunto, trama e desenlace. Nem trata apenas de formas expressivas mais características da recriação estética, ou, como afirma Amado Alonso, “das vivências estéticas originais que as determinaram”.⁴⁵

E há ainda, nessa obra, a seguinte proposta de classificação: “Nós vamos reduzir as tendências da Estilística moderna a duas: a da fala corrente (*Estilística lingüística*) e da fala literária (*Estilística literária* ou ciência da Literatura)”⁴⁶. Martín Alonso chega a declarar: “A Estilística é a única possível ciência da Literatura”⁴⁷. Em seguida, afirma que a Estilística (literária) é uma disciplina em formação e que ela se aplica a um autor, a uma “escola” ou

⁴⁴ “La Estilística, como investigación de lo subjetivo en la lengua corriente, adquiere hoy responsabilidad científica. Como *ciencia de los estilos*, interpreta el acento personal en la expresión literaria de un autor” (ALONSO, 1970 [1947], p. 352).

⁴⁵ “La Estilística moderna tiene poco de común con la Retórica tradicional. No se contenta con tasar el exacto valor literario de la obra estudiada, en una prevista escala de clasificaciones; reduce su estructura a un padrón: caracteres, diálogo, acción..., asunto, trama y desenlace. Ni trata sólo de formas expresivas más características a la recreación estética, o, como afirma Amado Alonso, ‘a las vivencias estéticas originales que las determinaron’” (ALONSO, 1970 [1947], p. 352).

⁴⁶ “Nosotros vamos a reducir las tendencias de la Estilística moderna a dos: la del habla corriente (*Estilística lingüística*) y del habla literaria (*Estilística literaria* o ciencia de la Literatura).” (*Ibidem*, p. 353)

⁴⁷ “La Estilística es la única posible ciencia de la Literatura.” (ALONSO, 1970 [1947], p. 355)

até mesmo a um período. Segundo Alonso, ainda, tal Estilística tem por fim último a interpretação filológica dos textos, e, nesse sentido, ela se distanciaria dos postulados de Charles Bally (1970 [1947], p. 355); é possível acrescentar, porém, que se aproxima surpreendentemente da concepção de κρίσις ποιημάτων de Dionísio, que será apresentada adiante.

Martín Alonso parece encaminhar as ideias de Vossler e Hatzfeld – para citar os autores basilares mencionados pelo próprio Martín Alonso – em direção a uma cientificização da literariedade a partir do uso das figuras e tropos codificados nas obras referenciais e empregados pelos autores canônicos, que, assim, descrevem e promovem um alargamento concêntrico do cânone, dentro de uma dialética polarizada pela “Estilística linguística” e pela “Estilística literária”.

Buscando definições portuguesas de ‘estilística’ que coincidissem com o período de sua maior influência na produção acadêmica – a partir da primeira metade do século XX –, foi encontrado em *Lições de Filologia Portuguesa* (1959 [1911]), de Leite de Vasconcellos, na seção “Plano de Estudos Filológicos”, um registro da falta de “bons estudos gerais” sobre não apenas Estilística, que é nosso foco, mas também sobre Poética e Retórica – estas, perceptivelmente relacionadas àquela:

5. Poética, Retórica, Estilística, Estética. Os três primeiros assuntos, se não são de todo novos, não estão ainda esgotados, e são sempre convidativos. Há estudos parciais: de Diez, D. Carolina Michaëlis, Mussafia, Lang sobre a poética; de vários AA. do século XVIII sobre o estilo (nota 5: Citei-os na A Philologia portuguesa, Lisboa, 1888, pág. 38 ss.); mas faltam bons estudos gerais. O que se tem escrito sobre Retórica, é só para aulas, e ainda assim, baseado em Quintiliano. De Estética da língua portuguesa nada há por hora. (VASCONCELLOS, 1959 [1911], p. 222)

Vale ressaltar que Leite de Vasconcellos registra a escassez de estudos gerais sobre a Estilística, e afirma não haver nada ainda sobre Estética da língua portuguesa. Isso nos leva a crer que, em primeiro lugar, haveria para ele alguma distinção entre Estilística e Estética, diferente da visão de muitos outros autores, que normalmente inserem o elemento estético como parte da definição de Estilística. Outra questão que esse trecho suscita é que parece

haver escassez de estudos gerais no seu período – lembrando que as obras de Pierre Guiraud que procuram sistematizar a Estilística são posteriores a esta de Leite de Vasconcellos –, e não haveria nada, até então de Estética da língua portuguesa (o que leva a supor que o autor considerasse já haver em outras línguas).

O *Dicionário de Linguística*, de Jean Dubois, traz várias definições, de diversos autores, no verbete “estilística”. Tal profusão de definições – de resto, dissonantes – é sintoma, em si, bastante eloquente das dificuldades que o conceito apresenta. Cita, por exemplo, Charles Bally, que propõe que ‘estilística’ seja o “estudo dos fatos da expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo”, coincidindo com a visão anteriormente exposta deste autor. Já de acordo com a segunda definição proposta pelo *Dicionário*, ‘estilística’ é “o estudo científico do estilo das obras literárias” – desta vez, divergente da opinião de Bally exposta no seu *Traité*, como também já foi demonstrado –, onde Dubois afirma ter como primeira justificativa para essa acepção a seguinte posição de Roman Jakobson:

Se existem ainda críticas que põem em dúvida a competência da linguística em matéria de poesia, penso por mim que elas devem prender-se à incompetência de alguns linguistas limitados por uma incapacidade fundamental em relação à própria ciência da linguística... Um linguista surdo à função poética, como um especialista em literatura indiferente aos problemas e ignorante dos métodos da linguística constituem, daqui por diante, ambos, um anacronismo flagrante. (JAKOBSON *apud* DUBOIS, 1973, p. 239)

Trata-se evidentemente de uma invectiva militante contra linguistas que se desinteressavam pelo uso literário da língua. Os termos correspondem à intensidade exigida por certo combate no qual, ao que parece, terminaria derrotado Jakobson.

Dubois cita, então, uma assertiva de Pierre Guiraud, segundo a qual “vocação da linguística é a interpretação e a apreciação dos textos literários” (1973, p. 238), para, discordando parcialmente, ratificar o enunciado. Assim, retifica-o, ao escrever, no mesmo

verbetes citados acima: “ultrapassando a ruína da retórica, a linguística se renova com a gramática antiga a qual, há 2000 anos, deu nascimento à crítica literária” (*ibidem*, p. 238).

O que pode ser ainda encontrado nas atuais gramáticas brasileiras desse vínculo histórico entre a gramática e a análise dos poemas não é, ainda, muito abordado e, por isso, pouco compreendido. Na tentativa de explicar a existência de uma parte dedicada à análise literária dentro de um gênero discursivo que deixou de tê-la como objetivo, pode-se chegar a uma tradição antiga não só da forma, mas também do valor simbólico – e, portanto, legitimador – atribuído ao cânone literário.

Para além dessa citação emblemática de Roman Jakobson reproduzida por Jacques Dubois, é necessário situar o próprio Jakobson dentro dos estudos estilísticos, dada sua enorme relevância na história dessa disciplina. Alicia Yllera dedica ao autor um trecho considerável e afirma ainda que recorreu a ele com frequência para expor teorias características dos círculos de Moscou e de Praga, visto que Jakobson foi uma das figuras mais ativas do formalismo russo e do estruturalismo tcheco (1979, p. 96).

O surgimento do formalismo russo se deu, conforme diz Yllera (*ibidem*, p. 67), nos últimos anos da Rússia czarista, em torno de Moscou e São Petersburgo, com duas escolas que propunham uma renovação nos estudos literários. Sobre essa renovação, vale reproduzir o que diz Yllera:

O descontentamento com a crítica impressionista e simbolista, o impacto do “cientismo”, baseado num positivismo ingênuo, levou um grupo de jovens a fazer do estudo da literatura uma “ciência autônoma, imanente, ciência diferente da história da cultura alemã, do comentário de textos francês, da história da literatura concebida como sucessão de autores, da apreciação da obra como um conjunto de ideias manifestadas através de uma forma, etc. (1979, p. 68).

Algumas das teorias de análise estrutural do conto ou da narrativa, por exemplo, refletem bem essa definição de Yllera. Dentre os autores que tiveram grande repercussão no Ocidente, vale lembrar Algirdas Julien Greimas, por exemplo, que se dedicou a formalizar o máximo possível os modelos de análise da narrativa e ampliou sua utilização para mais gêneros textuais, integrando inclusive suas análises da narrativa no âmbito da

semiótica, passando a utilizar categorias semiótico-linguísticas, e chegou a projetar a construção de uma gramática narrativa geral⁴⁸ (*ibidem*, p. 84).

Apesar de também fazer parte do formalismo russo, Yllera afirma que Jakobson tornava-se consciente da “dimensão social da obra”, em 1933, considerando que esta, ainda que dominada e determinada pela função estética, também é parte integrante do “edifício social” (*ibidem*, p. 70). Jakobson, portanto, não se resume aos preceitos dos formalistas, mas ao contrário, reconstrói algumas de suas teorias, contribuindo ainda mais para sua disseminação.

Yllera diz ainda que, partindo das teorias das funções da linguagem de Karl Bühler, a Escola de Praga havia apresentado uma teoria da poesia que, mais tarde, seria aproveitada e completada por Jakobson, e que viria a constituir, então, a base poética europeia no século XX (*ibidem*, p. 95-6).

As teorias poéticas de Jakobson, autor conhecido principalmente como linguista, influenciaram o mundo ocidental especialmente a partir de 1960, quando apareceu publicado em inglês seu texto “Linguistics and Poetics”, na obra *Style in Language*, em que reapresentava ou reformulava alguns de seus posicionamentos anteriores, além das teorias do formalismo russo e do estruturalismo tcheco (*ibidem*, p. 27). Este mesmo texto foi também, como coloca Yllera, traduzido para o francês e publicado no *Essais de linguistique générale*, em 1963. A citação que Jacques Dubois faz de Jakobson no verbete acima, inclusive, foi retirada desse texto – mais especificamente, do seu parágrafo final –, confirmando a repercussão que teve no Ocidente.

No âmbito epistemológico, Jakobson considera a Poética parte da Linguística, uma vez que se vale de estruturas linguísticas; a Poética, para ele, ultrapassaria os limites da arte da linguagem e se inseriria, de fato, na “ciência dos signos”, na Semiologia ou Semiótica (*ibidem*, p. 97-98). A particularidade que Jakobson estabelece, no entanto, para o estudo da Poética dentro da Linguística está nas funções da linguagem (*ibidem*, p. 98).

⁴⁸ Cf. Greimas, 1975.

A contribuição de Jakobson para os estudos de Poética e Semiótica literária foi crucial. Os autores posteriormente levaram em conta principalmente três aspectos, como resume Yllera:

1. A análise das funções e factores da linguagem e o estudo da função poética.
2. Embora para Jakobson a poética esteja incluída na linguística, ela é <<cette partie de la linguistique qui traite de la fonction poétique dans ses relations avec les autres fonctions du langage⁴⁹>> (portanto, em sentido lato, não pode limitar-se à língua poética); no entanto, notou que certos processos poéticos ultrapassam o âmbito da linguística para entrar completamente no âmbito da semiologia e semiótica. Simultaneamente chamou a atenção para os estudos de Peirce, Lévi-Strauss e Propp. Isto favoreceu o moderno desenvolvimento da crítica semiológica, dos estudos semiológicos sobre a literatura e da perspectiva que considera a poética como parte da semiologia e não da linguística.
3. Sem alcançar a importância dos pontos anteriores, parece provável que o ressurgimento da retórica nos últimos anos seja devido ao emprego que este autor faz dos termos da antiga retórica, e, especialmente, à utilização das palavras metonímia e metáfora para definir, em linhas gerais, o modo de ser da poesia romântica e simbolista e da novela realista, respectivamente. (*ibidem*, p. 100-1).

Vale ressaltar, como lembra Uchôa (2013, p. 16), que Jakobson não utiliza os termos “estilo” e “Estilística” em suas obras, mas os “substitui” por “função poética” e “Poética”, correspondendo àqueles respectivamente. No entanto, a partir da consideração de Yllera sobre a Poética nada mais ser do que uma outra roupagem da Estilística, ou que ambas compunham fases diferentes da mesma “ciência” (1979, p. 9), é compreensível que a tradição ocidental posterior a Jakobson tenha usado sua teoria para tratar da Estilística – como fará, mais à frente, o linguista brasileiro Mattoso Câmara Jr.

No capítulo nomeado por Yllera como “O pós-formalismo soviético. A poética de M. Bakhtine” (*ibidem*, p. 106), a autora diz que dentro da poética soviética deve-se salientar os trabalhos de Bakhtin. Diz Yllera que, em meio à polêmica sobre o formalismo, Pavel

⁴⁹ Retirado do *Essais de linguistique générale* (1963, p. 222), traduz no rodapé Yllera (1979, p. 100): “... a parte da linguística que estuda a função poética nas suas relações com as outras funções da linguagem.”

Medvedev, Valentin Volochínov e Mikhail Bakhtin buscaram elaborar uma “nova poética”, conciliando o método que utilizavam com a teoria marxista.

Mesmo considerando a obra poética um sistema de signos, e portanto se mantendo na tendência semiótica dos formalistas, diferiam-se destes ao procurar superar: “o a-historicismo formalista e a separação rígida feita inicialmente pelos formalistas entre o poema e sua ideologia” (*ibidem*, p. 107).

Tal colocação de Yllera parece se confirmar na obra do próprio Mikhail Bakhtin, especialmente em *Teoria do Romance I: A estilística*, onde propõe uma “estilística sociológica” que supere, como ele próprio diz, o divórcio entre o “‘formalismo’ abstrato e o igualmente abstrato ‘ideologismo’ no estudo do discurso literário”. Na sua perspectiva sociológica, a forma e o conteúdo são indivisíveis no discurso, que entende como “fenômeno social – social em todos os campos de sua vida e em todos os seus elementos, da imagem sonora às camadas semânticas abstratas” (BAKHTIN, 2015 [1975], p. 21).

A partir disso, Bakhtin também se baseou no que chama de “estilística do *gênero*”, pois considera que “O fato de o estilo e a linguagem terem se separado do gênero acabou redundando consideravelmente num estudo que privilegiava os tons harmônicos individuais e tendenciais do estilo, ignorando, porém, seu *tom social* de base” (*ibidem*, p. 21).

Bakhtin critica o fato de a Estilística não ter sido capaz de notar, para além das tendências e dos avanços individuais, “os grandes e anônimos destinos do discurso literário”. Completa, Bakhtin: “Na maioria dos casos, a estilística era uma maestria de gabinete e ignorava a vida social da palavra fora da oficina do artista, na vastidão das praças, ruas, cidades e aldeias, dos grupos sociais, gerações, épocas” (*ibidem*, p. 21). Neste livro, portanto, Bakhtin busca dar um enfoque sociológico a esse estudo, superando o “divórcio entre a estilística e a ideologia no campo do estudo do romance” (*ibidem*, p. 22).

Para Bakhtin, o lugar da retórica acabou não sendo ocupado por ninguém no século XIX, não deixando sucessor para o estudo da prosa, inclusive da prosa ficcional, que Bakhtin diz ter estado desde sempre sob a alçada da retórica. Para ele, a poética não abrigou a prosa literária; acrescenta que “a poética neoclássica ignorou inteiramente o romance como

gênero literário independente”, inserindo-o no grupo dos gêneros retóricos mistos. Ficara, então, “órfã” a prosa literária (*ibidem*, p. 23).

Bakhtin diz que apenas mais “recentemente” (estima-se que esse capítulo tenha sido concluído em 1930), começou-se a ver uma mudança:

[...] o discurso da prosa romanesca começa a conquistar o seu lugar na estilística contemporânea. De um lado, surge uma série de análises estilísticas concretas da prosa romanesca; de outro, empreendem-se tentativas de princípio no sentido de se compreender e definir a originalidade estilística da prosa literária naquilo que a difere da poesia. (*Ibidem*, p. 26)

Para concluir, ainda que sem esgotar, o posicionamento de Bakhtin em oposição às outras teorias estilísticas, é essencial frisar que, para este autor, uma estilística da obra não deve ser analisada a partir do sistema da língua, como defendia Bally, e sim a partir da obra literária. E seu argumento para tanto é o seguinte:

A descrição mais exata e completa da linguagem individual e do discurso do poeta, mesmo que tome como diretriz a representatividade e a expressividade dos elementos da língua e do discurso, ainda não é uma análise estilística da obra, uma vez que esses elementos respeitam ao sistema da língua ou ao sistema da fala, etc., isto é, a algumas unidades linguísticas e não ao sistema da obra literária, que é guiada por leis totalmente diversas daquelas que regem os sistemas linguísticos da língua e da fala. (*Ibidem*, p. 32)

Na defesa, portanto, de uma estilística que preze por uma estilística do romance, não do autor, Bakhtin se opõe diametralmente a vastas correntes estilísticas. Note-se, no entanto, que a noção de ‘expressividade’ está presente.

Chegando à conceituação brasileira de ‘estilística’, Uchôa (2013, p. 18) se baseia justamente na “preocupação com recursos expressivos do português” para identificar os primeiros autores que, ainda sem nomeá-la inicialmente, trataram da ‘estilística’. Esse é o caso, por exemplo, de Said Ali, que publica ensaios e livros relativos à expressividade, mas que só nomeia a Estilística em sua *Gramática secundária de língua portuguesa*, cuja primeira

edição é de 1920. Uchôa cita ainda outros filólogos, como Souza da Silveira, Rodrigues Lapa⁵⁰, dentre outros.

No entanto, apesar de esses autores já terem abordado de alguma maneira a Estilística, Uchôa afirma que o primeiro brasileiro a publicar um ensaio de fato teórico sobre a ‘estilística’ é também o pioneiro na sistematização e implementação dos estudos linguísticos no Brasil: Joaquim Mattoso Câmara Jr. Além de “introdutor da Linguística Moderna no nosso país”, segundo o próprio Rocha Lima no prefácio à obra *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (1972, p. V), Mattoso Câmara também teve trabalhos fundadores no que diz respeito à teorização e à institucionalização do estudo de Estilística no Brasil no século XX.

Professor regente de Linguística na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, obteve em 1952 o título de Livre-Docente de Língua Portuguesa com a tese *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*, que mais tarde foi editada e ampliada em forma de livro. O fato de Roman Jakobson ter sido seu mestre não é de pouca relevância; e, assim como Jakobson, que “concebe a poética como parte da linguística, visto que se ocupa de estruturas linguísticas” (YLLERA, 1979, p. 97), Mattoso Câmara Jr. parece compartilhar dessa visão ao contribuir para uma Estilística da língua portuguesa.

Começando pelo seu artigo “Considerações sobre o estilo”⁵¹, Mattoso Câmara constata logo no primeiro parágrafo a problemática da conceituação de ‘estilo’, que naquele momento era “objeto de intensa e acurada atenção por parte de muitos estudiosos que se preocupam com os problemas fundamentais da linguagem humana; mas daí ainda não se depreendeu uma doutrina nítida, sistemática e pacífica.” (1972, p. 133). Mattoso, então, prossegue:

Parece que o elemento de mais perturbação tem sido uma associação indevida do conceito de estilo, com outros conceitos firmemente

⁵⁰ Este autor, no entanto, é considerado distinto dos outros e do que se entende hoje por ‘estilística’, uma vez que Rodrigues Lapa, conforme diz Uchôa, “adota, em várias passagens, uma atitude claramente normativa, de todo inaceitável a uma estilística descritiva” (2013, p. 21).

⁵¹ Publicado primeiramente na revista *Vozes*, Petrópolis, 55 (11), p. 823-9, 1961, e transcrito no livro *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.*, 1972, p. 133-141.

estabelecidos em outros planos de apreciação do fenômeno linguístico. Talvez não seja ocioso, por isso, fazer o desbaste de certas confusões, explícitas ou implícitas, em muito do que se tem dito e escrito a respeito do estilo e da disciplina correspondente da estilística. (*Ibidem*, p. 133)

Tendo constatado “confusões”, portanto, se propõe a esclarecê-las, a começar pela diferença entre “língua”, “fala” (ou “discurso”) e “estilo”; em seguida, entre “língua coletiva” e “língua individual”. Retomando a dicotomia de Saussure *langue* e *parole*, as quais opta por traduzir como “língua” e “discurso”, respectivamente, ressalta que nem sempre “essa distinção é apreendida no exato espírito do mestre [Saussure]”, na medida em que há tendência a se associar o “discurso” com a linguagem individual e a “língua” com a linguagem coletiva.

Mattoso atribui à compreensão rígida de Durkheim, contemporâneo de Saussure, do individual e do coletivo no campo dos estudos sociais, e à afirmação de Antoine Meillet, expressamente orientado pela linguística saussuriana, de que a língua é um “fato social” a interpretação posterior equivocada da dicotomia basilar dos estudos linguísticos modernos. Em suas palavras, isso “levou insensivelmente os estudiosos subseqüentes a deformar, por simplismo teórico, a dicotomia que aprenderam em Saussure” (1972, p. 134).

Em seguida, Mattoso Câmara defende uma análise das palavras do mestre “objetivamente e sem essas implicações sociológicas” (*ibidem*, p. 134) – como se pode notar, em certa medida permeado pelo olhar positivista. Adentra, então, numa explicação teórica e didática sobre o discurso ser a enunciação vocal, enquanto a língua, um sistema que transponta do discurso. Sua explanação, que faz uso até de exemplos comparativos com formas geométricas, tem como fim mostrar que o “estilo” não pode ser confundido com “discurso”; para ele, o “estilo”, por pertencer à língua, é também um sistema simbólico que emerge do “discurso”.

Aproximando assim o conceito de ‘estilo’ ao da “língua’ considerada por Saussure”, Mattoso (*ibidem*, p. 135) afirma que a distinção de ambos reside nas funções essenciais da linguagem, ao que referencia Karl Bühler. A função da representação, então, que antes de

tudo é como funciona a linguagem, a saber, “um mecanismo intelectual para simbolizar e estruturar em nosso espírito o mundo em que vivemos e assim permitir que façamos desse mundo um assunto de comunicação social” (*ibidem*, p. 135), é separada das funções de fundo emocional, desconsideradas por Saussure e, mais tarde, destacadas por Bühler: “a de exteriorizar nossos estados anímicos sem objetivo de comunicação (manifestação psíquica) e a de apelar para o próximo, durante a comunicação, visando a uma simpatia de clima emocional (apêlo)” (*ibidem*, p. 136). Ainda que diferencie o que há de intelectual na linguagem do há de emocional, Mattoso faz uma ressalva relativa ao fato de a finalidade emotiva nunca estar completamente ausente de uma comunicação linguística (*ibidem*, p. 136).

Tendo relativizado a separação entre a linguagem intelectual e a emocional (ou afetiva) que ele próprio reproduz – de Bühler e de Bally –, é a partir disso mesmo que o linguista conclui: “A solução para introduzir os elementos emocionais do sistema intelectual da língua é que está na base do estilo, em última análise”, e define, finalmente, o estilo como “um conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e apêlo (no sentido de Bühler)” (*ibidem*, p. 136).

Em seguida, Mattoso faz uma crítica a Saussure por ter conceituado a língua apenas em bases representativas – considera que, assim, “mutilou” a linguagem, separando-a do que há de concreto nas trocas linguísticas –, para, então, constatar a relevância do trabalho de Bally, que se dedicou, segundo Mattoso, não a apenas repetir Saussure, mas a completá-lo: “focalizando o estilo em todo fato linguístico, e assim estabelecendo a disciplina estilística” (*ibidem*, p. 136).

Essa visão de “estilo” de Mattoso Câmara, no entanto, não coincide com a do próprio Bally, uma vez que este, como já visto anteriormente, faz questão de ressaltar, ao contrário, a diferença entre o ‘estilo’ e a ‘estilística’. Na introdução ao livro *Contribuição à estilística portuguesa*, de Mattoso Câmara, Carlos Uchôa (1978, p. iii) aponta para as divergências entre os autores, inclusive referenciando o mesmo trecho do *Traité* de Bally (1921, p. 19) citado nesta Dissertação.

A principal crítica de Mattoso à conceituação recorrente de estilo está no fato de este ser frequentemente considerado de cunho “individual” ou idiolético; afirmação esta que o

linguista contradiz, assegurando que a individualidade do estilo seria “apenas meia verdade”. Para o linguista brasileiro, há sempre no estilo um aspecto coletivo, que decorre de ele ser também um meio de comunicação social, apesar de residir no plano emocional (1972, p. 136).

No entanto, assim como no restante de todo o artigo, Mattoso Câmara Jr. faz uma ressalva à própria posição, e afirma que, apesar de não considerar a individualidade central para a caracterização do estilo, é indubitável que nele a personalidade se assinala mais firmemente, visto que “o mundo dos sentimentos é muito mais nosso que o das idéias” (*ibidem*, p. 136-7), e reforça: “É até lícito dizer que uma idéia se torna individual pelas diversas maneiras por que é ‘sentida’” (*ibidem*, p. 137). Logo após a ressalva, porém, Mattoso chega à conclusão de que, “se deve caracterizar o estilo – não pelo contraste individual em face do que é coletivo, mas sim pelo contraste emocional em face do que é intelectivo” (*ibidem*, p. 137).

Dizendo não ser possível adentrar no debate – pelo qual passa rapidamente – a respeito de um termo mais adequado do que “emocional” ou “afetivo” (como prefere Bally), Mattoso deixa, portanto, em aberto se não seria melhor optar por “intuitivo”, juntamente com Wilbur Urban – ao que acrescenta o linguista brasileiro “(e por que não *estético?*)” –, com o intuito de abranger melhor “tudo que não é compreensão intelectiva e se situa, pois, no estilo” (*ibidem*, p. 137).

Esta última colocação de Mattoso parece constituir a base do imaginário que, até hoje, permeia os estudos da área de Letras. Por vezes, atribui-se à Estilística tudo aquilo que não é explicado pela própria Linguística. Tal observação merece análise mais detalhada, num possível desdobramento da pesquisa.

Ainda no artigo “Considerações sobre o estilo”, Mattoso Câmara Jr. define “a estilística como parte do estudo da linguagem que se opõe à gramática, a qual trata da língua representativa” (*ibidem*, p. 137), definição mais tarde reproduzida e detalhada no seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, no verbete “estilística”:

Disciplina linguística que estuda a expressão (v.) em seu sentido estrito de EXPRESSIVIDADE da linguagem, isto é, sua capacidade de emocionar e

sugestionar (v. afetividade). Distingue-se, portanto, da gramática (v.), que estuda as formas linguísticas na sua função de estabelecerem a compreensão na comunicação linguística. A distinção entre a estilística e a gramática está assim em que a primeira considera a linguagem afetiva, ao passo que a segunda analisa a linguagem intelectual. (*Idem*, 1984 [1956], p. 110)

Sobre essa separação entre estilística e gramática feita por Mattoso, há que se fazer alguns apontamentos. Em primeiro lugar, o foco desse verbete na distinção de ambas as disciplinas condiz com a preocupação epistemológica já expressa de Mattoso em diferir a “disciplina linguística” que estuda a linguagem emocional, baseada no conceito de ‘expressividade’ (ou ‘afetividade’) – a estilística –, daquela que atenta para a linguagem intelectual (ou representativa) – a gramática. E essa diferenciação teórica, na visão de Mattoso, serve não à invalidação de uma ou de outra, mas à complementaridade dessas disciplinas igualmente pertencentes à Linguística.

Com o divórcio entre Letras e Linguística⁵², para o qual Mattoso Câmara Jr., voluntariamente ou não, contribuiu, a leitura desse verbete pode adquirir uma conotação outra, a de aparentemente apenas justificar e reforçar a separação de ambas as disciplinas. Não parece, no entanto, ter sido esse o objetivo do linguista, uma vez que a Estilística tinha lugar nos estudos linguísticos de Mattoso.

Fica, por fim, uma questão final sobre esse verbete quanto ao gênero gramatical: ao considerar as distinções entre ambas as disciplinas, no que diz respeito ao gênero, Mattoso reafirmaria ou deslegitimaria a permanência da parte destinada à Estilística dentro da Gramática?

Retomando o artigo “Considerações sobre o estilo”, Mattoso Câmara Jr. declara que “O papel da estilística é depreender todos os processos linguísticos que permitem a atuação da manifestação psíquica e do apêlo dentro da linguagem intelectual” (1972, p. 137), o que reforça a tese de complementaridade das duas disciplinas.

⁵² Carlos Eduardo Falcão Uchôa, ao organizar o volume dos textos dispersos de Mattoso Câmara – obra já citada anteriormente –, publica uma introdução em que relata a trajetória desse mestre fundador. Ali, Uchôa expõe o percurso e os percalços que enfrentou Mattoso Câmara para introduzir no Brasil a disciplina Linguística, promovendo, não sem traumas, um estudo da língua – e não só da língua portuguesa – desvinculado de sua expressão literária. (Cf. UCHÔA, 1972, p. v – viii).

Dentro da própria Estilística, Mattoso distingue basicamente dois ramos: um que trataria das variedades da linguagem – seja de língua popular, oral, escrita ou literária –, e outro da personalidade individual em face da socialização (*ibidem*, p. 137-8). Ressalta, em seguida, que a maioria dos estilicistas se debruça sobre a língua literária, diferentemente de Bally, que a desprezava por considerá-la “arremedo do estilo oral espontâneo”, e portanto focalizava a língua oral e popular (*ibidem*, p. 138).

Mattoso Câmara Jr. assume, assim, uma posição intermediária em relação aos dois ramos mencionados da Estilística, criticando as posturas extremas como possivelmente falsas ou, senão, parciais (*ibidem*, p. 138). Para justificar seu argumento, usa como exemplo, representando esses dois polos da Estilística, a comparação entre “estilo” e “gíria”. A “gíria”, segundo ele, não é língua popular nem língua profissional, mas apenas um estilo integrado na língua popular, ao que referencia outro importante teórico da estilística: “Daí a justa observação de Karl Vossler de que na linguagem de um vagabundo mendicante há gotinhas estilísticas da mesma natureza que todo o mar expressional de um Shakespeare” (*ibidem*, p. 138).

Afirmção emblemática essa de que Mattoso parte para refletir sobre o estilo literário. De acordo com o linguista brasileiro, o estilo na literatura tem a “vantagem” de ser usado por pessoas que se especializaram na técnica de expressar na língua representativa a manifestação psíquica ou apelo mencionados anteriormente (o que seriam as funções de fundo emocional de Bühler), mas também teria a “desvantagem” de ser consciente demais e até “artificial”, o que geraria “a retórica com tôdas as implicações negativas que o termo em regra pressupõe” (*ibidem*, p. 138). Essa citação última traz ainda um dado relevante para o reconhecimento da baixa posição da Retórica naquele período.

Referente ainda a esses dois polos da Estilística, Mattoso diz que “a socialização diminui e a personalidade se consolida na medida em que se vai da língua popular para a língua literária através de todos os graus intermediários” (*ibidem*, p. 138). No entanto, o linguista faz um contraponto interessante ao dizer que, apesar de o estilo literário ser mais pessoal que a “gíria”, evidentemente, assegura que a personalidade estilística na literatura é, na verdade, algo raro; o mais comum é certa coletivização, delimitando estilos de uma época ou “escola”. Mattoso Câmara Jr. defende ainda: “Nem pode haver um estilo pessoal absoluto,

por mais esforço e talento que se dispenda nesse sentido” (*ibidem*, p. 139). Tal afirmativa se baseia novamente na tese do linguista de que, por residir num sistema linguístico representativo coletivo, não se pode ter completa individualização no estilo.

Por fim, a questão final que Mattoso Câmara Jr. coloca em seu artigo é referente a que traços linguísticos poderiam ser considerados estilísticos. Em primeiro lugar, reforça que, para ser assim considerado, não precisaria ser necessariamente uma maneira pessoal de dizer algo; da mesma forma, é tampouco por ser pessoal que se deve considerar um traço como estilístico.

O traço estilístico deve ser assim considerado, para Mattoso Câmara Jr., quando houver uma construção anômala, um desvio, ou deformação – este último termo preferido pela escola eslava de crítica literária, da qual se destaca o grupo tcheco, vinculado ao Círculo Linguístico de Praga, como ressalta o próprio linguista brasileiro –, cuja motivação era um valor “estético” (1972, p. 139-40).

Visto que tanto o erro como o traço estilístico têm a característica comum de serem desvios da norma vigente, Mattoso Câmara Jr. postula que a diferença entre ambos não está numa individualização do desvio, ou seja, não se classifica algo como um traço estilístico por ser característico de um autor em particular, mas sim pelo fim estético que tal desvio teria. Conclui-se, portanto, que, se um desvio não contribui em nada para a estética do texto, ele seria um erro, não um traço estilístico. Para exemplificar essa diferença, o autor cita trechos literários, especificamente de Machado de Assis e de José de Alencar, reproduzindo resumidamente um artigo mais antigo dele próprio intitulado “A Coroa de Rubião”. Sobre Machado, então, Mattoso Câmara Jr. dá o seguinte exemplo:

Conta-nos Machado de Assis, no *Quincas Borba*, que Rubião, demente, julgando-se imperador dos franceses, no momento da agonia cingiu a “coroa”, que não era sequer uma bacia onde “pudesse se apalpar a ilusão”: “êle pegou nada, ergueu nada, cingiu nada”. O emprêgo de *nada* depois do verbo, sem se complementar com um *não* antes do verbo, é uma maneira anômala de expressar a negação verbal em português. E é um traço estilístico; não porque seja exclusivamente pessoal de Machado de Assis (quem nos garante que outros já não o tivessem feito?) e o próprio Machado usa em regra a construção normal, mas porque nesse contexto específico há no emprêgo um valor “estético”, fazendo-nos ver dolorosamente o gesto inane do pobre

louco mercê do tratamento de *nada*, não como uma mera partícula negativa, mas como um substantivo negativo – o oposto de alguma coisa. Assim, a emoção do escritor e o seu apêlo à nossa simpatia se comunica através da construção anômala, que passa por isso a ser um traço estilístico. (*Ibidem*, p. 139)

O exemplo referente a José de Alencar, por sua vez, trata-se do oposto: um caso em que uma anomalia não consiste num traço estilístico. Mattoso Câmara Jr. alega que este autor cometia um erro ao acentuar a preposição simples “a”, apenas por achar equivocadamente que assim devia escrever; apesar de ser um uso pessoal da língua literária, esse desvio à norma padrão vigente estava circunscrito ao domínio intelectual, não trazia nenhuma contribuição estética ao texto.

Essa compreensão da finalidade estética para definição do estilo, no entanto, parece ter uma amplitude conceitual tão vaga e indefinida quanto o próprio conceito de estilo. Tal crítica foi prevista, inclusive, pelo próprio Mattoso:

O êrro, do ponto de vista estilístico, é a deformação que não conduz a nada ou aquela que provoca um efeito negativo. Pode-se objetar que êste é um critério subjetivo e, pois, precário. A resposta a tal objeção está justamente no caráter social do estilo: a comunicação estética obedece a uma implícita norma estilística, e é o desrespeito a ela que não conduz a nada ou provoca efeito negativo. Voltamos assim ao ponto que considero primacial em estilística: não há estilo pessoal absoluto; todo estilo prende-se a uma socialização e mesmo os mais pessoais dos estilistas literários (um Proust, um Joyce) têm um ponto de contacto com essa socialização, o que lhes permite produzirem efeito estético com suas “extravagâncias”. (*Ibidem*, p. 141)

Assim, Mattoso Câmara Jr. conclui seu artigo, defendendo-se de antemão de críticas passíveis de serem feitas a seu critério excessivamente subjetivo. Apesar de seus esforços para justificá-lo, o parâmetro de avaliação, que propõe para classificar uma anomalia como relevante ou não esteticamente, seria uma “implícita norma estilística” coletiva ou social.

Evidentemente, seu caráter implícito mantém o estilo, bem como o critério para sua identificação, na vasta vaguidão e fluidez que permeia a disciplina Estilística.

2.3. Falência da disciplina ou suas novas roupagens

Para iniciar este tópico, vale reproduzir o questionamento de Adriano da Gama Kury na resenha sobre a obra de Gladstone Chaves de Melo (1976), *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, publicada em 20 de março de 1977, no *Jornal do Brasil*, sintetizado no título: “Estará Morta a Estilística?”.

Adriano da Gama Kury, ao introduzir sua resenha, cita um trecho do artigo “Postulats pour la description linguistique des textes littéraires”, de Michel Arrivé, que abre o fascículo 3 da revista *Langue Française*, dedicado à estilística, dizendo:

Foi tarefa embaraçosa elaborar este fascículo consagrado à “estilística”. À medida que seu trabalho avançava, os infelizes editores do número faziam com inquietação uma série de comprovações cada vez mais incômodas, já que vinham pôr em jogo a legitimidade dela, e até a possibilidade da sua tarefa. Primeira constatação: a estilística parece quase morta.⁵³

Neste mesmo artigo a que Adriano da Gama Kury faz referência, há dados interessantes sobre a situação da Estilística na França no fim dos anos de 1960. Michel Arrivé aponta para algo que considera “curioso”: o fato de quase todos os colaboradores daquele número parecerem convencidos da morte da Estilística. Um deles o diz explicitamente, enquanto outros deixam subentendido, e seus trabalhos se desviam da Estilística no sentido estrito e versam sobre várias outras disciplinas vizinhas: a semiótica, a análise estrutural da

⁵³ “Ce fut une tâche embarrassante que d’élaborer ce fascicule consacré à la <<stylistique>>. Au fur et à mesure qu’avançait leur travail, les malheureux éditeurs du numéro[1] faisaient avec inquiétude une série de constatations de plus gênantes, puisqu’elles en venaient à mettre en cause la légitimité, voire la possibilité de leur tâche.

Première constatation: la stylistique semble à peu près morte. [...]” (ARRIVÉ, 1969, p. 3) Tradução de Adriano da Gama Kury deste trecho publicada no *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1977, Livro, p. 9.

narrativa (como em Coquet), a poética (em Meschonnic). Afirmar ainda que, apesar de haver algumas contribuições de Estilística, elas se restringem a aspectos técnicos, como a fonoestilística (por Léon), ou apenas tratam dos métodos estilísticos para contestar sua validade ou marcar seus limites (como em Gueunier). O único que, segundo Arrivé, parece levantar questões de estilística sem criticá-la explicitamente é Riffaterre⁵⁴.

Ainda sobre as dificuldades referentes àquele número da revista, Arrivé (1969, p. 4) faz uma “Segunda constatação: não é apenas a estilística que se encontra contestada, mas, de maneira bem mais geral e bem mais subversiva, a descrição do texto literário a partir de métodos linguísticos. Este segundo movimento de contestação é mais recente que o primeiro.”⁵⁵

Essa constatação de Arrivé mostra já a separação em curso entre a Linguística e os estudos literários e, mais que isso, a perda de legitimidade do uso de métodos linguísticos em *corpora* literários. De maneira implícita em alguns autores e explícita em outros, Arrivé afirma que na base dessa atitude está a crítica à própria noção de signo, que resulta numa condenação de qualquer forma de análise que assimile um texto literário a um signo ou a um sistema de signos; posicionamento esse que diz ter raízes nos trabalhos de Jacques Derrida, e que aparece nos textos de Julia Kristeva, Jean-Louis Baudry, Marcelin Pleynet e, segundo Arrivé, de maneira bem mais ingênua, no de Jean-Louis Houdebine (*ibidem*, p. 4).

Alguns desses nomes são também citados por Alicia Yllera ao descrever o formalismo francês. A autora afirma que, “embora não tenham constituído um movimento homogêneo”, Derrida e Julia Kristeva – esta, inicialmente, com textos formalistas e de semiótica soviética –, dentre outros, são costumeiramente incluídos no formalismo francês, que tem como figura mais representativa Roland Barthes (YLLERA, 1979, p. 111). E,

⁵⁴ Este autor, inclusive, dedicou boa parte de seu trabalho à estilística. Uchôa (2013, p.17) afirma, em seu artigo, que este linguista trouxe contribuições para a disciplina ao propor uma Estilística Estrutural, uma corrente que se propunha a “identificar a reação do leitor diante de textos e procurar a fonte destas reações na forma do texto”. Para Riffaterre, não era pertinente estilisticamente a referência ao autor, então postula que os estudos estilísticos devem estar baseados nos depoimentos de leitores, críticos ou não, com ou sem “certo lastro cultural”, e o contexto seria incorporado aos efeitos do estilo.

⁵⁵ “Seconde constatation: ce n’est pas seulement la stylistique qui se trouve contestée, mais, de façon beaucoup plus générale et beaucoup plus subversive, la description du texte littéraire selon des méthodes linguistiques. Ce second mouvement de contestation est plus récent que le premier.” (ARRIVÉ, 1969, p. 4)

segundo Yllera, “Sob a influência do estruturalismo e do formalismo, da psicanálise e dos estudos de imaginação poética de Bachelard e em parte do marxismo”, o formalismo francês defendia a possibilidade de uma crítica imanente do texto literário (*ibidem*, p. 111), dado relevante para compreender a recusa de alguns autores de que fala Arrivé em usar métodos linguísticos para o estudo da Literatura.

Por fim, vale inserir a última constatação geral de Arrivé quanto a esse número da revista *Langue française*, dedicada à estilística; Arrivé conclui que esta última constatação é ao menos tão embaraçosa quanto as outras duas: para alguns autores, inclusive alguns dos quais ele havia citado, é a própria literatura que perde sua especificidade, e se encontra assim colocada no mesmo plano que certas “práticas” semióticas (1969, p. 4). Afirmar ainda, no mesmo excerto aqui comentado, que a manifestação mais clara disso aparece em J. Kristeva, que diz não ter o “objeto literário” para a semiologia nenhuma valorização estética ou qualquer outra, pois a literatura é apenas mais um tipo de “prática significativa”, tendo o mesmo valor para a semiologia, portanto, que um *récit de presse* (uma breve narrativa no jornal), o discurso científico etc. (KRISTEVA, 1968, p. 92 *apud* ARRIVÉ, 1969, p. 4).

Retornando, enfim, à resenha de Adriano da Gama Kury, este utiliza trechos da obra resenhada, *Ensaio de estilística da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo (1976, p. 7, 12), para demonstrar como esta vai na contramão do que diz Arrivé sobre o fim da Estilística:

Discordando dessa falsa comprovação, na “teimosa convicção de que passará a presente borrasca e de que homens e mulheres voltarão a apreciar o belo literário (...) numa forma lingüística apurada, inteligível e permanente”, o Prof. Glástone Chaves de Melo publica este *Ensaio*, numa reação salutar contra as “diversas, inseguras e sucessivas novidades (...) vazadas numa forma pouco vernácula e bastante esotérica” dos textos literários. (1977, p. 9).

Adriano da Gama Kury, então, reproduz a crítica que faz Gladstone Chaves de Melo em seu livro – a de que os alunos universitários já estariam cansados das “teorias da literatura e de sua hermética terminologia”, queriam algo além do “programa epistemológico da obra”, do “substrato acústico do culminador”, do “espaço heterotópico”, do “elemento

suprasegmental, e tantos outros sintagmas como estes, obtusos, aflitivos, indigestos e, quase sempre, vácuos” (MELO, 1976, p. 12-13). E acrescenta, então, Kury (1977, p. 9) que “É contristador que se veja um poema de Drummond ou um romance de Graciliano reduzido a fórmulas alfanuméricas, quadros e tabelas que não levem a nada”.

Nesta última colocação de Adriano da Gama Kury, há uma clara crítica aos métodos do estruturalismo e do formalismo, que recorrentemente se valiam de fórmulas para análise do texto literário e para as características estilísticas nele presentes. É possível notar, assim, seu incômodo com a redução de textos literários a essas fórmulas, pelo que cita Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos. Este último, inclusive, é especialmente prezado por Adriano da Gama Kury, a cuja obra dedica um artigo publicado em 7 de dezembro de 1968, no *Correio Braziliense*, “Notas de estilística: o discurso indireto livre e a 3ª pessoa em ‘Vidas Sêcas’” e, mais tarde, esse texto se torna o embrião de sua própria Tese de Livre-Docência, intitulada “A Oralidade Transfigurada – Aspectos Estético-Formais da Prosa de Graciliano Ramos”, aprovada em 1974 na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em ambos os títulos, dentre outros artigos e obras publicados, é possível observar também a utilização recorrente que Adriano da Gama Kury faz da Estilística (no título de sua Tese, perceptível a partir do adjetivo “estético-formais”) para analisar o texto literário.

Acresce-se a essa produção de cunho estilístico, o fato de Adriano da Gama Kury ser também⁵⁶ gramático, o que reforça a ideia de um pensamento gramatical em meados do século XX que via certa complementaridade entre a gramática e a estilística. Essa complementaridade, no entanto, quando elaborada, é costumeiramente feita após uma diferenciação entre ambas – como em Mattoso Câmara Jr., por exemplo, que as aparta no verbete do *Dicionário de Linguística e Gramática* (1984) e as considera complementares em seu artigo e em sua obra sobre a Estilística. Na perspectiva ainda de diferenciação, Gladstone Chaves de Melo cita Devoto, em sua obra – citação também reproduzida por Adriano da Gama Kury em sua resenha –, quando diz que “As normas obrigatórias pertencem à Gramática; as facultativas à Estilística” (MELO, 1976, p. 24).

⁵⁶ Adriano da Gama Kury era romanista de escol, havendo estudado especialmente o catalão, língua cuja história conhecia profundamente e o romeno. Sobre ambas as línguas há uma produção sua, escrita e falada, que se fez a referencial na área dos estudos da romanística (moribundos no Brasil).

Ao prosseguir com sua resenha do *Ensaio de estilística da língua portuguesa*, Adriano da Gama Kury ressalta a opção teórico-metodológica de Gladstone Chaves de Melo pela Estilística da Expressão aplicada à língua portuguesa – na linha do que sugeria Marouzeau e Cressot (que, afirma Kury, seguiam de perto Bally), e mais recentemente Guiraud. A partir da linha que Gladstone Chaves de Melo escolhe seguir, Adriano da Gama Kury conclui que sua proposta seria de uma “estilística geral”, em que se estudariam “os processos da língua portuguesa, e não os de um autor individual, visto que a unicidade de cada texto tornaria impossível a estilística do indivíduo, pois ‘não há ciência do particular’” (KURY, 1977, p. 9). Com essa colocação, Adriano da Gama Kury ressalta que se poderia achar conservadora essa perspectiva de Gladstone Chaves de Melo, mas que isso não tiraria a validade do livro, que é um trabalho bastante didático.

Após outras observações pontuais, sobre a divisão do livro e o conteúdo selecionado, Adriano da Gama Kury conclui sua resenha, finalmente, dizendo que a obra de Gladstone Chaves de Melo “dá margem, felizmente, a uma série de debates e indagações” e, sendo assim, ele próprio formula algumas delas:

- A morfologia dá ou não margem a uma exploração por parte da estilística?
- É válida ou não a “estilística do indivíduo”, ao lado da “estilística da expressão”?
- E por último:
- Nos vários e multiplicados rumos que tomou, não estará mais viva do que nunca a estilística? (*Ibidem*, 1977, p. 9)

Com esses questionamentos finais, em especial o último, Adriano da Gama Kury demonstra seu posicionamento sobre a pergunta inicial que dá nome ao seu artigo e também resenha: “Estará Morta a Estilística?”. A resposta desse gramático, ao que tudo indica, é não. O mesmo vale para quem escreveu uma obra dedicada à Estilística, como Gladstone Chaves de Melo.

É possível notar, no entanto, que por volta desse mesmo período – menos de uma década antes da publicação desse livro e dessa resenha –, na França já se via o declínio da relevância e até da legitimidade da Estilística, como demonstrado nos trechos anteriormente

citados de Michel Arrivé. Ainda que a disciplina tenha ganhado novos contornos antes de decair, fato é que a união entre Linguística e estudos literários já vinha-se enfraquecendo.

A Estilística enquanto disciplina, no Brasil, já foi parte indispensável tanto dos estudos de literatura como de língua, e até hoje perdura de alguma maneira. Nomes referenciais na grande área de Letras, de gramáticos e linguistas, como Celso Cunha⁵⁷, Adriano da Gama Kury, Mattoso Câmara Jr., dentre tantos outros que compõem os *corpora* desta Dissertação, transitaram pela Estilística. Na Linguística, o conceito de ‘estilística’ foi recentemente retomado e reapropriado por algumas correntes, das quais falaremos mais adiante – ainda que para definir algo bem diferente da estilística inicial de Bally; nos estudos literários, sobrevive a partir da observação linguística – de construções sintáticas, escolhas fonéticas etc. com fins estéticos – especialmente na leitura de poesia, mas não ausente no estudo da prosa, ainda que sem expressar necessariamente vínculo a teoria alguma; e nas gramáticas, enquanto gênero textual, sobrevive a estilística para nomear o conteúdo de figuras e tropos, mais antigas que ela própria, mas que num período histórico se convergiram. Nessa perspectiva, é possível notar que a utilização de tropos e figuras de linguagem para fins estéticos – e não mais persuasivos, como na Retórica – foi um caminho aberto de fato pela Estilística. Sendo assim, ainda que rechaçada enquanto disciplina assim nomeada, suas heranças permanecem até certo ponto nos estudos literários.

Dermeval da Hora, nome nada despiciendo e muito representativo da Grande Área de Letras e Linguística no Brasil⁵⁸, afirma que “A disciplina Estilística ainda existe nas matrizes curriculares de muitos cursos de Letras” (2014, p. 19). Essa existência constatada é, vale ressaltar, marcada com “ainda”, o que reforça a percepção de que essa disciplina ocupa institucionalmente – e também teoricamente – um espaço remanescente, e não mais central, na área de Letras.

⁵⁷ *Português através de textos*, 1970 (depois: *Estilística e Gramática Histórica*, 1978). Essa obra, publicada em 1970 para uso do “1o. ano colegial” (conforme consta da capa), rapidamente teve adoção maior nos cursos universitários do que nos secundários. O que interessa aqui observar é que a inserção do termo “estilística” no título, ao lado de “gramática histórica” parece ser a fiadora do status universitário da obra.

⁵⁸ Sua relevância é aferida sobretudo pelos cargos que ocupou em âmbito nacional, por indicação dos pares: coordenador de Letras e Linguística na CAPES (gestão 2011-), membro do Comitê de Assessoramento da Área de Letras e Linguística no CNPq e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (2007-2009). Importante ressaltar que recentemente o nome na CAPES da Grande Área Letras e Linguística foi modificado para Linguística e Literatura.

Vale exemplificar, portanto, algumas dessas reminiscências ou reapropriações de seus conteúdos. Algumas destas se deram na Linguística, como o uso das ‘figuras’, em especial a metáfora e a metonímia, para a compreensão de determinados processos linguísticos, na Semântica ou Linguística Cognitiva, por exemplo; ou mesmo a utilização da nomenclatura de “graus de monitoramento estilístico”, na Sociolinguística, escolhida para designar uma variável que oscila, em grau, entre o espontâneo e o controlado nas produções discursivas⁵⁹.

Nos estudos literários, também são encontrados ainda resquícios dessa disciplina e teoria que, até pouco tempo era a mais utilizada na área. De fato, a última Tese que contém referência à estilística no título data de 2007 (num Curso de Doutorado que duraria mais dez anos, depois dessa Tese)⁶⁰, mas houve épocas de grande incidência de Teses e Dissertações que tematizavam claramente a estilística específica (de um autor, de um gênero, de uma época etc.), dado seu caráter de pretensão à cientificidade de que os estudos de literatura tanto precisavam para sua legitimação num ambiente acadêmico tomado e corroído pelo positivismo que sequer merecia o prefixo “neo”⁶¹. Os resquícios mais recentes dessa disciplina, no entanto, não são mais feitos sob o nome de Estilística, uma vez que esta, enquanto tal, perdeu espaço e credibilidade acadêmica; tais resquícios, na verdade, protagonizam a apreciação da poesia, que não prescinde da identificação das figuras, as mesmas codificadas pelos gramáticos da Antiguidade tardia, e até mesmo da Antiguidade Clássica.

Uma outra teoria que tem um passado comum ao da Estilística, mas que alcançou grande prestígio acadêmico – ainda que não constitua uma disciplina formal nas universidades – é a Análise do Discurso, especificamente a de linha francesa. No *Dicionário de Análise do Discurso* (2016), de Charaudeau e Maingueneau, há um verbete dedicado à ‘estilística’, onde é feito um pequeno histórico da disciplina, além de compará-la à Análise do Discurso:

⁵⁹ Cf. Görski; Coelho; Souza, 2014.

⁶⁰ Trata-se da Tese de Doutorado de José Mario Botelho Filho (professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), intitulada *O comportamento estilístico-sintático das formas verbo-nominais em odes horaciana*, e aprovada pelo extinto Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da UFRJ.

⁶¹ Não o mereciam, porquanto não se postulam nos termos dos autores aos quais a história da filosofia atribui o epíteto de neopositivistas, como, por exemplo, Thomas Kuhn e Karl Popper.

É muito difícil definir a linha de separação entre a estilística e a análise do discurso, pois a estilística, conforme dissemos, pode tomar formas extremamente diversas. Os fenômenos que eram abordados pela estilística de Bally no início do século XX são hoje distribuídos entre as teorias de enunciação* linguística, a pragmática*, a sociolinguística, a análise conversacional, a análise do discurso..., mas essas disciplinas os abordam sob ângulos diferentes. No que tange à estilística especificamente literária, o problema da fronteira entre a análise do discurso e a estilística não se coloca da mesma maneira, quando a estilística contenta-se em ser uma aplicação da linguística ao estudo dos usos da língua nos textos literários, ou quando ela reflete sobre *as relações entre as obras literárias e seus contextos* de produção, circulação e consumo. Nesse último caso, há, certamente, inúmeras interferências entre a estilística e a análise do discurso (MAINGUENEAU, 2016, p. 218).

Pode-se dizer que ambas as teorias ou disciplinas (por vezes, disciplinas e teorias a uma só vez) foram caminhos para se retomar a Retórica, há muito proscrita dos currículos ou, se não, colocada como mero apêndice dos estudos clássicos⁶². A Análise do Discurso parece estar mais ligada à parte dos fins argumentativos de que tratava a Retórica, e a Estilística, por sua vez, às figuras de linguagem e aos tropos específicos, instrumentos da Retórica e da Poética. No entanto, mesmo reconhecendo suas particularidades, há que se levar em conta que tanto a Análise do Discurso quanto a Estilística, além de sua base retórica comum, surgiram num período em que todas as ciências deviam passar pelo crivo positivista. Foi necessário, portanto, retomar a Retórica e a Poética usando novas roupagens.

A estilística, então, perdura hoje apenas como receptáculo disciplinar das figuras nas gramáticas normativas? A princípio, seria possível pensarmos que sim, e que a Estilística, descendente da Retórica, foi apenas mais uma disciplina que assimilou como conteúdo as imortais figuras, estas que hoje, mais uma vez, encontram lugar de outras maneiras e em outras disciplinas.

No entanto, para além de seu conteúdo, o uso remanescente de elementos dessa teoria nos leva ao caminho oposto: não, a estilística não é citada e referenciada apenas em

⁶² Assunto mais detalhado no tópico 3.1 desta Dissertação.

função das figuras. Há uma questão epistemológica que ainda sobrevive, um lugar do não linguístico, nem literário, ou ainda indefinido, que nenhuma teoria ocupa. Não é raro o ‘não saber’, tanto na Linguística quanto nos estudos literários, achar lugar em algo da ordem do “estilístico”. O senso comum compartilhado atualmente por diversos professores universitários (e produtores do conhecimento) quanto à estilística, embora seja também um fator complementar relevante para se buscar compreender o lugar que essa disciplina (e teoria) ocupa no imaginário acadêmico, será objeto de estudo posterior a esta pesquisa.

2.4. Para uma história do conceito de ‘estilística’

A teoria e o método empregados para tentar constituir uma história do conceito de ‘estilística’ baseiam-se naqueles preconizados por Reinhart Koselleck (1992), especialmente em “Uma História dos Conceitos”. Nele, Koselleck lista alguns pontos de natureza teórica de que pretende tratar. O primeiro deles é sobre o que poderia vir a ser um conceito a partir do qual se conceberia uma história. Nas palavras do autor: “Naturalmente, não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história” (1992, p. 134-5), e exemplifica com interjeições e conjunções, mostrando que não comportam *a priori* uma história, argumentando serem em si “desprovidas de sentido” (*ibidem*, p. 135). Ao utilizar esta expressão, Koselleck não se refere, evidentemente, a uma ausência de significação propriamente dita, mas tão somente à impossibilidade de esses termos comportarem conceitos.

Já em relação àquelas palavras que são passíveis de se tornar conceito, o autor estabelece uma distinção entre conceito e palavra, ainda que não se atenha “à divisão dos linguistas” (*ibidem*, p. 135). Isso porque, embora de maneira simplificada poder-se-ia dizer que “cada palavra remete a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo” (*ibidem*, p. 135), não considera que todos os sentidos atribuídos às palavras são relevantes para a escrita de uma história dos conceitos. Para tanto, as palavras cujos sentidos interessam são aquelas que remetem a “conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo” (*ibidem*, p. 135).

Koselleck admite “termos que nos interrogar acerca dos limites e fronteiras que separariam palavras em si teorizáveis, e acerca de que palavras seriam em si reflexivas” e afirma, ainda, tratar-se de uma determinação aleatória⁶³, mas nem por isso indeterminável. Afirma, na verdade, que a problemática da história dos conceitos de indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização é possível de ser (em certa medida, acrescentaríamos) empiricamente tratada. Vale ressaltar, no entanto, que a história de um conceito, como qualquer história, nunca está dada, mas, ao contrário, ela é feita pelo próprio historiador. É este quem traça a linha tênue que une um mesmo conceito ao longo da História, considerando todas as mudanças significativas pelas quais passou.

Retomando brevemente, os termos, então, que são considerados conceitos e, logo, dos quais se pode fazer uma história dos conceitos são aqueles que adquirem: abstração e teorização; e relevância social e política. Ainda que um termo correspondente a um conceito já exista antes disso, é só a partir do momento que adquire tais características, existindo como referencial teórico e histórico, que se torna um conceito e, portanto, passível de uma história.

Partindo desse primeiro aspecto colocado por Koselleck e circunscrevendo nosso universo amostral ao Brasil (que aqui será tratado como recorte de estudo de caso), consideramos a ‘estilística’ um conceito historicizável especificamente a partir do início do século XX⁶⁴, tendo em vista tanto a dimensão teórica que recebeu, tornando-se um ramo que rendeu diversas teorias distintas dentro da área de Letras, quanto a sua posição central na disputa político-institucional que crescia nesse período dentro da área, especificamente no que diz respeito à cisão entre Linguística e estudos literários no Brasil.

O segundo ponto levantado por Koselleck aborda a utilização e o emprego de conceitos. Ele defende que todo conceito é sempre “fato” e “indicador”. Nesse sentido,

⁶³ O qualificativo ‘aleatória’ não expressa aqui, evidentemente, a ideia de casualidade, mas sim a de potencialidade, ou seja, o potencial de teorização de um termo não impõe sua teoria, mas esta tem como ponto de partida uma determinação do historiador.

⁶⁴ Embora haja uma importante produção textual do século XIX (e, por isso, considerada na pesquisa), o caso da Estilística no Brasil mostrou-se consequente e profícuo no século XX; antes do que, a disciplina era pouco ou nada considerada.

“Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (1992, p. 136). É a partir da existência da formulação linguística que se pode pensar a realidade histórica, é a partir do estabelecimento de um termo em comum que se pode atuar sobre a realidade de forma concreta, mas é errônea qualquer postura que tente reduzir a história a um fenômeno da linguagem. Posição essa de Koselleck também explicável pelo embate em que se insere, contrário à hermenêutica enquanto teoria da história⁶⁵. O teórico ressalta ainda a tensão, propondo-se a explicá-la melhor mais tarde, que sempre há na relação entre um conceito e o conteúdo que se quer compreender.

O terceiro ponto de que Koselleck trata é referente aos critérios de seleção na construção de uma história dos conceitos. Considerando que “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (*ibidem*, p. 137), e que o contexto vai além do próprio texto escrito ou falado, buscou-se compreender o contexto próprio de cada uso aqui registrado do conceito. E a seleção desses registros do conceito partiu, como já explicitado, de definições de teóricos inseridos no conflito epistemológico da área de Letras no séc. XX, na medida em que foram considerados relevantes para aquilo que diz respeito à história do conceito de ‘estilística’.

O quarto ponto é introduzido por uma afirmação hipotética que será em seguida relativizada: “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expresso uma única vez” (*ibidem* p. 138), o que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única” (*ibidem*, p. 138). Koselleck defenderá, no entanto, que este caráter único do uso de um conceito não invalidaria a possibilidade da escrita de uma história enquanto diacronia. Pressupor que a compreensão do conceito depende do momento em que o termo é empregado significa “assumir sua variação temporal, e por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (einmalig) [é] articulado ao momento de sua utilização” (*ibidem*, p. 138).

Considerando a premissa de que a longa duração de um conceito carrega consigo várias temporalidades, ou seja, que a diacronia está contida na sincronia, e que, ainda que

⁶⁵ Cf. Koselleck (2014, p. 91-109).

se tente ressignificar a materialidade do conceito (a palavra que o expressa), ela também carrega, em certa medida ou potencialmente, suas diferentes significações ao longo do tempo, será preciso investigar mais profundamente e longamente as temporalidades imiscuídas naquela do apêndice gramatical e das definições teóricas de ‘estilística’ que compõem os *corpora* deste trabalho.

O quinto ponto, então, vindo dessa última consideração – de que a sincronia está contida na diacronia –, diz respeito à seguinte questão: “esta força diacrônica deve ser passível de ser mensurada de alguma forma, quando se pretende trabalhar empiricamente. Mas como fazer isso?” (*ibidem*, p. 143). Como resposta a esse problema, Koselleck separa três grupos de fontes com os quais trabalhar e buscar descrever de forma sistemática as estruturas temporais desses textos-fonte, ou seja, buscar compreender quando estruturas repetidas poderiam indicar forças diacrônicas e quando, por outro lado, um uso único da língua não representaria uma semântica que se repete. Dessa mesma ‘taxonomia’ das fontes vale-se Koselleck para elaborar seu próprio *Dicionário de conceitos*.

O primeiro grupo de fontes que Koselleck concebe é, portanto, o das as “fontes próprias da linguagem do cotidiano, que, no seu uso, são únicas por princípio” (*ibidem*, p. 143). São esses textos as cartas, por exemplo, textos políticos, jornais, manifestos, petições, requerimentos etc., que são marcados pelo momento de publicação e podem perder sua eficácia específica com o passar do tempo (e eventualmente ganhar outras). Essas são, então, as fontes primárias, articuladas com o cotidiano e com propósito de serem lidas uma única vez. A resenha do livro *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo (1976), feita por Adriano da Gama Kury, aqui já comentada, é quase um manifesto e marca um momento político particular do lugar dessa disciplina nos estudos da área de Letras. Tal texto pode, assim, ser considerado parte dessa fonte primária de que fala Koselleck.

Em segundo lugar, Koselleck considera os dicionários uma fonte privilegiada para perceber como o conceito é multifacetado e plurivalente (um pouco mais do que ‘plurívoco’) e constatar, por exemplo, a partir de análises comparativas dos dicionários, quando determinado conceito se altera numa língua. Koselleck acrescenta ainda, nesse segundo grupo, que a análise será melhor se, além dos dicionários, também forem utilizadas

enciclopédias, devido ao seu caráter normativo (*ibidem*, p. 144). Seguindo tal diretriz, foram aqui utilizados dicionários específicos da área, já dotados de caráter normativo (ainda que moderadamente), como o *Dicionário de Linguística* (1973), de Jean Dubois, o *Dicionário de Linguística e Gramática* (1984), de Joaquim Mattoso Câmara Jr., no verbete de ‘estilística’, e também o *Trésor de la Langue Française*, editado pelo Institut National de la Langue Française e pelo LANDISCO, que oferece dados para se compor especialmente a parte europeia da história desse conceito. A forma ou maneira proposta por Koselleck para trabalhar com esse tipo de fonte consiste em “uma leitura cuidadosa e minuciosa, capaz de, a partir das estruturas repetitivas da própria semântica, medir inovações de sentido” (*ibidem*, p. 144). O autor recomenda, aqui, a observação de possíveis alterações de uma edição para a outra, para que se possa medir, assim, as mudanças de experiência formuladas linguisticamente. Ainda que Koselleck se refira especificamente a alterações possíveis em verbetes, esse modo de observação de alterações em edições distintas foi relevante, inclusive, para se notar a mudança do título de uma obra do gramático Celso Cunha, que se chamava, em 1970, *Português através de textos*, quando voltado ao uso do “1o. ano colegial”, e mais tarde, em 1978, ao ser adotado nos cursos universitários, teve o título alterado para *Estilística e Gramática Histórica*.

O terceiro grupo de fontes a serem trabalhadas é composto daquelas que não são alteradas, ao menos de maneira relevante, nas suas sucessivas edições, como a obra poética, a Bíblia ou a obra de Kant, por exemplo, que seriam os “chamados textos clássicos dos diferentes campos do saber” (*ibidem*, p. 144). Esse tipo de fonte, no caso da história do conceito de estilística, é constituído por textos teóricos fundamentais na área (ou campo) de Letras, como os manuais ou os tratados de Estilística, e até mesmo, por vezes, também de Linguística, Poética, Literatura, Filologia, Retórica etc. – subdivisões afins pelas quais a Estilística, se não se confundiu, ao menos transitou. Nesta Dissertação, foram selecionadas, como *corpus* amostral mais representativo possível, algumas obras desse tipo, tais como: *Traité de stylistique française*, de Charles Bally; *Teoria do romance I: A estilística*, de Mikhail Bakhtin; *Lições de Filologia Portuguesa*, de Leite de Vasconcellos; *Ciencia del lenguaje y arte del estilo*, de Martín Alonso; *Contribuição à estilística portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., dentre outras.

Por fim, a tese principal de Koselleck – que seguimos com reverente distância – é a de que “as estruturas repetitivas, de acordo com o tipo específico de texto, encontram-se diferentemente distribuídas” (1992, p. 144). E prossegue, postulando que o argumento decisivo em prol de suas posições teóricas está alicerçado em que “a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas a semântica mesma, de acordo com o gênero e o tipo de texto, possibilitará, impedirá ou mesmo proibirá diferentes formas de repetição” (*ibidem*, p. 144).

Koselleck conclui, ainda, dizendo que uma história dos conceitos só pode ser pensada a partir da premissa teórica da condição de produzir-se uma “separação analítica entre cada afirmação linguística presente em todas as fontes textuais e a história concreta” (*ibidem*, p. 145). Por isso a importância de se ressaltar, sempre que possível, o lugar institucional e político dos autores à época de sua produção.

Entende-se, ainda, que a longa duração do conceito estrutura a sua utilização, mesmo que não se tenha consciência da sua tradição. E, se há uma história possível do conceito de ‘estilística’, as noções de conflito e de tradição são indispensáveis para essa historicização.

O conflito de que se partiu para fazê-lo, portanto, é aquele já aqui citado: Linguística *versus* estudos literários (2.1). E como parte deste, o conflito entre o científico e o não científico também demonstraram ser fundamentais para compreender caminhos tão diversos pelos quais o conceito de ‘estilística’ passou. Para compor uma história dos conceitos, no entanto, é necessário observar elementos centrais mínimos comuns que permanecem em meio aos conflitos inerentes à sua história. Alguns dos elementos centrais que parecem compor o conceito de ‘estilística’ ao longo de todo seu caminho são os de ‘expressividade’ e ‘afetividade’ – e, por vezes, também a noção do ‘desvio’.

A expressividade é um conceito que em si merece maior dedicação, tendo-se encontrado poucas e vagas conceituações, no geral tautológicas – em que a ‘expressividade’ se explica a partir da ‘expressão’ etc. No entanto, já é possível notar que ela é extremamente recorrente nos autores aqui selecionados, um indício relevante para futuros encaminhamentos da pesquisa.

A Estilística, como foi possível ver nos subcapítulos anteriores, suscitou muitas divergências teóricas – seria o estudo linguístico da ‘expressão’, coletiva, ou o estudo individual das peculiaridades de um autor? –, metodológicas – uns rejeitando o uso de textos literários, outros defendendo –, e divergências até do campo em que se inseria – ora mais na Linguística, ora mais nos estudos literários –, além de vários posicionamentos intermediários que buscavam conciliar o que havia de mais linguístico ao que havia de mais literário na Estilística. Mas uma forte tradição – em grande medida, já herdada da Retórica – fez com que determinados elementos desse conceito perdurassem após o fim da própria disciplina.

Buscou-se, enfim, nesta primeira parte da Dissertação, elencar algumas definições de autores basilares para a construção da história do conceito de ‘estilística’, fossem essas definições da ‘estilística’ referentes à(s) teoria(s), à disciplina, às correntes, e mesmo quando não eram assim intituladas (i.e. fraseologia), mas tinham fortes de relação com esse conceito; partindo do pressuposto de que um conceito não se resume a um termo, não se pode limitar-se, portanto, a este para compor uma história de determinado conceito.

Vale ressaltar, ainda, que a definição não é em si a conceituação, mas sim uma das ferramentas para que o conceito se estabeleça, encontrando ou não lugar na história em questão, a depender do seu impacto no imaginário e na tradição subsequente. Procurou-se, por essa razão, apontar nos subcapítulos anteriores os autores que tiveram grande impacto na história da disciplina e do conceito de ‘estilística’.

Finalmente, construir uma história desse conceito é um longo trabalho que se pretende dar prosseguimento em pesquisa futura. Esta Dissertação, e em especial este subcapítulo busca, enfim, apontar para a composição dessa história, crendo ter-se aqui lançado suas primeiras bases.

3. DA DISCIPLINA AO APÊNDICE GRAMATICAL

3.1. Ventre retórico da Estilística

Sobre o fim da Retórica, diz Roland Barthes (1970), em “L'ancienne rhétorique”:

Não obstante, dizer de maneira completa que a Retórica morreu, seria poder precisar pelo que ela foi substituída, pois, como se viu bastante nesse curso diacrônico, a retórica deve sempre ser lida dentro do conjunto estrutural de seus vizinhos (Gramática, Lógica, Poética, Filosofia): é o conjunto do sistema, não cada uma das partes em si, que é historicamente significativa.⁶⁶

Ainda que a origem retórica da Estilística já tenha sido abordada em outros momentos ao longo desta Dissertação, faz-se necessário detalhar um pouco mais em que aspectos essa disciplina moderna remonta à Antiguidade. Para fins introdutórios, é possível elencar alguns pontos: 1. a relação com conceitos da Retórica antiga, como *elocutio*, *ornatum*, *decorum*; 2. a posição (final) da gramática; 3. a herança das figuras e dos tropos.

Iniciando-se, portanto, pelo conceito de *elocutio*, vale ressaltar que este parece ser um dos mais relevantes para a composição da história da ‘estilística’. Roderich Kirchner inicia seu capítulo intitulado “*Elocutio*: Latin Prose Style” da seguinte maneira:

O nome latino *elocutio* (“dicção”, “estilo linguístico”) é derivado do verbo *eloqui* (“falar”, “articular”) e é usado quase exclusivamente como um termo técnico. Nos manuais de retórica romanos, *elocutio* significa a formulação da linguagem de um discurso de acordo com os princípios da retórica. Os equivalentes gregos são ῥημνεία, λέξις e φράσις. O termo latino nos lembra que a retórica antiga almeja principalmente a produção oral da palavra. O termo inglês “*style*”, que é derivado do latim *stilus* (“stylus para a escrita”), é inapropriado, visto que ele se origina da crítica literária e é normalmente empregado a todos os gêneros da literatura em vez de apenas à produção oral;

⁶⁶ “Cependant, dire d’une façon complète que la Rhétorique est morte, ce serait pouvoir préciser par quoi elle a été remplacée, car, on l’a assez vu par cette course diachronique, la rhétorique doit toujours être lue dans le jeu structural des ses voisines (Grammaire, Logique, Poétique, Philosophie): c’est le jeu du système, non chacune de ses parties en soi, qui est historiquement significatif.” (BARTHES, 1970, p. 194)

frequentemente, no entanto, “*style*” é o termo mais naturalmente usado em discussões sobre os hábitos linguísticos dos oradores romanos.⁶⁷

Reconhecendo a impropriedade, ainda que com corrente utilização, da correspondência entre o inglês “*style*” e *elocutio*, a razão que Kirchner dá para isso é meramente a divergência entre o fato de um tratar da língua escrita (*style*, ou estilo), e o outra da língua falada (*elocutio*), enquanto há, no entanto, um longo caminho tortuoso entre os dois conceitos. Esse resumo dado por Kirchner apresenta também outras correspondências conceituais que merecem certa problematização.

Sobre ἐρμηνεία, intriga, como primeiro desafio, que o título do opúsculo Περὶ ἐρμηνείας que compõe o *Órganon* aristotélico tenha recebido a tradução de *Da interpretação*, naturalmente mediada pelo latim *De interpretatione*, enquanto o Περὶ ἐρμηνείας de Demétrio encontrou em sua versão latina o título *De elocutione*⁶⁸ e, em várias línguas vernáculas, foi traduzido por *Do/Sobre o estilo*⁶⁹. Essa bifurcação dos trajetos tradutórios dos dois Περὶ ἐρμηνείας parece-nos, pois, ter nós que podem, senão se desatar, ao menos se compreender.

A leitura aqui proposta, então, para esse ato tradutório e interpretativo é a de que a *elocutio*, tal como a entendiam os tratados latinos de retórica (principalmente de Cícero e Quintiliano), expressa com mais exatidão o conteúdo da obra de Demétrio, e, pelo mesmo

⁶⁷ “The Latin noun *elocutio* (“diction”, “linguistic style”) is derived from the verb *eloqui* (“to speak”, “to articulate”) and is used almost exclusively as a technical term. In Roman rhetorical handbooks *elocutio* means the formulation of a speech’s language according to the principles of rhetoric. Greek equivalents are ἐρμηνεία, λέξις e φράσις. The Latin term reminds us that ancient rhetoric aims primarily at the production of the spoken word; often, however, “style” is the term most naturally used in discussions of the linguistic usage of Roman orators.” (KIRCHNER, 2007, p. 181)

⁶⁸ Ressalva-se aqui a primeira edição impressa do texto, a de Aldus Manutius, que, em 1508, que preferiu seguir a tradição instaurada pelas traduções do *Órganon* aristotélico, e verter o título por *De interpretatione*. Essa edição foi replicada em 1542, sob título grego. Mas, como se há de ver, foi em 1552 que Petrus Victorius (Piero Vettori) propõe a tradução definitiva de Περὶ ἐρμηνείας por *De elocutione*, e tal título disseminou-se por todas as edições impressas no contexto humanístico e renascentista, estabelecendo-se como canônica.

⁶⁹ *On style*, em todas as traduções para o inglês; *Du style*, nas traduções francesas, como a que consta da grande edição de Pierre Chiron, publicada pela Les Belles Lettres, em 1993. Em todas as traduções a que tivemos acesso, a tradução por “estilo” prevalece. Apenas a edição italiana manteve em algumas edições a referência a ‘elocutio’ (*della Locuzione*) mas, ainda assim, na reimpressão das edições do séc. XVI e do séc. XVIII, publicada, em 2010, pela Plus – Universidade de Pisa, optou-se pelo seguinte título: *Sullo stile del discorso (Della Locuzione)*, reproduzindo a tradição tradutória das edições nas demais línguas vernáculas.

critério – sendo este o fator de maior interesse –, a *elocutio* encontrará no termo ‘estilo’ sua tradução vernácula canônica.

O caminho que vai da ἐρμηνεία ao ‘estilo’ é perpassado pelo da *elocutio*; o que levou à necessidade de se rastrear a tradição tradutória latina que optou pelo título *De elocutione* para o tratado de Demétrio. William Rhys Roberts, em seu artigo publicado em 1901, “The Greek Words for ‘Style’”, afirma que a tradução “natural” latina de Περὶ ἐρμηνείας é *De elocutione*, tal como preconizado por Petrus Victorius (Piero Vettori) – erudito humanista do século XVI⁷⁰, célebre editor e tradutor de textos gregos, principalmente os relacionados à retórica, e que é, segundo Roberts, memorável pelo árduo trabalho de “descobrir” os equivalentes latinos dos termos retóricos gregos (ROBERTS, 1901, p. 254). De fato, a tradução de Vettori para ἐρμηνεία no texto de Demétrio tomou seu lugar incontornável na tradição e constitui um interessante cânone tradutório assentado na autoridade de seu proponente e em argumentos tácitos.

Roberts (1901, p. 255) lembra que a *elocutio* é definida por Cícero no *De inventione* (I,7) como “as palavras e as sentenças adequadas para se empregar à invenção⁷¹” [*idoneorum verborum et sententiarum ad inventionem accommodatio*]⁷².

Entre os retóricos latinos, estava claro que a matéria conteudística da *elocutio* eram as figuras e os tropos. Como diz Ivan Teixeira no artigo “Retórica e Literatura”, na *elocução* aplicam-se “os ornatos, que são os artifícios mediante os quais se particularizam as coisas retóricas” (1998, p. 12). Mais especificamente, o uso das figuras e dos tropos acontecia

⁷⁰ CHIRON (2003, p. 391 et sq.) apresenta detalhada e comentada lista dos manuscritos e edições impressas do *De elocutione* de Demétrio, completando quantitativa e qualitativamente a lista de Roberts.

⁷¹ A *inventio* é, segundo os tratados latinos de retórica, o primeiro momento do discurso, seguido pela *dispositio*, tradução latina da τάξις de Aristóteles, e a *elocutio* (em Aristóteles, λέξις), que nos interessa especialmente.

⁷² Vale ressaltar que essa definição de *elocutio* corresponde integralmente àquela encontrada na *Retórica a Herênio*, sendo uma das semelhanças responsáveis pela atribuição desta obra a Cícero desde o séc. IV até começar a ser questionada no século XV (cf. FARIA; SEABRA, Introdução, in *Retórica a Herênio*, 2005, p.12). Sobre a *elocutio*, diz Pseudo-Cícero: “Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção.” [*Elocutio est idoneorum verborum et sententiarum ad inventionem accommodatio*.] (PS.-CICERO, *Retórica a Herênio*, I, 3.); sobre a *inuentio*: “Invenção é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável.” [*Inuentio est excogitatio rerum uerarum aut ueri simulum, quae causam probabilem reddant*.] (PS.-CICERO, *Retórica a Herênio*, I, 3). Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra.

principalmente no que Quintiliano – dividindo a *elocutio* em duas modalidades – chamava de elocução ornada, separando-se da elocução gramatical (*ibidem*, p. 12).

Quintiliano, no livro VIII do *Institutio Oratoria*, diz que “de fato, o que os gregos chamam de φράσις, chamamos, em latim, de *elocutionem*” [*igitur, quam Graeci φράσιν vocant, Latine dicimus elocutionem*] (VIII, 1, 1). Ainda segundo Roberts (1901, p. 255), outras palavras latinas também seriam possíveis para a tradução de ἐρμηνεία, como algumas encontradas no livro IX de Quintiliano (1, 17), mas, dentre elas, dificilmente poderíamos incluir *interpretatio*, já que esse termo, para o autor, implica mais uma explicação das palavras (especialmente as estranhas ou estrangeiras) do que a expressão das ideias de alguém. Apesar disso, o tratado de Demétrio, de acordo com Roberts, é ainda frequentemente⁷³ chamado *De interpretatione* (é relevante lembrar aqui que seu artigo data de 1901). Roberts (1901, p. 255) conclui, então, que, sendo apropriada ou não a tradução latina do tratado aristotélico Περὶ ἐρμηνείας, a palavra “*interpretatio*” não deveria ser usada para o Περὶ ἐρμηνείας de Demétrio.

Uma resenha feita por Reinach Théodore, publicada na *Revue des Études Grecques* em 1902, sobre a edição do tratado de Demétrio de William Rhys Roberts, publicada nesse mesmo ano, diz brevemente, em forma de aposto assim que apresenta o tratado, que o título do Περὶ ἐρμηνείας deve ser traduzido por *Traité du style*⁷⁴, sem no entanto dar maiores explicações do porquê.

De volta ao artigo de William Rhys Roberts, este discute qual seria a melhor maneira de se traduzir para o inglês o título do tratado de Demétrio, e a primeira possibilidade que aponta, para ser em seguida rechaçada, é *On Elocution*, isso se fosse possível ousar reviver o uso já então obsoleto em inglês, pois considera o sentido moderno de ‘*elocution*’ diferente daquele latino de ‘*elocutione*’. Ressalta, no entanto, que o mesmo não vale para o francês, e o exemplifica pelo verbete ‘*éloction*’ de Littré, cujo segundo item afirma que “Elocução é, por vezes, sinônimo de estilo”⁷⁵.

⁷³ Como se viu, seu “frequentemente” (“*often*”) não encontra respaldo nas edições impressas, e isso curiosamente pode ser constatado pela lista que o próprio Roberts fornece, e que, tendo sido imensamente enriquecida por Pierre Chiron (2003), continua sem dar sustento ao “frequentemente”.

⁷⁴ “*Traité du style* – car c’est ainsi qu’il faut traduire Περὶ ἐρμηνείας” (THÉODORE, 1902, p. 470).

⁷⁵ “*Élocution* est quelquefois synonyme de style.” (LITTRÉ, 1873-1874, t. 2, p. 1329)

Continua Roberts com outras sugestões para, então, concluir que a melhor e mais breve tradução disponível para ἑρμηνεία é a palavra “*style*”, que é recomendada por seu respeitável “pedigree” francês e latino, e também por sugerir uma personalidade daquele que escreve. *Demetrius On Style* parece-lhe, portanto, ser o melhor título em inglês para o tratado⁷⁶.

A edição de William Rhys Roberts do Περὶ ἑρμηνείας de Demétrio parece ser uma pista importante para a compreensão do que teria levado a tradição seguinte a ele a traduzir esse tratado como *Do/Sobre o estilo* em várias línguas modernas (português, espanhol, francês, além das edições seguintes no próprio inglês).

Apesar do silêncio acerca do caminho tradutório que vai da ἑρμηνεία ao estilo, passando pela *elocutio*, parece evidente que a presença residual da retórica no ensino das Letras tornava prescindível esclarecer que o fundo que ampara esse trajeto é o conteúdo da obra, que coloca em primeiro plano as figuras e tropos, exatamente aquilo em que consistia a alma da *elocutio* na retórica latina. A matéria do Περὶ ἑρμηνείας de Demétrio passa a ter uma relação dialética com o estilo: se o tratado é definido pelo conceito de ‘estilo’, também é esse opúsculo que define doravante (i.e., a partir de Roberts) as fronteiras definitórias do próprio ‘estilo’. Assim, William Rhys Roberts aplica o termo ao conceito, identificando, pelo conteúdo, a *elocutio* da retórica latina ao ‘estilo’ moderno.

A escolha de ‘estilo’ para a tradução de *elocutio* em edições desde a virada do século XIX para o século XX – e que por tradição se estende até as mais atuais – pode-nos dizer bastante de uma disciplina que nesse mesmo período teve grande repercussão nos estudos literários e linguísticos: a Estilística. Em certa medida, pode-se dizer que a ‘estilística’ não seja, ao menos em seu primeiro momento, a atenção dada a um dos aspectos do estudo retórico, a saber, o estudo da *elocutio*. Não é, portanto, mistério que esta disciplina tão plural advenha em certa medida dos estudos antigos. Seu conteúdo remanescente nas gramáticas normativas brasileiras, por exemplo, consiste quase que inteiramente em catálogos de figuras e tropos, além de localizar-se no fim das gramáticas, numa espécie de

⁷⁶ “[...] the best available brief rendering is the word *style*, which is recommended by its respectable French and Latin pedigree, as well as by its suggestion of a personality behind the pen. DEMETRIUS ON STYLE would, therefore, seem to be the most convenient English title to give to the treatise.” (ROBERTS, 1902, p. 255)

apêndice (e por vezes, explicitamente nomeada como tal), lembrando em muito a parte final das gramáticas latinas, principalmente a de Donato, como ensino propedêutico à Retórica.

Deve-se problematizar, portanto, a correlação dada por Kirchner no início deste subcapítulo, onde coloca ἐρμηνεία como uma das palavras equivalentes para *elocutio*. Isso parece remeter mais a uma tradição tradutória (inclusive deste tratado de Demétrio), e menos a uma correlação conceitual.

E notou-se ainda, por fim, que, nessa tradição tradutória do Περὶ ἐρμηνείας de Demétrio para ‘Do/Sobre o estilo’, não foi o conceito de ‘estilo’ antigo ou medieval que levou a esta tradução interpretativa, mas sim um outro momento do conceito de ‘estilo’, já decorrente da própria disciplina Estilística (ou simultâneo a ela), cujo estabelecimento foi um marco de virada conceitual do ‘estilo’ – ainda que não tenha contribuído para torná-lo menos vago. Há que se levar em conta, portanto, não só a herança da tradição antiga, mas também a influência – quando não transformação – que um conceito posterior exerce na transmissão dessa tradição antiga. Isso pode contribuir para a compreensão do porquê a tradução de *elocutio* é frequentemente ‘estilo’ no inglês, como afirma Kirchner, assim como em várias outras línguas vernáculas.

Um outro conceito relevante para pensar a herança retórica na Estilística é o *ornatum*. Daniel J. Kapust, buscando compreender referências clássicas na história do pensamento político, também trata deste último conceito: “E termos como *ornate*, *ampule*, *ampullose*, *magnífiche*, *ornamento* [...] eram características centrais da *elocutio* em duas fontes primordiais para escritores do Renascimento: Cícero e Quintiliano.”⁷⁷

E prossegue Kapust, dizendo: “*Ornatus* (ornamentação, ou adorno) – juntamente com *latinitas*, *perspicuitas* (clareza, factual e no discurso), e *decorum* – era uma das virtudes do estilo, ou *elocutio*, como foi discutido por Cícero e Quintiliano”⁷⁸. Nesta citação, além do tratamento de quase sinônimo entre ‘estilo’ e ‘*elocutio*’, há que se notar que o *ornatus* era tratado como uma das virtudes da *elocutio* (ou do estilo, segundo o autor).

⁷⁷ “And terms like *ornate*, *ampule*, *ampullose*, *magnífiche*, *ornamento* [...] were central features of *elocutio* in two key classical sources for Renaissance writers: Cicero and Quintilian.” (KAPUST, 2018, p. 67)

⁷⁸ “*Ornatus* (ornamentation, or adornment) – along with *latinitas*, *perspicuitas* (clarity, factual and in speech), and *decorum* – was one of the virtues of style, or *elocutio*, as discussed by Cicero and Quintilian.” (KAPUST, 2018, p. 67)

Roderich Kirchner (2007, p. 182) diz que, enquanto Aristóteles, no terceiro livro da *Retórica*, descreve apenas uma virtude da ‘dicção’ (λέξεως ἀρετή, *virtus dicendi*), que consiste em dois aspectos: clareza e adequação⁷⁹, Teofrasto de Ereso parece ter feito, no seu tratado perdido *Περὶ λέξεως*, uma divisão quádrupla das virtudes da dicção: “(1) a linguagem correta (Ἑλληνισμός, e os equivalentes latinos são *Latinitas* ou *sermo purus et Latinus*); (2) clareza (τὸ σαφές, σαφήνεια, *perspicuitas, dilucide planeque dicere*); (3) adequação (τὸ πρέπον, *aptum* ou *decorum*); e (4) ornamento (κόσμος, κατασκευή, *ornatus, dignitas*)”⁸⁰. Afirma, então, Kirchner que as visões de Teofrasto, transmitida pelos teóricos helenistas da retórica, foram adotadas por Cícero e Quintiliano (2007, p. 182).

Baratin e Desbordes, ao tratarem da terceira parte da *Ars grammatica* latina, que seria dedicada aos vícios e virtudes da oração [*uitia uirtutesque orationis*] (1986, p. 215) – cujas semelhanças com a última parte das gramáticas do século XX serão abordadas no próximo subcapítulo (3.2) –, dizem que “no quadro geral da retórica, o metaplasmo, a figura e o tropo seriam apenas os meios de uma das virtudes, a ornamentação”⁸¹.

Uma vez que as figuras e os tropos constituem o conteúdo quase único da Estilística nas gramáticas contemporâneas, a relação de ornamento e a Estilística são visivelmente relacionáveis.

Vale dizer ainda, sobre a noção de vício e virtude, que nas gramáticas antigas, assim como nas modernas, a preocupação com a língua se imiscuía com a atenção à literatura, e os conceitos de figura e de tropo eram respaldados pela *auctoritas exemplorum*, ou seja, o prestígio literário dos exemplos distinguia o vício da virtude. A *auctoritas* é um conceito de fundamento estritamente axiológico, e forma um acervo legitimador de práticas literárias e, como aqui se vê, gramaticais. Sua mobilidade é limitada, lenta e delicada, porquanto tange questões identitárias evidentes. Desde as antigas *imitatio* e *aemulatio*, práticas muito apreciadas na Antiguidade, até as figuras e os tropos – e, de uma forma analogamente

⁷⁹ No original, em inglês: “clarity and appropriateness” (KIRCHNER, 2007, p. 182).

⁸⁰ (1) correctness of language (Ἑλληνισμός, Latin equivalents are *Latinitas* or *sermo purus et Latinus*); (2) clarity (τὸ σαφές, σαφήνεια, *perspicuitas, dilucide planeque dicere*); (3) appropriateness (τὸ πρέπον, *aptum* or *decorum*); and (4) ornament (κόσμος, κατασκευή, *ornatus, dignitas*)” (*ibidem*, p. 182).

⁸¹ “[...] dans le cadre général rhétorique, métoplasme, figure, et trope seraient seulement des moyens de l’une des ‘qualités’, l’ornementation.” (BARATIN & DESBORDES, 1986, p. 218)

negativa, todos os vícios e solecismos –, as demandas todas de legitimação são atendidas pelo princípio da *auctoritas*.

Por fim, quanto ao conceito de *decorum*, Adriano Scatolin (2009, p. 8) afirma que ele aparece em várias obras de Cícero, empregando-o como “modo de leitura e recepção numa passagem do começo do *Da república*, e o comentário de seu uso nas cartas”, e no *Orator* diz Cícero: “De fato, nada mais difícil, tanto na vida como no discurso, do que perceber o que convém. Os gregos o denominam *prépon*; quanto a nós, chamemo-lo decoro. [*Vt enim in uita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat uidere. Πρέπον appellant hoc Graeci, nos dicamus sane decorum.*] (*Orator*, 70)”⁸²; por fim, conclui Scatolin: “no *Dos deveres* Cícero mostra, com exemplos tomados à poesia, como concebe o decoro no que diz respeito à elaboração de personagens – tanto suas ações como suas palavras devem ser dignas delas” (*ibidem*, p. 8).

Além de esse trecho mostrar o *decorum* como a tradução canônica da retórica latina para o grego *πρέπον*, é possível apreender seu significado como aquilo que “convém”, o adequado, não só na retórica, mas também na poesia. Há uma breve historicização deste conceito no verbete “*decorum*” de Carlos Ceia (2009), no *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL), onde coloca ainda outras referências antigas, como Platão: “em *O Político* (283d-85a), onde assegura que todas as artes devem a sua beleza ao respeito por esta norma de conduta”; e em Aristóteles, ao que diz Carlos Ceia:

Aristóteles estendeu o princípio do *decorum* à ética (observando a moderação das emoções e adequando-as a cada situação), à retórica (observando a boa dicção e a escolha de vocabulário adequado, evitando a linguagem familiar, por exemplo) e ao direito (observando a equidade). [...] (CEIA, 2009, verbete: *decorum*)

Então, afirma, em seguida, Carlos Ceia que o “estilo literário dos autores está sujeito à mesma moderação: ter um estilo decoroso significa a rigor não se ser nem demasiado

⁸² Tradução de Adriano Scatolin (2009).

erudito nem demasiado rude” (*ibidem*). Parece haver, portanto, determinada prescrição à composição literária, que se manteve, até certo ponto, na tradição que se seguiu.

Uma mudança no conceito, conforme diz Carlos Ceia, já é identificada em Santo Agostinho, que o adaptou à oratória cristã, e, posteriormente, no Renascimento, quando os teóricos da literatura teriam, de um lado, focado na defesa do *decorum* na construção de personagens nas obras literárias – aplicação esta utilizada por Cícero, como na menção de Adriano Scatolin, citado acima –, e de outro lado, defendido também o *decorum* “no estilo utilizado pelos autores” (2009, p. 8).

Logo a seguir, Ceia chama essa atenção ao *decorum* no Renascimento de “preocupação estética” e, especificamente no teatro francês, à época de Racine e de Corneille, diz que o *decorum* teria sido uma “norma” rigorosamente observada, sempre com o objetivo de conseguir boa recepção do público, e conclui: “Chamou-se a este tipo de contenção estilística *bienséance*” (2009).

Ainda, portanto, que *a priori* a Estilística tivesse menor rigor prescritivo que a Retórica, há que se considerar que o *decorum* associado, como diz Carlos Ceia (*ibidem*), à “preocupação estética”, à “norma” e à “contenção estilística” demonstram uma herança da prescrição, não tão distante daquela da Retórica.

Conclui, então, o verbete Carlos Ceia:

O *decorum* é uma questão de gosto literário ou uma forma de respeito pela sensibilidade do leitor. De um ponto de vista crítico, a partir dos decadentistas franceses do século XIX, a literatura descobre que a falta de *decorum* também pode ser uma forma de literatura e quase todas as vanguardas posteriores se serviram da quebra do *decorum* para fundar a sua estética. Contudo, teríamos que regressar às origens do romance de paródia (*Dom Quixote*, *Tristram Shandy*, etc.) para ilustrar com propriedade o que é que significa desafiar a ética imposta pela sociedade. (*Ibidem*)

Como se pode ver, o conceito de *decorum* parece ser uma espécie de delimitador, ou mesmo norteador, do chamado “estilo” literário. O fato de as vanguardas terem buscado

basear sua estética na quebra do *decorum* mostra que este era efetivamente um ponto de referência na construção do texto literário.

Para concluir, enfim, este subcapítulo que busca indicar a relação da disciplina Estilística com a antiga Retórica, vale citar Barthes:

Em que medida exatamente e sob que reservas a ciência da linguagem assumiu o campo da antiga retórica? Houve, primeiramente, uma passagem à psicoestilística (ou estilística da expressividade⁸³); mas, atualmente, onde o mentalismo linguístico é perseguido? De toda a retórica, Jakobson só manteve duas figuras, a metáfora e a metonímia, para torná-las emblema dos dois eixos da linguagem [...].⁸⁴

No livro *Figuras de retórica*, José Luiz Fiorin (2014, p. 17), que inclusive cita esse mesmo trecho de Barthes (ainda que em outra edição), afirma que, apesar de Barthes não defender explicitamente a continuidade da tradição retórica promovida pela teoria literária, o interesse deste autor pelo assunto já demonstra uma relação entre esses domínios do conhecimento.

3.2. A ‘estilística’ como parte (final) da Gramática

Em “La ‘troisième partie’ de l’*Ars grammatica*”, Baratin e Desbordes iniciam seu artigo com a seguinte afirmação:

⁸³ Barthes coloca para “estilística da expressividade” a seguinte nota: “O desaparecimento da Retórica tradicional criou um vazio nas humanidades, e a estilística já trilhou um longo caminho para preencher esse vazio. Na verdade, não seria de todo falso descrever a estilística como uma ‘nova retórica’, adaptada aos modelos e às exigências dos estudos modernos em linguística e em literatura.” [“La disparition de la Rhétorique traditionnelle a créé un vide dans les humanités et la stylistique a déjà fait un long chemin pour combler ce vide. En fait, il ne serait pas tout à fait faux de décrire la stylistique comme une <<nouvelle rhétorique>>, adaptée aux modèles et aux exigences des études modernes en linguistique et en littérature.” (ULLMANN, 1964, p. 130 *apud* BARTHES, 1970, p. 194).

⁸⁴ Dans quelle mesure exacte et sous quelles réserves la science du langage a-t-elle pris en charge le champ de l’ancienne rhétorique? Il y a eu d’abord passage à une psycho-stylistique (ou stylistique de l’expressivité); mais aujourd’hui, où le mentalisme linguistique est pourchassé? De toute la rhétorique, Jakobson n’a retenu que deux figures, la métaphore et la métonymie, pour en faire l’emblème des deux axes du langage [...].

Segundo uma opinião amplamente difundida, uma característica notável da *Ars grammatica* latina seria sua organização em três partes: uma primeira parte consagrada à fonética (*uox, littera, syllaba...*), uma segunda à morfologia (*partes orationis*), e uma terceira aos *uitia uirtutesque orationis*, vícios e virtudes da oração.⁸⁵

Os autores prosseguem, então, dizendo que essa terceira parte é também o que distingue a *ars* latina da τέχνη grega, em que só havia duas partes (fonética e morfologia). No entanto, essa terceira parte, segundo Baratin e Desbordes, não seria um acréscimo próprio dos latinos, mas de fato “eles teriam conservado fielmente as características originais de uma τέχνη grega que teria sido elaborada em Pérgamo sob influência estoica, enquanto que os gramáticos gregos, ao adaptar essa τέχνη às preocupações da Escola de Alexandria, teriam mantido apenas as duas primeiras partes”⁸⁶.

E essa terceira parte, como dizem os autores, na versão de Donato, que é considerada canônica, há seis capítulos: três para os vícios do enunciado (como barbarismo, solecismo etc.), e três para as virtudes (metaplasmo, figura, tropo) (1986, p. 216). E essa tradição de figuras e tropos ao fim da gramática, portanto, perdurará até as gramáticas normativas brasileiras que compõem os *corpora* desta Dissertação.

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, como já mencionado, foi tomada como primeira amostragem, pelas seguintes razões: (1) é uma das poucas gramáticas que se assumem normativas desde o título; (2) é uma obra referencial na formação escolar de várias gerações de brasileiros; e (3) há uma visível valorização dos escritores portugueses e brasileiros, colocando-os não só como exemplos do “bom uso da língua” na parte de Sintaxe, mas também por haver, em uma das primeiras páginas da Gramática, uma imagem de Luiz de Camões segurando *Os Lusíadas* e, logo abaixo, um poema de Manuel Bandeira. O fato de esse tributo à literatura estar presente em

⁸⁵ “Selon une opinion largement répandue, un caractère notable de l’*Ars grammatica* latine serait son plan en trois parties: une première partie consacrée à la phonétique (*uox, littera, syllaba...*), une deuxième à la morphologie (*partes orationis*), et une troisième aux *uitia uirtutesque orationis*, défauts et qualités de l’énoncé.” (BARATIN & DESBORDES, 1986, p. 215).

⁸⁶ “Il ne s’agirait pourtant pas d’une addition propre aux Latins, mais bien du fait que les Latins auraient conservé fidèlement les traits originaux d’une Τέχνη qui aurait été élaborée à Pergame sous influence stoïcienne, alors que les grammairres grecs, adaptant cette Τέχνη aux préoccupations de l’Ecole d’Alexandrie, n’auraient gardé que les deux premières parties.” (BARATIN & DESBORDES, 1986, p. 215)

todas as edições analisadas é, no mínimo, digno de atenção, e parece-nos sinalizar a manutenção do lugar de destaque da literatura na obra.

Em outras gramáticas, a abordagem segue a mesma perspectiva, e resultados preliminares já mostram as mesmas tendências em obras como a *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus* (1978) e *Moderna gramática brasileira* (2001), ambas de Evanildo Bechara e a *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha e Lindley Cintra. Esta última, com a interessante característica de autodenominar-se gramática expositiva⁸⁷.

O cientificismo como parâmetro axiológico, no final do século XIX e primórdios do século XX⁸⁸, contaminou de forma duradoura não só os estudos gramaticais, como também o ensino de línguas clássicas e vernáculas. No lastro dessa tendência, a ‘estilística’ foi compelida às margens – por vezes ornamentais – de uma abordagem de pretensões à precisão absoluta, mas que, ela toda, não se distanciava muito de categorização de figuras e solecismos baseada na já ancestral *auctoritas*. Não se pode negligenciar, pois, o legado do século XIX. Parte de nosso vínculo com a tradição gramatical passa por esse crivo, e, por isso, deve-se examiná-lo. António Cândido de Figueiredo é uma contribuição fundamental para a melhor compreensão do conceito de ‘estilística’ no século XX. Para além disso, o valor que Cândido de Figueiredo confere à ‘estilística’ tem especial relevância, e tal relevância se verifica em sua *Gramática Sintética da Língua Portuguesa* (1955) pela forma como inclui a ‘estilística’ na seção de Sintaxe, que se divide em três partes: 1ª Sintaxe lexicológica; 2ª Sintaxe fraseológica; 3ª Sintaxe estilística.

⁸⁷ “Gramática expositiva” é uma expressão que, em 1907, foi usada por Eduardo Carlos Pereira para expressar a ideia de uma gramática “lógica na expressão do pensamento”, como o autor diz no prólogo da primeira edição, que se opõe à gramática puramente histórica, que correspondia, então, a uma forma nova de abordagem. Portanto, há dois usos do termo: um que se opõe à gramática normativa (onde a “expositiva” apenas aponta os usos, sem ênfase na prescrição e sem deixar de fazê-la), e outro, que contrasta com a “gramática histórica”.

⁸⁸ A permanência desse parâmetro e suas consequências serão examinadas mais adiante; no entanto, é de se notar, desde já, a relação que os valores dele derivados têm com as disposições das organizações e disposições das áreas na academia. Note-se, nesse sentido, a constituição, na UFRJ, de um departamento de “ciência da literatura”, onde, muito significativamente, o termo ciência aparece no singular. Apesar de seu nome, as atividades acadêmicas desenvolvidas tanto nessa instância quanto no Programa de Pós-Graduação homônimo são notoriamente marcadas pela interdisciplinaridade e pela adoção de elementos conceituais de outras áreas, sobretudo da Filosofia, da Psicanálise e, com menos frequência, das Ciências Sociais e da Análise do Discurso que delas derivam pela via de Bourdieu, mas jamais da Linguística.

Observou-se, desde já, que, nas gramáticas do vernáculo, a parte intitulada frequentemente "Estilística" privilegia o estudo das figuras (de linguagem, de estilo etc.) e, por vezes, aparecem os tropos, mas em todas as obras analisadas, apenas como sinônimo de figuras. Esse será o tema, portanto, do próximo subcapítulo.

3.3. Figuras com(o) tropos: a permanência da literatura na Gramática

Tendo, portanto, a parte final da gramática chamada "Estilística", de modo geral, seu núcleo constituído pelas figuras (normalmente ditas "de linguagem", mas há variantes), tal constituição remeteu o estudo a retóricos e gramáticos gregos e latinos, além dos textos de exercícios retóricos conhecidos como *Progymnasmata*.

Inicialmente, voltamos à gramática mais antiga do Ocidente que temos, de Dionísio Trácio, por trazer, em seu proêmio, a seguinte assertiva: "a parte sexta é o julgamento dos poemas, o qual é o mais belo de todas as coisas que estão nessa arte [da gramática]". A posição dessa parte exclusivamente poética nos interessou, de início, por aparentemente corresponder ao lugar da parte chamada "Estilística" nas gramáticas tradicionais que servem de *corpus* a essa pesquisa: o fim da lista. Diz Dionísio:

Μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ· πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβὴς κατὰ προσῳδίαν, δεύτερον ἐξηγήσις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους, τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις, τέταρτον ἐτυμολογίας εὗρεσις, πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς, ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὴ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

As partes dela [da gramática] são seis: primeira: leitura esmerada na prosódia; segunda: a explicação dos tropos poéticos contidos [no texto]; terceira: a imediata elucidação da enunciação e do enunciado⁸⁹; quarta: a descoberta⁹⁰

⁸⁹ Ou, segundo LALLOT (1998, pp. 77-79), "palavras raras e narrativas". A argumentação de Lallot para sua tradução de γλῶσσα por "palavra rara" é fundamentada em muitas ocorrências de γλῶσσα como "barbarismo". Preferiu-se aqui, no entanto, uma tradução mais próxima de um significado menos técnico do termo, que, de resto justificasse seu emparelhamento sindético com ἱστορία.

⁹⁰ εὗρεσις – descoberta, achamento.

da etimologia; quinta: o arrolamento de analogias; sexta: o julgamento⁹¹ dos poemas, a qual é [a parte] mais bela de todas na arte [gramatical]. (DIONÍSIO TRÁCIO, 1)⁹²

Essa sexta parte, porém, não é senão um julgamento poético estritamente filológico, enquanto a segunda parte, dedicada aos tropos, tem provavelmente o objetivo mais próximo do que se tem na parte moderna chamada “Estilística”. Assim, ainda que a obra *quae superest* de Dionísio Trácio indicasse e prescrevesse o que a poesia fosse, mesmo que por razão ecdótica, na parte última da gramática, ficaria uma grave lacuna para se entender como também foram lançados ao mesmo lugar os tropos e as figuras.

As *Ars* de Donato, cuja importância já foi brevemente comentada a partir de Baratin e Desbordes (no subcapítulo 3.2), respondeu melhor essa questão. Além de ter sido o modelo de gramática utilizado pelos ocidentais para a descrição da maior parte das línguas do Renascimento⁹³, o tratado final de sua gramática (*Arte Maior III*) possui os capítulos “5. Sobre as figuras” e “6. Sobre os tropos”⁹⁴ por último, onde há em cada um deles um catálogo detalhado de figuras e tropos, respectivamente. Donato, sem postular definição, propõe, por meio desse catálogo, uma distinção entre tropos e figuras, em que, de resto, não é acompanhado pelas gramáticas atuais.

Um exemplo dessa configuração moderna diferenciada encontra-se no capítulo 33 da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, contido na parte “Rudimentos de Estilística e Poética”, que se intitula “Figuras de linguagem: os tropos”. Com o título sugestivo, o autor ainda classifica as figuras de linguagem em “– De palavras (ou tropos).”, “– De construção.” e “– De pensamento.”, insistindo em tratar figuras e tropos como sinônimos também no momento de listar um tipo específico de figura: de palavras.

⁹¹ Subentende-se um julgamento filológico.

⁹² Texto grego utilizado da edição de Jean Lallot (1998) e tradução nossa do grego para o português baseada na francesa de Lallot.

⁹³ Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 23.

⁹⁴ Tradução de Lucas C. Dezotti (2011).

Se Donato define pouco *tropo* e sequer define *figura*, Quintiliano, no início do livro nono, relata possíveis motivações para a dificuldade em distingui-los, e a confusão que alguns autores fazem com esses conceitos. Nas palavras de Quintiliano:

Nam plerique has tropos esse existimaverunt, quia, sive ex hoc duxerint nomen, quod vertant orationem, unde et motus dicuntur, fatendum erit esse utrumque eorum etiam in figuris, usus quoque est idem: nam et vim rebus adiinciunt et gratiam praestant. Nec desunt qui tropis figurarum nomen imponant, quorum est C. Artorius Proculus. Quin adeo similitudo manifesta est, ut ea discernere non sit in promptu.

De fato, a maior parte [dos autores] pensaram que elas [as figuras] eram, tropos, pois ou já tomavam estes o nome do que, de certo modo, tem sua forma, ou de que mudam a oração, de onde também se o chama de 'movimentos': será necessário confessar que um e outro deles se verifica também nas figuras. O uso é também o mesmo, pois acrescentam força às coisas e lhes dão graça. E não falta quem aponha aos tropos o nome de figura, entre os quais, Artório Próculo, pelo que é mais necessário assinalar a diferença que existe entre essas duas coisas. (QUINTILIANO, *Inst.*, IX, i, 2-3)

Após tal constatação, no entanto, Quintiliano não só define ambos, como afirma ser de maior importância diferenciá-los:

Quo magis signanda est utriusque rei differentia. Est igitur tropos sermo a naturali et principali significatione translatus ad aliam ornandae orationis gratia, vel, ut plerique grammatici finiunt, dictio ab eo loco, in quo propria est translata in eum, in quo propria non est; figura, sicut nomine ipso patet, conformatio quaedam orationis remota a communi et primum se offerente ratione.

É mister assinalar o que diferencia um do outro. É, de fato, o tropo uma maneira de dizer transladada da significação natural e principal a uma outra graças ao intento de ornar a oração, ou como definem muitos gramáticos, é um dito transladado do lugar que lhe é próprio para um que não lhe é próprio; a figura, tal como indica seu nome, é uma conformação de oração distanciada

do comum e da *ratio*⁹⁵ que se oferece primeiramente. (QUINTILIANO, *Inst.*, IX, i, 4-5)

É registrada, nesse momento, a confusão existente, na época, entre os conceitos de tropo e de figura. A mesma confusão, porém, não se estende diretamente à Modernidade, uma vez que a relevância do discurso de Quintiliano é suficiente para que a tradição posterior a ele se torne homogênea novamente. Em algum momento, porém, entre os gramáticos leitores diretos de Quintiliano e os gramáticos da Modernidade, essa distinção entre as categorias ‘figura’ e ‘tropo’ se perdeu novamente, como vimos na gramática de Rocha Lima.

Sobre a divergência entre esses dois conceitos, José Luiz Fiorin explica que “A retórica que se dedicou a estudar apenas as figuras, abandonando o exame da dimensão argumentativa, considerou os tropos, que indicam uma mudança de sentido, como uma classe das *figuras*”. E diz ainda que, pelo fato de a unidade básica do tropo ser a palavra, e que nele um sentido literal é substituído por um sentido figurado, os tropos são chamados de figuras de palavras (FIORIN, 2014, p. 28).

Como foi visto, é exatamente o tipo específico de “figuras de palavras” que é tratado como sinônimo de “tropos” por Rocha Lima, evidenciando uma clara aproximação com a classificação das figuras feita pela Retórica, mas ainda não é clara a razão de os tropos estarem no título como sinônimo de toda a categoria “figuras de linguagem”.

José Luiz Fiorin tece ainda algumas considerações acerca das figuras e dos tropos que parecem ser muito relevantes para esta pesquisa. A primeira delas trata da origem retórica das figuras, já sugerida no título de sua obra, que de uma disciplina basilar de todo o ensino passou a ser entendida como técnica de ornamentação do discurso e, portanto, algo “inútil” (2014, p. 10). Esse mesmo processo aconteceu com o que fazia parte da Retórica, daí as definições de expressão, afetividade, enfeite e estilo frequentemente relacionadas às figuras e aos tropos, além da própria Estilística, visto que essa disciplina tornou-se um apêndice gramatical que passou a abrigá-los posteriormente.

⁹⁵ Sobre os conceitos de *ratio* e *usus*, cf. Torzi (2000) e Fortes (2012).

Ainda no Prefácio, Fiorin constata que “todas as gramáticas mais tradicionais possuem uma parte dedicada às figuras de retórica”, e diz que são apresentadas de forma imprecisa, com alguma pequena definição e um ou alguns exemplos. O autor faz, então, uma crítica a essa forma de apresentação catalogar, e tem como objetivo em sua obra fazer uma exposição detalhada dessas figuras, defendendo nelas a presença da dimensão argumentativa. Tal constituição da Estilística, como basicamente catálogo das figuras, já havia sido notada no início desta pesquisa, mas sua motivação foi percebida por Fiorin, quando mostra o descrédito que as figuras e os tropos sofreram em termos de utilidade. Vale ressaltar que esse fator da não “utilidade” – que fez, de fato, com que a Linguística deixasse as figuras (e/ou tropos) de fora de suas análises – tem sofrido recente mudança, como se pode ver na apropriação do conteúdo das figuras por algumas correntes da Linguística (mencionadas no subcapítulo 2.3), o que tem acabado por renovar essa “utilidade” ao atribuir-lhes um novo caráter científico.

No capítulo “Linguística e Retórica”, Fiorin fala sobre a constituição da Linguística como ciência num momento de declínio da Retórica, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, e comenta alguns motivos que levaram a esse declínio. São alguns dos ideais vigentes naquele momento em choque com os mais antigos, abarcados pela Retórica, respectivamente: a linguagem representa a realidade *versus* realidade construída pelo discurso; liberalismo como modelo do discurso político, tendo, este, base na racionalidade *versus* ideal de persuasão; comunicação escrita *versus* comunicação oral; discurso literário com originalidade, individualidade, subjetividade *versus* estoque de lugares comuns, de procedimentos à disposição do escritor (*ibidem*, p. 12-13).

Este último embate é o mais importante para se pensar na superposição do valor de originalidade literária sobre o de práticas como a *imitatio*. Tal mudança pode ter sido relevante para a desassociação, na contemporaneidade, do bem escrever ao uso de figuras e tropos na prosa moderna, uma vez que esses procedimentos estão mais próximos àquela prática antiga que a qualquer inovação literária moderna. O mesmo, entretanto, não parece se aplicar inteiramente à poesia, em que ainda se mantém forte valoração do uso de figuras e de referências a outras obras.

Conclui-se, portanto, que as figuras e os tropos, que encontram lugar no gênero Gramática desde a Antiguidade, sofreram mudanças consideráveis até a Modernidade. A primeira mudança observada foi a fusão entre os dois conceitos nas gramáticas modernas, especialmente na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, em que são claramente tratados como sinônimos.

Fusão e confusão entre ‘figura’ e ‘trope’ parecem ter sido feitas por alguns gramáticos na Antiguidade, levando Quintiliano a diferenciá-los no livro IX do *Institutio Oratoria*, o que, por força da *auctoritas*, foi suficiente para hegemonizar, durante algum tempo, o pensamento gramatical que o sucedeu. Não se pode, portanto, supor que a distinção entre os dois conceitos deixou de ser feita desde então, mas sim que eram distinções tão sutis que, separados por séculos, gramáticos voltavam a compreender ‘figura’ e ‘trope’ como uma mesma categoria em determinados contextos.

Na *Arte Maior III*, Donato não define ‘figura’, mas seleciona dezessete como as indispensáveis dentro das muitas que existem. Apesar disso, não diferencia dentre elas quais são as de pensamento e quais as de palavra; já o trope é brevemente definido e considera que existam treze tropos ao todo.

As discrepâncias registradas nas categorizações de figuras e tropos entre os gramáticos demandam análise futura. Já foi observado, no entanto, que Metáfora e Metonímia em Rocha Lima têm a mesma classificação que em Donato; são classificadas explicitamente como tropos, ainda que em parêntesis em Rocha Lima, como sinônimos de figuras de palavras (classificação da Retórica, como comentado por Fiorin). Um trabalho que vale ser feito futuramente é o mapeamento e a interpretação dessa distinção – ou sua ausência – nas gramáticas vernaculares.

4. CONCLUSÃO

Nesta Dissertação, buscou-se apontar para uma história do conceito de ‘estilística’, nos termos de Reinhart Koselleck, partindo do seu surgimento enquanto disciplina até sua constituição final como apêndice das gramáticas normativas brasileiras do século XX. Compreendendo sua história em meio ao conflito da instituição dos campos de Linguística e estudos literários, percorreu-se as definições e tentativas de conceituação da Estilística feita por autores basilares dessa disciplina.

Nesse trajeto, foi constatado que a Estilística, enquanto disciplina e teoria, assumiu desde o século XIX até o presente momento caminhos diversos e plurais. Todos esses caminhos, ainda – e porque – dissidentes, compõem integralmente a história do conceito de ‘estilística’ que se quer empreender: por um lado, os conflitos teóricos e institucionais de uma área (o lugar da Estilística entre a Linguística e os estudos literários), e, por outro, a parte legitimadora de um gênero (a gramática). É entre as forças de manutenção e de mudança que se estabelece o conflito inerente a qualquer história dos conceitos.

Não demora muito para que a Estilística perca a clareza de sua definição, inicialmente baseada na de ‘estilo’, e dela vá se afastando, em direção a uma autonomia de campo, uma autonomia que, de resto, jamais alcançaria. A perda de sua consistência conceitual não é, evidentemente, acompanhada pelas alterações em seu lugar institucional. As instituições são sempre mais lentas e resistentes a esse tipo de impacto histórico, e disso advém a ilusão de sua robustez. Assim, a Estilística já havia assumido lugar de disciplina em certas instituições e de parte de disciplina noutras, e livros, gramáticas e compêndios reservavam a ela lugar seguro e estável, aparentemente pétreo.

No século XX, quando os estudos das Letras se cindiram em estudos literários e linguísticos, cada qual se apossou de suas disciplinas, que, até algum outro momento, deveriam dar-lhes a coesão que os firmassem como campos. Das antigas Letras restou – até há pouco tempo, pelo menos – o nome do curso e de sua respectiva diplomação. As disciplinas, nesse contexto, encontravam seu nicho espontaneamente. Mesmo a disciplina chamada “filologia” – ela própria partida entre a chamada “linguística histórica” (com raízes nos estudos comparativistas indo-europeístas), geralmente românica, e a crítica textual –

acabou encontrando seu abrigo na Linguística, ainda que ali sobreviva institucionalmente com certo notório desconforto. A Estilística, por sua vez, não teve essa sorte.

Sua sobrevida se deu mais como termo – cada vez mais vago – do que como disciplina. Mas sua força fora tanta, que o termo, sobrevivente no subsolo institucional, germinava e germina aqui e ali, e sempre em instituições distantes dos centros patrulhados. De maneira geral, a Estilística foi retomada sob novos nomes, uma vez que era preciso dar – ou devolver – a esse termo esvaziado sentido declarado que justificasse essa sobrevida e que lhe garantisse aceitação numa nova configuração epistemológica das áreas presentes nos cursos de Letras. E, se é preciso pensar na força de resistência desse significante, não é possível negligenciar por completo que não é inverossímil que, em determinados contextos institucionais, notadamente nos muito afastados dos grandes centros urbanos com tradição universitária⁹⁶, o termo tenha servido ao propósito de criar um arranjo para além das divisões tradicionais (literaturas específicas, línguas específicas e respectivas teorias: literária e linguística e, talvez, rudimentos de latim), otimizando a eventual escassez de profissionais em qualquer um desses setores.

Uma parte substancial do ensino de língua portuguesa (como primeira língua) foi dedicada, pelo menos desde o século XIX, a algo que se referia à certa expressividade literária ou retórica, a partir de exemplos de autores que transitassem ora pela eloquência, ora pela grandiloquência. Desde já a noção de ‘expressividade’ juntamente com a de ‘afetividade’ parecem ser centrais para se compor a história do conceito de ‘estilística’.

A permanência das figuras e dos tropos nas gramáticas normativas brasileiras mostram a força da tradição gramatical. Apesar de não ter mais o mesmo fim literário das gramáticas antigas, a força da tradição do gênero manteve uma parte dedicada – ao menos nas gramáticas normativas referenciais brasileiras que compõem os *corpora* desta

⁹⁶ Dados da CAPES (2017): 120 Programas de Pós-Graduação em “Letras” (atual “Literatura”) no Brasil e 69 deles são mistos (com Áreas de Concentração ou Linhas de Pesquisa em E. Literários e E. Linguísticos, sem contar com os de ‘tradução’). Exceto os PPGs mistos da USP e da UFRJ, relativos a línguas e literaturas específicas, como Letras Neolatinas (UFRJ), Estudos Literários e Linguísticos em Inglês (USP) etc., os demais cursos mistos são denominados por “Letras”, e estão geralmente sediados em universidades fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte. Esses números são indícios de que a realidade brasileira ainda aponta para uma necessidade intra e interinstitucional de cooperação entre Estudos Literários e Estudos Linguísticos. Isso, no entanto, não passa de indício, uma vez que as realidades acadêmicas frequentemente não estão retratadas na coexistência de duas Áreas ou de Linhas nos PPGs.

Dissertação – às figuras e aos tropos. Essa permanência, ainda que apenas quase catalogar, pode gerar uma reflexão também sobre a relevância epistemológica, mesmo quando não nomeada, das figuras e dos tropos tanto para os estudos linguísticos como para os estudos literários.

Como exemplificado no subcapítulo 2.4, a recente retomada de algumas figuras e até do termo ‘estilística’, talvez numa virada conceitual – assunto para outro trabalho –, em algumas correntes linguísticas, e a utilização permanente das figuras na análise de poesia e da prosa – ainda que de maneira modestamente expressa – evidenciam que há coisas em comum possíveis nesses dois campos hoje cindidos.

A Estilística, em meio a seus divergentes encaminhamentos, nos mais diversos contextos, foi uma disciplina que herdou muito da lógica cientificista do século XIX, e por isso teve várias de suas tentativas de dar caráter científico aos estudos literários frustradas – com razão. No entanto, é possível compreender também que ela, em muitos momentos, representou um lugar quase contraditório a esse, trazendo uma proposta intermediária, buscando o estudo de uma ‘expressão’ a partir de instrumentos legados especialmente pela Retórica. A Linguística, por sua vez, em meio a esse embate epistemológico e institucional, rejeitou qualquer relação que pudesse ter com os estudos literários.

A cisão já em andamento, portanto, não permitia a manutenção de um entrelugar, e a fragilidade e o conflito conceitual da(s) Estilística(s) não permitiram que ela(s) se constituísse(m) um campo próprio, o que a levou a escolher ora a Linguística, ora os estudos literários para recebê-las. Terminou, por fim, rejeitada como ligação entre os dois campos, sendo retomada mais recentemente pela Linguística apenas como algo restrito a este campo, tornando quase irreconhecível o entrelugar que já foi. Os estudos literários, por sua vez, rejeitando qualquer método que remetesse à Linguística, passaram a buscar outras áreas das ciências humanas, como a Filosofia, Psicanálise, Ciências Sociais etc., para compor seu arcabouço teórico.

Esta pesquisa partiu de uma inquietação da cisão aparentemente intransponível epistemológica e institucionalmente entre os estudos linguísticos e literários em conjunto com a permanência desses elementos comuns no gênero gramatical, um dos poucos lugares que abrigam ainda os dois campos, ainda que apenas por força de uma tradição do gênero

perpetuada desde a Antiguidade. E tanto na disciplina como no apêndice gramatical, a 'estilística' parece ser testemunha maior do conflito em questão.

Por fim, há que se reforçar a relevância do estudo desse conceito, uma vez que compõe, para além da história de uma disciplina e de um apêndice gramatical, a própria história da área de Letras, trazendo um questionamento final sobre que lugar haveria ainda hoje, epistemológico e institucional, para a existência de qualquer pensamento que não separe por completo a língua e a literatura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE JR., Manuel. Os Exercícios Preparatórios de Retórica: Formas Básicas de Argumentação e Expressão Literária. *Retórica Rhetoric*, Actas: I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 28 de março a 1 de abril de 2005.
- ALONSO, Martín. *Ciencia del lenguaje y arte del estilo*. Madrid: Aguilar, 1970 [1947].
- ARRIVÉ, Michel. Postulats pour la description linguistique des textes littéraires. *Langue française*, n° 3, La stylistique, p. 3-13, 1969.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ª ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929].
- _____. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Sergei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BALLY, Charles. *Le Langage et la vie*. 3ª ed. Genebra: Librairie Droz, 1965.
- _____. *Traité de stylistique française*. 2ª ed. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, 1921.
- BARATIN, Marc & DESBORDES, Françoise. La “troisième partie” de l’*Ars grammatica*. *Historiographia Linguistica*, XIII:2/3, p. 215-40, 1986.
- BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique [Aide-mémoire]. *Communications*, n° 16, Recherches rhétoriques. p. 172-223, 1970.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 23ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BEVILACQUA, Cleci Regina. Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada. *Revista Língua e Literatura*, Frederico Westphalen, v. 6 e 7, n° 10/11, p. 73-86, 2004/2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v., 1712-1728.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Paula Monteiro. In: *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983a.

- _____. *Questões de Sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983b.
- _____. The genesis of the concepts of habitus and of field. Tradução de Channa Newman. *Sociocriticism*. Theories and Perspectives II. Pittsburgh, Montpellier: n° 2, p. 11-24, 1985.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Considerações sobre o estilo (1961). In: *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- _____. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAPES. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Linguística e Literatura*, 2017. Disponível em: <<http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4675-letraslingueistica>>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- CARVALHO, Castelar de. A estilística e o ensino de português. Publicado em 1 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno1202.html>>. Acesso em: 23 set. 2017.
- CHIRON, Pierre. *Un rhéteur méconnu: Demetrios (Ps. -Démétrios de Phalère). Essai sur les mutations de la théorie du style à l'époque hellénistique*. Paris: Vrin, 2003.
- CHOCIAY, Rogério. Em busca do estilo. *Alfá*, São Paulo, n. 27, p. 65-76, 1983.
- COSTA Junior, Ernane Salles. O imaginário político no discurso constitucional: uma leitura da articulação entre ideologia e utopia no pensamento de Paul Ricoeur. *Peri*, v. 6, n. 2, p. 51-75, 2014.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Um história das ideias linguísticas*. Tradução de Jacqueline Léon, Marli Quadros Leite. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- DECORUM. In: CEIA, Carlos. *E-Dicionário de Termos Literários*. 2009. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/decorum/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

- DURÃO, Fabio Alkcelrud. Burrice acadêmico-literária brasileira. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 43, p. 19-33, 2017.
- ESTILÍSTICA. In: DUBOIS, Jean et al. Tradução de Frederico Pessoa de Barros (e outros). *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.
- FORTES, Fábio da Silva. Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2012.
- FREITAS, Gustavo Araújo de. Sobre o Estilo de Demétrio: um olhar crítico sobre a literatura grega. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. 177 p.
- _____. Lógos e poïesis, léxis e hermêneia, no tratado *Sobre o estilo* de Demétrio. In: III Split (Seminário de Pesquisa Discente do Pós-Lit UFMG, 2013, Belo Horizonte. A literatura e os métodos de pesquisa. 2013. p. 11 - 23.
- GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes de (orgs.). *Variação Estilística: Reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Elementos de uma Gramática Narrativa. Tradução de Clara de Andrade Alvim. In: _____. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*; tradução de Ana Cristina Cruz Cezar (e outros), revisão técnica de Milton José Pinto. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 144-170.
- KAPUST, Daniel J. *Flattery and the History of Political Thought: That Glib and Oily Art*. Cambridge: Cambridge Press, 2018.
- KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].
- KENNEDY, George (trans.). *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition Introductory to the Study of Rhetoric*. Fort Collins: Chez l'auteur, 1999.
- KIRCHNER, Roderich. *Elocutio: Latin Prose Style*. In: DOMINIK, W.; HALL, J. (Eds.) *A Companion to Roman Rhetoric* (Ed.). Malden: Blackwell Publishing Ltd., 2007. doi: <10.1002/9780470996485.ch14>.
- KLARE, Johannes. Lexicologia e fraseologia no português moderno. *Revista de Filología Románica*, Editorial de la Universidad Complutense, Madrid, n. 4, p. 355-360, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

- _____. Teoria da história e hermenêutica. In:_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 91-109.
- _____. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 134-146, 1992.
- KURY, Adriano da Gama. A Oralidade Transfigurada – Aspectos Estético-Formais da Prosa de Graciliano Ramos. Tese de Livre-Docência em Língua Portuguesa. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1974.
- _____. Estará Morta a Estilística? Ensaio de *Estilística da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXXVI, nº 341, 20 mar. 1977. Livro, nº 24, p. 9.
- _____. Notas de estilística: o discurso indireto livre e a 3ª pessoa em “Vidas Sêcas”. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 2.754, 7 dez. 1968. Caderno Cultural, p. 3.
- LALLOT, Jean. *La grammaire de Denys le Thrace*. Paris: CNRS, 1998.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1957.
- _____. _____. 21ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.
- _____. _____. 50ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- LITTRÉ, Émile. *Dictionnaire de la langue française*. Tomo 2. Paris: L. Hachette, 1873-1874. p. 1329.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1976.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2005 [1987].
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à observação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi (e outros). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PEREIRA, Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Expositiva – Curso Superior*. 65ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948 [1907].
- PEREIRA, Marcos Aurelio. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre da gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000.
- PIPGLA. O programa. Disponível em: <<http://www.posaplicada.letras.ufrj.br/pt/o-programa>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- PS.-CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

- RICOEUR, Paul. *Ideología y utopía*. Trad. Alberto L. Bixio. 2ª ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 1994.
- _____. *Interpretação e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- ROBERTS, William Rhys. The Greek Words for 'Style.'. *The Classical Review*, 15(5), 252-255, 1901.
- ROSA, Maria Carlota. Às voltas com o estabelecimento de um corpus para traçar um panorama da tradição gramatical greco-latina. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 08, p. 1-15, 2010.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- SANTOS, Marcos Martinho. Acerca das diferenças doutrinárias entre os 'Praeexercitamina' de Prisciano e os 'Progymnasmata' do Ps.-Hermógenes. In: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; SANTOS, Marcos Martinho. (Org.). *Ensaio de retórica antiga*. 1ª ed. Belo Horizonte / MG: Tessitura, 2010.
- _____. À propos des différences entre les 'Praeexercitamina' de Priscien et les 'Progymnasmata' du Ps.-Hermogène. In: BARATIN, Marc; COLOMBAT, Bernard; HOLTZ, Louis. (Org.). *Priscien: Transmission et refondation de la grammaire de l'Antiquité aux modernes*. 1ª ed. Turnhout (Bélgica): Brepols Publishers, 2009.
- SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.
- SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. *Grammatici Graeci*, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878- 1910 (republicado: Hildesheim: Olms, 1965).
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: nº 20, p. 60-70, 2002.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- STYLISTIQUE. In: *TLFi: Trésor de la Langue Française informatisé*. ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Disponível em: <<http://www.atilf.fr/tlfi>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- TEIXEIRA, Ivan. Retórica e literatura. Fortuna Crítica 1. *CULT*, jul./1998, p. 42-5.
- THÉODORE, Reinach. Demetrius on style... by W. Rhys Roberts. *Revue des Études Grecques*, v. 15, n. 67, p. 469-70, 1902.
- TORZI, Ilaria. *Ratio e Usus*: Dibattiti antichi sulla dottrina delle figure. Milão: Vita e pensiero, 2000.

- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Introdução. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- _____. Introdução. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Seleção e introdução _____. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. Estudos estilísticos no Brasil. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 32, jan./jun. 2013.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Livros de Portugal. Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro, 1959.
- YLLERA, Alicia. *Estilística, poética e semiótica literária*. Tradução de Evelina Verdelho. Coimbra: Almedina, 1979.